



UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
EA – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PDGS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL

NORMELITA OLIVEIRA DA SILVA

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE:
UM MODELO DE GESTÃO SOCIAL

Salvador – BA
2014

NORMELITA OLIVEIRA DA SILVA

**TERRITÓRIO DE IDENTIDADE:
UM MODELO DE GESTÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Dantas Reis

Salvador – BA
2014

Escola de Administração - UFBA

S586 Silva, Normelita Oliveira da.

Território de identidade: um modelo de gestão social / Normelita Oliveira da Silva. – 2014.
128 f.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Dantas dos Reis.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Territorialidade humana – Jacuípe, Rio, Bacia (BA). 2. Geografia humana – Jacuípe, Rio, Bacia (BA). 3. Desenvolvimento social. 4. Cultura. 5. Identidade social. 6. Política cultural. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

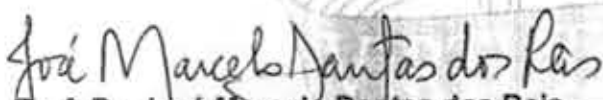
CDD – 304.2

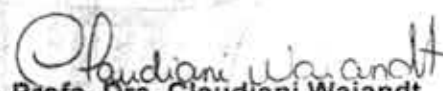
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE NORMELITA OLIVEIRA DA SILVA DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

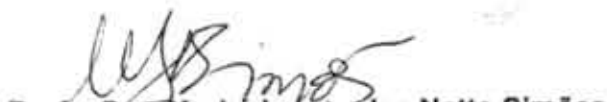
Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e catorze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo Prof. Dr. José Marcelo Dantas dos Reis (SECULT/UFRB), orientador da aluna, pelos membros titulares Profa. Dra. Claudiani Waiandt (UFBA), Profa. Dra. Maria de Lourdes Netto Simões (UESC) e o Esp. Sérgio Cordioli (Moderador de Processos Participativos), se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: "TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: UM MODELO DE GESTÃO SOCIAL", de autoria de Normelita Oliveira da Silva. Após a apresentação da dissertação, a mestranda foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser..... **APROVADO**.....

Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

Salvador, 22 de julho de 2014.


Prof. Dr. José Marcelo Dantas dos Reis
(SECULT/UFRB - Orientador)


Profa. Dra. Claudiani Waiandt
(UFBA)


Profa. Dra. Maria de Lourdes Netto Simões
(UESC)


Sra. Normelita Oliveira da Silva
(Mestranda)


Esp. Sérgio Cordioli
(Moderador de Processos Participativos)

Este trabalho é dedicado aos meus filhos,
José Wilker e Monique, e a minha neta Nina Pereira.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não seria viável sem a contribuição de várias pessoas. Agradeço a todos que estiveram comigo nesta trajetória do mestrado. Muitas pessoas dedicaram tempo para me auxiliar em momentos de dúvida, cansaço, medo, solidão. Pessoas amadas que elevaram pensamentos de paz e tranquilidade, rogando por mim e iluminando o meu caminhar.

Agradeço ao meu Mestre Sai Baba, sempre presente, me guardando nesta vida.

Agradeço aos meus filhos amados e a minha linda neta, Nina, luz em minha vida.

Agradeço especialmente ao meu Professor Marcelo Dantas por ter acreditado em mim. Nossa! Como fui abençoada por tê-lo como Orientador! Suas palavras doces, mesmo quando diziam não, ficarão para sempre guardadas em meu viver. Obrigada pela sua orientação cuidadosa, pela sua confiança e dedicação.

Agradeço ao amigo Sérgio Cordioli por ter me acompanhado desde o começo do mestrado, nunca desistindo de mim. Sempre presente, tirando tantas dúvidas, me falando palavras de incentivo, me socorrendo nos momentos mais complicados.

Agradeço a todos os professores que contribuíram com esta vitória.

Agradeço aos meus colegas do mestrado. Tive a oportunidade de conhecer tantas pessoas queridas e muitas delas seguirão comigo em amizade sincera.

Agradeço aos depoentes que compartilharam comigo suas experiências.

Agradeço ao amigo Fernando Fischer pelo companheirismo e amizade.

Agradeço ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) por ter me acolhido para durante minha Residência Social em Angola.

Muito Obrigada!

“Cultura é gente, diversa, plural, multifacetada, que na identidade de cada um forma o caldo coletivo que alimenta a história”.

Sérgio Mamberti

SILVA, Normelita Oliveira da. **TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: Um modelo de Gestão Social.** (Dissertação) Mestrado Profissional e Multidisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social. Programa de Desenvolvimento e Gestão Social. Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. - UFBA, 131 f. Salvador, BA, 2014.

RESUMO

A presente dissertação se propôs a analisar o Território de Identidade como método para uma gestão social a ser realizada através de políticas pública dos grupos sociais organizados. Dentre os vários aspectos estudados, buscou-se identificar como a identidade cultural influencia a territorialidade. Foi feita uma descrição da relação da identidade cultural dentro da política pública de cultura. Também foram identificados aspectos da identidade cultural do Território Bacia do Jacuípe, localizado no Estado da Bahia, em paralelo com a Província Angolana de Cuando Cubango, compreendendo como esses dois territórios dialogam culturalmente. Como metodologia, foi feito um estudo de caso do Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TBJ). Essa metodologia foi complementada com dados da Residência Social realizada em Angola. A pesquisa revelou que o Território de Identidade é um terreno fértil para implementar políticas públicas, por ter na sua essência a identidade cultural como fator positivo para a realização da gestão social.

Palavras-chave: Identidade Cultural. Território. Cultura. Gestão. TBJ.

SILVA, Normelita de Oliveira. TERRITORY OF IDENTITY: A Social Model Management. (Dissertation) and Multidisciplinary Professional Master in Social Development and Management. Program Development and Social Management. School of Management. Federal University of Bahia. - UFBa, 131f. Salvador, BA, 2014.

ABSTRACT

This thesis will analyze the proposed Territory of Identity as a method for social management to be carried out through public policies of organized social groups. Among the various aspects studied, we sought to identify how cultural identity influences territoriality. A description of the relationship of cultural identity within the public political culture was taken. Was also identified aspects of cultural identity Territory Jacuípe Basin located in the State of Bahia , with the Angolan province of Cuando Cubango, understanding how these two territories dialogue culturally. TBJ - as a case study methodology Territorial Identity Basin of Jacuípe was done. This methodology was complemented by the Social Housing data held in Angola. The research revealed that the Territory Identity is a place with fertile ground for implementing public policies, by having in essence cultural identity as a positive factor for the realization of social management field.

Keywords: Cultural Identity. Territory. Culture. Management. TBJ.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Ciclo da Gestão Social no Território.....	30
Figura 2 Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia.....	34
Tabela 1 Participantes dos Encontros dos Fóruns.....	39
Figura 3 Estrutura do SNC.....	41
Figura 4 Território de Identidade -nº 15- BJ.....	44
Figura 5 Mapa do Território Bacia do Jacuípe.....	47
Figura 6 Componentes do Sistema Municipal de Cultura.....	65
Figura 7 Mapa de Angola.....	72
Figura 8 Mapa de Angola destacando a Província de Cuando Cubango.....	79

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 GT de Cultura em Riachão do Jacuípe - 2014.....	48
Fotografia 2 Sambadores de Ipirá.....	54
Fotografia 3 Grupo de Capoeira Topázio - Ipirá	57
Fotografia 4 Serra do Leão - Pé de Serra	58
Fotografia 5 Quadrilha Junina de Baixa Grande.....	59
Fotografia 6 Reunião para celebrar a adesão do TBJ ao Sistema Estadual de Cultura.....	62
Fotografia 7 O Pensador - Artesanato Angolano.....	78
Fotografia 8 Praça do Governo na cidade de Menongue.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Origem dos municípios do TBJ	46
Quadro 2 Gestão do PTDS do TBJ.....	51
Quadro 3 Expressões Artísticas do TBJ.....	56
Quadro 4 O TBJ e os editais da SECULT-BA.....	66
Quadro 5 SMC no TBJ.....	67
Quadro 6 SNC no TBJ.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIMCBA	Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CEDETER	Conselho Estadual do Desenvolvimento Territorial
CET	Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CODES	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da BJ
EA	Escola de Administração
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
GT	Grupo de Trabalho
IFAL	Instituto de Formação da Administração Local
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SEC	Sistema Estadual de Cultura
SECULT-BA	Secretaria de Cultura da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Bahia
SMC	Sistema Municipal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SUDECULT	Superintendência Territorial da Cultura
TBJ	Território Bacia do Jacuípe
TPD	Território Piemonte da Diamantina
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE CULTURAL	24
2.1 TERRITÓRIO: CONCEITOS E REFLEXÕES	24
2.2 A GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	28
2.3 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E POLÍTICA CULTURAL	35
3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE.....	44
3.1 CONHECENDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE	44
3.2 A IDENTIDADE CULTURAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE	51
3.3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE E O SISTEMA NACIONAL E ESTADUAL DE CULTURA	60
4 ANGOLA E O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO JACUÍPE.....	69
4.1 UMA NOVA ANGOLA PARA O MUNDO CONHECER	69
4.2 UMA POLÍTICA CULTURAL PARA ANGOLA	73
4.3 PROVÍNCIA DE CUANDO CUBANGO E O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE	78
5 CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	97
APÊNDICES	108

1 INTRODUÇÃO

A chegada dos portugueses nas terras batizadas de Brasil provocou mudanças profundas na vida de tantos povos, de tantas culturas. Sem nenhuma preocupação, as identidades foram se perdendo e dando espaço para outras que foram se formando no litoral e nos sertões. Gilberto Freyre diz que “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na sua composição” (FREYRE, 1943, p. 77). Esta composição social nos remete a entender o fosso que se abriu diante das culturas existentes nas terras do Brasil. Trata-se de um grande prejuízo no processo histórico que foi tomado pela força da economia e sucumbido no que se refere à cultura, provocando sequelas até os dias atuais.

Sérgio Buarque de Holanda corrobora essa ideia de sequelas no processo histórico ao afirmar que “a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências” (BUARQUE DE HOLANDA, 1976, p. 3), consequências essas vividas até os dias atuais. Mais adiante, Buarque de Holanda afirma que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (BUARQUE DE HOLANDA, 1976, p. 3), canalizando essa frase para o século XXI, percebe-se como ela é atual no contexto social do brasileiro. O Brasil ainda permanece com dúvida em torno do que sejam suas culturas, suas identidades. Por conta disso, é comum a busca de outras culturas para a identificação e a construção de imagens, de lugares e pessoas.

O brasileiro ainda tem a necessidade de se cercar de elementos culturais diversos, e muitas vezes estrangeiros, para sentir-se seguro diante do grupo, de outras pessoas e até mesmo diante do espelho. Esta característica do brasileiro atual também é apontada por Renato Ortiz quando ele faz uma análise sobre o trabalho de Manuel Bonfim¹ e observa que “se levarmos em conta o testemunho de diferentes críticos do pensamento brasileiro, nos deparamos de imediato com a questão da ‘imitação’. Parece ter-se transformado em senso comum a tese do Brasil enquanto espaço imitativo” (ORTIZ, 2012, p. 27). Os portugueses se apossaram das terras brasileiras em 1500, mas somente a partir de 1530, iniciou-se de fato um processo de organização social e econômica na região.

¹Ortiz traz uma rica abordagem sobre a obra de Manuel Bonfim, intitulada *América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro, Ed. A primeira edição deste livro foi em 1905.

A sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado e sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal foi desde o primeiro século, elemento decisivo de formação nacional. (FREYRE, 1946, p. 78)

A formação nacional do Brasil esteve cercada de características patriarcais focadas nos proprietários de engenhos, de índios e negros a serviço desses proprietários e também representantes religiosos dentro dos engenhos seguindo as ordens do senhor dono das terras. O português colonizador enfrentou muitos obstáculos para adaptar-se nas terras tropicais. Contudo, a mistura de povos e o clima tão quente, por fim, acabaram favorecendo a mobilidade social. Dessa forma, o português recriou aqui o meio de sua origem, “fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história” (BUARQUE DE HOLANDA, 1976, p. 16). Adaptaram a alimentação, principalmente em relação ao trigo, trocando-o pela mandioca; aprenderam a dormir em rede; a mascar fumo; a utilizar instrumentos de caça dos índios. Enfim, procuraram estrutura-se nas terras do Brasil. Esse processo de misturas de povos e culturas não foi algo complicado para o português devido a seu contexto histórico. Gilberto Freyre salienta que:

Portugal é por excelência o país europeu do louro transitório ou do meio-louro. Nas regiões mais penetradas de sangue nórdico, muita criança nasce loura e cor-de-rosa como um Menino Jesus flamengo para tornar-se, depois de grande, morena e de cabelo escuro. Ou então – o que é mais característico – revela-se a dualidade, o equilíbrio de antagonismos, naqueles minhotos de que nos fala Alberto Sampaio²: homem de barba loura e cabelo escuro. Homens morenos de cabelo louro. Esses mestiços com duas cores de pelo é que formaram, ao nosso ver, a maioria dos portugueses colonizadores do Brasil, nos séculos XVI e XVII. (FREYRE, 1946, p. 337)

Os povos indígenas eram diversos nas suas culturas e identidades, os portugueses tinham na sua formação histórica todo um processo de mistura de povos. E, e por fim, os negros que foram escravizados tinham muitas culturas e vieram de vários lugares da África, sendo em grande maioria de Angola.

² Alberto Sampaio, Estudos Históricos e Econômicos.

De acordo com informações fornecidas pelo Museu da Escravatura³, localizado na cidade de Luanda, em Angola, até 1858, cerca de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil) angolanos foram enviados para o Brasil nos porões de navios negreiros. Mais tarde chegaram os imigrantes europeus e asiáticos para completar esse caldo de cultura miscigenada, multifacetada, mestiça, chamado Brasil.

Esse entendimento de um Brasil mestiço demandou tempo e estudo por parte de alguns intelectuais. Segundo Ortiz, “no século XIX, os pensadores já consideravam o mestiço como uma realidade concreta representando uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional” (ORTIZ, 2012, p. 20-21). Prosseguindo, o autor também destaca que “a mestiçagem moral e étnica possibilita a “aclimatação” da civilização europeia nos trópicos” (ORTIZ, 2012, p. 20-21).

Na concepção dos estudiosos Marcelo Dantas e Eduardo Davel, é indiscutível que “a mestiçagem não diz respeito somente à questão biológica de mistura de etnias e variedades diferentes no âmbito da mesma espécie. Ela também se refere a um estado de espírito, a uma mentalidade, a uma forma de pensar e conceber a realidade social” (DANTAS; DAVEL, 2005, p. 5). A mestiçagem reflete muitas vezes incerteza e inconstância nas pessoas que não conseguem firmar suas escolhas. Trata-se de uma ponte movediça onde se busca um equilíbrio para seguir adiante, trata-se da representação da identidade do país. “A mestiçagem é um fenômeno central na formação cultural, subjetiva, imaginária, social e política do Brasil” (DANTAS; DAVEL, 2005, p. 5).

Um povo mestiço, assim é o brasileiro. Uma mestiçagem que começa por questões biológicas e que desemboca no âmbito cultural e político do país, principalmente a partir do século XIX, no qual as questões de raça tiveram um amplo espaço de discussão diante do processo de abolição e também por conta dos estudos em torno do tema que estavam sendo feitos na Europa. Ampliando o olhar diante do contexto mundial da época, Teixeira Coelho, afirma que “a cultura nacional e a cultura identitária como ainda hoje é conhecida, surgiram com o aparecimento do Estado nacional, consolidado ao longo do século XIX” (COELHO, 2008, p. 43). Em consonância com essa ideia, Renato Ortiz sinaliza que:

A questão racial tal como foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais no Brasil adquire na verdade um contorno claramente racista, mas aponta, para além desta constatação, um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional (ORTIZ, 2012, p. 13)

³ Visitei o Museu da Escravatura em Luanda, no dia 13 de março de 2014, no período da Residência Social. Verificar fotografias no apêndice desta pesquisa.

As Ciências Sociais, segundo Ortiz, tiveram três pensadores precursores: Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha (ORTIZ, 2012, p.14). Sílvio Romero contribuiu para uma maior discussão crítica em torno do pensamento romântico construído por Gonçalves Dias e José de Alencar. Nina Rodrigues subsidiou o diálogo sobre raça. Euclides da Cunha, com sua obra *Os Sertões*, fomentou o diálogo sobre o lugar, o meio. Nessa perspectiva, meio e raça passaram a ser estudados no final do século XIX, na busca pela identidade brasileira. Mas, para Ortiz, somente no século XX o brasileiro ganhou uma carteira de identidade dada por Gilberto Freyre ao retrabalhar a problemática da cultura brasileira (ORTIZ, 2012, p. 42).

Em sua obra *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro traz grande contribuição para alargar o conhecimento em torno da identidade do brasileiro, esclarecendo que:

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava – nem com os europeus que o desprezavam -, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro (148) O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não negros, que eles se veem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira. (RIBEIRO, 1995, p. 131)

A ideia de ser um não-índio, um não-negro e um não-europeu defendida por Darcy Ribeiro assinalou, além da identificação do ser brasileiro, o ser mestiço, a mistura das três raças, ideia que para alguns pensadores é considerada como o “mito das três raças”. Para Roberto da Matta, a ideia de mito vem sugerir “um ponto de origem, um centro a partir do qual se irradia a história mítica”. Seria a ideia metafórica do Brasil caldinho onde acontece a mistura dos três povos dando origem ao Estado brasileiro (DA MATTA, 1981 *apud* ORTIZ, 2012, p. 38).

A partir do século XX, várias mudanças ocorreram no Brasil, principalmente no meio urbano com a industrialização, onde muitas pessoas passaram a morar nas cidades e a trabalharem nas fábricas. Nesse contexto, surgem novas ideias em torno da formação da identidade nacional, Gilberto Freyre, por exemplo, transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite contemplar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada (ORTIZ, 2008, p. 41). Ainda que reconheça e valorize a

contribuição dos portugueses, dos negros e dos índios, ele destaca que desde os primeiros momentos a colonização, o brasileiro é eminentemente o mestiço (DANTAS; DAVEL, 2005, p. 6). A mestiçagem brasileira resultou na diversidade cultural que existe em todo o território nacional, formando um Brasil plural e rico em muitas culturas.

Tendo uma identidade nacional mestiça, o Brasil ainda cambaleia em torno da identidade do brasileiro sobre vários aspectos. No que se refere às questões étnicas, ainda falta um entendimento em torno do que seja o mestiço. Assim, muitos se dizem negros, depois dizem que são morenos, mais adiante afirmam que são brancos, saraás, galegos ou pardos. Isso pode indicar uma busca identitária, uma negação de identidade ou até mesmo uma fluidez entre as várias identidades, porém “pior do que ter uma identidade fixa seria, por vezes se afirmar não ter identidade alguma” (COELHO, 2008, p. 64).

Como bem lembra Kathryn Woodward, “As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas, quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido às nossas próprias posições” (WOODWARD, 2012, p. 33). Fazendo emergir sentimentos de pertencimento em relação às suas culturas, crenças, credos e afinidades em diversas situações e vivências, neste século XXI, as pessoas estão mais conscientes no tocante à busca de suas identidades, caracterizando um processo de mudanças, e também de reafirmações identitárias.

As identidades estão propensas a processos de mutação. É natural a busca por novas identidades, também é natural a compreensão das identidades que cercam o cotidiano. No mundo atual, no qual a diversidade ganha espaço, as identidades são convertidas em imagens que refletem o eu de cada pessoa. Nesse sentido, as pessoas podem penetrar em uma seara de dúvidas, despertando conflitos dos quais podem aflorar sentimentos estranhos, controversos, levando-as a se sentirem estrangeiras em relação ao lugar, ou até mesmo em relação a si mesmas. Para Kristeva⁴, o estrangeiro é sempre um estrangeiro em relação a outros, mas ele também pode sentir-se um estrangeiro a si mesmo, dependendo da maneira como ele aceita a sua condição, vive a experiência e articula o mundo objetivo e o subjetivo na sua biografia (KRISTEVA *apud* FREITAS; DANTAS⁵, 1988, p. 2).

O sentir-se estrangeiro é a forma natural de quem se encontra em um lugar que não tem o simbolismo do seu eu. Buscar a si mesmo tem sido uma constante na atualidade, seja através da religiosidade, da etnia, da orientação sexual, da vida social, as pessoas buscam

⁴ Em Freitas e Dantas, não há indicação de ano da obra de Kristeva.

⁵ Os autores ainda trazem uma discussão sobre o que é o exilado, o imigrante e o profissional expatriado. Todas essas concepções contribuirão para esta pesquisa.

estar bem. Desse modo, as identidades construídas se relacionam em torno da construção de um lugar em comum, afastando a ideia do estrangeiro. No entanto, ser estrangeiro às vezes pode ser entendido de forma positiva. Isso conduz o indivíduo a repensar sobre si e sobre o outro, “Mas quem é o outro?”, perguntam Freitas e Dantas. Em seguida, eles respondem: “Em princípio é uma imagem, a sua própria... o homem se identifica a um duplo de si mesmo” (1988, p. 2). Essa busca de si mesmo reflete a fluidez das identidades. Na contemporaneidade, as identidades se modificam com muita rapidez e também se reafirmam. A identidade é moldada e orientada externamente, como um efeito do significado e da articulação do desejo (WOODWARD, 2012, p. 63). Nessa perspectiva, Stuart Hall busca caracterizar a identidade na contemporaneidade:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. (HALL, 2011, p. 12-13)

Por volta dos anos de 1950 a 1960, a pós-modernidade começou a ser discutida e passou a ter um corpo conceitual mais firmado na década de 1970. Neste século XXI, a pós-modernidade ganhou força no processo de afirmação e questionamentos de identidades, através da descentralização do poder político, proporcionando a formação de novas identidades, de novos espaços de discussão, de novas culturas e também a revitalização de culturas já existentes.

As pessoas se reinventam a cada dia na busca do entendimento de si mesmas, “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurradas em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2011, p. 13). As pessoas buscam o encontro de si mesmas e o encontro com outras que tenham afinidades com suas identidades, num contexto de ideias e ações que possibilitem o bem-estar no dia-a-dia.

No Brasil pós-moderno, o aparecimento da sociedade civil marcou um novo tempo diante do contexto sociocultural e identitário, possibilitando às pessoas oportunidades de envolvimento, reflexões e participações ativas na construção de políticas.

A sociedade civil é a que contrasta a sociedade política, esse conjunto que inclui o Estado com as suas instituições (o executivo, o judiciário, o congresso, as câmaras de vereadores, as empresas estatais ou de economia mista, a escola) e os partidos políticos. Não cabe aqui a discussão dos motivos pelos quais isso aconteceu (se o Estado foi corroído pelo ataque do “mercado”, se a realidade contemporânea é demasiado complexa para ser entregue à manipulação isolada do Estado, se há um esgotamento próprio dessa forma de autogoverno, se tudo isso em conjunto). O fato é que a sociedade civil organizou-se a si mesma para apresentar-se como um ator social decisivo e enfrentar uma série de questões, entre elas a do próprio Estado e as relativas ao meio ambiente, à educação, à saúde, aos direitos humanos, aos direitos civis, à cultura. (COELHO, 2008, p. 44).

A sociedade civil surge para marcar a diferença numa sociedade que já tentou ser homogênea nos seus conceitos e suas políticas. Surge para intervir no direcionamento das políticas, através da organização social e do empoderamento das ideias e das ações, alargando assim a visão em torno da construção de uma sociedade mais justa e participativa. Trata-se de uma grande força política que vem sendo articulada a cada dia para contribuir com as mudanças sociais. No contexto da sociedade civil, o cidadão é o protagonista. Assim, as pessoas começam a se inserir num cenário de organização política, institucional e identitária.

As identidades são marcadas pelas diferenças. Assim, a sociedade civil organiza-se num processo cada vez mais latente de pensamentos e definições concretas na intervenção para a construção de políticas públicas no país, proporcionando um contexto inovador que vem alcançando várias áreas, entre elas a cultura nacional. Em torno da cultura, os papéis do Estado e da sociedade civil tornam-se sempre mais nítidos, de uma forma talvez impossível há algum tempo (COELHO, 2008, p. 74). Cada vez mais é percebida a apropriação de territórios pela sociedade civil e o Estado, por sua vez, se vê diante da necessidade de dialogar com essa realidade.

O Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criou o Território de Identidade como uma nova regionalização do país. Nessa dinâmica, governo e sociedade civil passaram a dialogar com constância. Em 2007, na Bahia, foi desenvolvida a política dos Territórios de Identidade, inicialmente pela Secretaria do Planejamento, e em seguida, foi adotada pela Secretaria de Cultura do Estado para construir a política cultural estadual. Entretanto, chega-se ao ano de 2014 com muitas inquietações acerca do que tem sido proposto para a cultura baiana, no âmbito do Território de Identidade. Partindo dessa perspectiva, a presente dissertação se propôs a analisar o Território de Identidade como método para uma gestão social a ser realizada através de políticas pública dos grupos sociais organizados.

Dentre os vários aspectos estudados, buscou-se identificar como a identidade cultural influencia a territorialidade, descrevendo sua relação com a política pública e associando aspectos da identidade cultural do Território Bacia do Jacuípe, localizado no Estado da Bahia, com a província angolana de Cuando Cubango, compreendendo como esses dois territórios dialogam culturalmente.

Metodologicamente, foi feito um estudo de caso do Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TBJ). Trata-se do Território de número 15 (quinze) no mapa dos Territórios de Identidade da Bahia, sendo este formado por 14 (catorze) municípios. A escolha do Território se deu em função da sua formação geográfica que possibilita uma fácil circulação entre os municípios, e também por ser um território com certa dinâmica de articulação no campo da cultura. Dados da Residência Social realizada em Angola também complementam metodologicamente esta pesquisa.

Esta dissertação divide-se em três capítulos, neles reflexões e debates conceituais são apresentados, numa dinâmica de interação entre o objeto de estudo e as teorias que deram suporte à pesquisa. O primeiro capítulo “Território, Territorialidade e Identidade Cultural” apresenta uma abordagem conceitual, teórica e reflexiva sobre o Território, a gestão social do Território de Identidade e por fim o Território de Identidade e a Política Cultural da Bahia.

O segundo capítulo, “O Território de Identidade Bacia do Jacuípe”, descreve e analisa o estudo de caso do Território Bacia do Jacuípe. O texto faz uma contextualização em torno da formação do território e uma análise da identidade cultural do território, percorrendo a cultura dos 14 municípios. Depois, é feita uma averiguação da realidade do território diante da Política Cultural do Estado da Bahia, analisando como o território se encontra diante dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura.

O terceiro e último capítulo, “Angola: O Território da Província de Cuando Cubango,” descreve a experiência da Residência Social realizada em Angola. O texto retrata a Angola atual numa contextualização histórica, seguido pela identificação de aspectos culturais diante da globalização, e finaliza com a sinalização de pontos convergentes e divergentes entre a identidade cultural da Província de Cuando Cubango e o Território de Identidade Bacia do Jacuípe.

Esta pesquisa está ancorada em leituras e compreensões teóricas de autores que se debruçaram nos temas estudados como Teixeira Coelho, Tânia Fischer, Marcelo Dantas, Sérgio Cordioli, Rogério Haesbaert, Marcos Aurélio Saquet, Stuart Hall, Gilberto Freyre, Renato Ortiz e Amartya Sen.

Para a construção do primeiro e do segundo capítulo, a pesquisa debruçou-se em documentos da Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT-BA), do Ministério da Cultura (Minc) e do TBJ, frutos do amplo processo de diálogo com os municípios ao longo dos anos de 2007 a 2013. Trata-se de cadernos temáticos, relatórios, textos, cartilhas, fotografias. Incluem-se também documentos oficiais do Governo Estadual da Bahia e Federal do Brasil. A pesquisa teve como suporte para o terceiro capítulo, documentos oficiais do governo angolano, como decretos e leis. Também foram utilizados documentos fotográficos, obras específicas, jornais impressos e televisivos, através da TV Pública de Angola (TPA) e da Residência Social.

Também foram feitas treze entrevistas especificamente para este estudo, sendo quatro delas semiestruturadas, realizadas com Izaías Reis (Representante Territorial da Cultura 2009/2013) e Telma Guimarães (atual Representante Territorial da Cultura), ambos representando a SECULT-BA. Parte das entrevistas foi: com Márcio Caires, também conhecido como Márcio Griô, Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC); com Elissandro Silva Magalhães, Diretor de Territorialização da Cultura (SUDECUL/SECULT-BA); com Afonso Nkuansambu, formador na área de Antropologia (IFAL/Angola); com Rita Ferreira dos Santos, Técnica Média da Administração/Pesquisadora de Autoridades Tradicionais Angolana.

As demais entrevistas ocorreram através de questionário (direto) com sete representantes do GT de Cultura do TBJ, sendo eles: Clécio Geovan de Oliveira Santana (ator e poeta do município de Pé de Serra); Ciomária Rosa Alves Barros (Diretora de Cultura de Várzea do Poço); representando a sociedade civil, Elineuza Maria Gomes (Coordenadora de Projetos culturais de Mairi); Jaconeide Carmo de Oliveira (Diretor de Cultura de Capela do Alto Alegre); Weruesson Silva Rios (ator e bailarino do município de Várzea da Roça); Fábio Ferreira Bonfim (músico e representante do Departamento de Cultura de Quixabeira); Florisvaldo Pessoa Campos (ator e Produtor Cultural do município de Baixa Grande).

O acesso que tive a essas pessoas e aos documentos produzidos pelo GT de Cultura e de governos se deu por conta da minha trajetória profissional iniciada em 2007 como Diretora Municipal de Cultura de Ipirá. Juntamente com Vandelson Gonçalves, fui fundadora do GT de Cultura do Território Bacia do Jacuípe. Naquele mesmo ano, fui eleita Conselheira do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, representando o Território Bacia do Jacuípe. Nesse Fórum, tive a oportunidade de ser Secretária Geral em 2008 e Coordenadora Geral em 2009. Já em 2010, em parceria com os membros do Fórum, fundamos a Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia – ADIMCBA, da qual fui a primeira presidente,

até o ano de 2012 quando me tornei Conselheira Titular do Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

A minha Residência Social em solo africano foi realizada em parceria com o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL). Este Instituto está localizado na cidade de Luanda e faz parte do Ministério do Desenvolvimento do Território de Angola, tendo como missão “assegurar a execução de política de aperfeiçoamento e modernização da Administração Local do Estado e da Administração Autárquica, através da formação dos seus utentes, investigação e de assessoria técnica”⁶.

Ao fim, a pesquisa apresenta os principais aspectos analisados ao longo dos três capítulos. Contudo, dando ênfase aos pontos cruciais identificados no estudo de caso, apontando possibilidades para o desenvolvimento do TBJ através de políticas culturais.

⁶ Estatuto Orgânico do Instituto de Formação da Administração Local – IFAL. Artigo 1º(Definição). Encontrado em: Administração Local – Legislação Fundamental – Vol.I. 3ª ed. IFAL. Coord. Henrique Claro e Célia Doutor. Editora Edijuris Edições Jurídicas Ltda. Angola, 2013.

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE CULTURAL

2.1 TERRITÓRIO: CONCEITOS E REFLEXÕES

O conceito de território é amplo e complexo, pois depende do contexto, da historicidade e do pensamento envolvidos. Marcos Aurélio Saquet ressalta que entre os anos de 1950 a 1970 efetivaram-se três matrizes ou escolas de abordagens territoriais⁷. Entre as três escolas, a segunda, chamada de escola francesa, é a mais conhecida no Brasil. E, na visão de Saquet, existe uma interação significativa entre a segunda e a terceira.

Segundo Jean Gottmann (1973/2005)⁸, “a ideia de território já existia e era debatida no século XV, ligada a questões políticas inerentes à época” (GOTTMANN *apud* SAQUET, 2010, p. 27), na disputa do poder sobre uma determinada terra. Rogério Haesbaert também nos ajuda na compreensão do que vem a ser território:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra- territorium quanto de térreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’. (HAESBAERT, 2005, p. 6774)

Sobre o termo território no sentido de “apropriação”, Saquet traz uma importante contribuição com a obra *O Príncipe de Niccolò Machiavelli* (1469-1527), na qual ele afirma que “para Machiavelli, o território é uma área controlada e fortificada que deve ser defendida e mantida sob domínio. O poder é exercido, na apropriação e dominação” (SAQUET, 2010, p. 28).

Na concepção de Lobato Corrêa e de Zeny Rosendahl, território tem significado de pertencimento (COORÊA; ROSENDAHL, *apud* SANTOS, 1996, p. 252). Para os autores, território é o sentimento de pertencimento enquanto apropriação de espaço. Contudo é importante salientar a diferença entre espaço e território. Para Milton Santos, “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo

⁷ A primeira a partir das argumentações de J. Gottmann, R. Sack e N. Entrikin; a segunda com os estudos de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin; e a terceira, com as abordagens de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi, G. Becattini e M. Quaini.(p.15).

⁸ Em Saquet, não há indicação do ano da obra de Gottmann.

de objetos geográficos, objetos naturais objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 2012, p. 30-31).

Murilo Flores, ao citar Raffestin, considera a diferenciação entre espaço e território, esclarecendo que o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. Por outro lado, no conceito de território se incorpora a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Nesse sentido, percebe-se na “apropriação” o sentido que diferencia espaço de território (RAFFESTIN, 1993 *apud* FLORES, 2006).

O território, sendo compreendido como espaço de apropriação, denota um significado de poder, de bem-estar e também de incômodo para quem não se sentir parte do contexto representado nesse espaço, despertando a sensação de se sentir estrangeiro. Maria Ester de Freitas e Marcelo Dantas mencionam Georg Simmel, salientando que “o estrangeiro é alguém que se fixa no interior de um meio determinado, mas a sua posição é determinada pelo fato de que ele não faz parte deste meio desde o início e aporta qualidades que não são inerentes àquele meio” (SIMMEL, 1908 *apud* FREITAS; DANTAS). Nesse contexto, instalam-se a insegurança e a falta de organização de ideias e ações no território.

Saquet cita Gottmann (1973/2005)⁹ enfatizando sua reflexão sobre os significados de território: “se o território é um *compartimento* do espaço como fruto de sua diversificação e organização, ele tem duas *funções* principais : a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um *trampolim* para oportunidades” (GOTTMANN *apud* SAQUET, 2010, p. 27, grifos do autor). Temos então aí a segurança e a oportunidade como elementos a serem trabalhados dentro do território, para que de fato venha o êxito esperado. Se a pessoa não sente segurança dentro do território estará envolvida no sentimento de ser um estrangeiro e consequentemente não perceberá as oportunidades existentes.

De acordo com a visão de Giuseppe Dematteis:

O território é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação...) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat..) (DEMATTEIS, 1970 *apud* SAQUET, 2010, p. 57)

Essa abordagem de Dematteis provoca um olhar mais atento ao território e suas complexidades . Trata-se de verificar que o território transborda diversidade e pluralidade, mas que requer algumas singularidades para que venha acontecer a territorialidade. Dessa

⁹ Para o autor, segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e dominação. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes. p. 27.

maneira, a identidade cultural contribui de maneira positiva para a obtenção de uma identidade territorial, como ressalta Joél Bonnemaïson: “É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre cultura e o espaço” (BONNEMAISON, *apud* CORRÊA, 2002, p. 101-102).

Tizon, numa visão antropológica, diz que o território é o ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associada a processos de construção de identidade (TIZON, 1995 *apud* FLORES, 2006, p. 4). Assim, o território é também uma construção simbólica de forte influência na vida das pessoas, que acontece fluindo, ora se alargando, ora sendo restrito ao grupo, representando uma imagem que reverbera em ações de um determinado setor social. Para Bonnemaïson, no estudo do território dentro da “nova geografia”, o campo cultural passa a ser considerado e compreendido como outra vertente do real:

Para os geógrafos, a cultura é rica de significados porque é tida como um tipo de resposta, no plano ideológico e espiritual, ao problema do exigir coletivamente num determinado ambiente natural, num espaço e numa conjuntura histórica e econômica colocada em causa a cada geração. Por isso, o cultural aparece como a face oculta da realidade: ele é, ao mesmo tempo, herança e projeto; e, nos dois casos, confrontação com uma realidade histórica que às vezes o esconde (especialmente quando os problemas de sobrevivência têm primazia sobre todos os outros), outras o revelam, como parece ter sido o caso nesses últimos anos. (BONNEMAISON, *apud* CORRÊA, 2002, p. 86)

Quando as pessoas se apropriam dos territórios e trabalham no sentido de pertencimento e de construção de ações concretas e simbólicas, acontece a territorialidade. Nessa perspectiva, a territorialidade resulta das identidades construídas dentro dos territórios e a forma como acontece a organização territorial. Trata-se de um processo dinâmico. Para Rafael Elcheverry Perico, “a territorialização muda de acordo com as circunstâncias políticas e históricas” (PERICO, 2009, p. 64). Desse modo, a cultura se faz presente, pois “toda cultura se encarna para além de um discurso, em uma forma de territorialidade” (BONNEMAISON, *apud* CORRÊA, 2002, p. 103). Todo processo de territorialização tem uma dimensão histórica. Logo, a construção acontece por meio de elementos substanciais ao contexto, como bem assinalam Souza e Pedon:

A dimensão da história no contexto da territorialização – dimensão espaço – temporalidade – se realiza na prática cotidiana dos grupos que estabelece vínculos com os de dentro e os de fora, os “nós” e os “outros”, que dentro do plano do vivido, sentido, percebido e concebido, produz o conhecimento e o reconhecimento. E é por isso que os identifica com os elementos do “seu” espaço produzido em “seu” processo histórico. Os símbolos, imagens e

aspectos culturais são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-culturais, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção. (SOUZA E PEDON, 2007, p. 132)

A territorialidade não é algo dado, é uma construção que se dá no processo de pertencimento do território, que reverberará uma identidade territorial. Portanto, a identidade cultural contribui positivamente para o alcance de uma maior dinâmica social dentro e fora do território, como bem destaca Kuper:

As diferentes culturas são convenções transmitidas socialmente, dinâmicas e mutáveis, e refletem conjuntos de ideias e valores. Para o autor, há um consenso entre os estudiosos sobre cultura a respeito desses pontos. Isso significa dizer que o próprio sentido de tradição cultural, não é algo estanque no tempo, nem que se herda geneticamente. Desse modo, o pensamento sobre território e identidade cultural não está marcado pela ideia de se voltar os olhos para algo que é dado pelo passado, mas que se configura num processo contínuo de transformações proporcionado pelas relações sociais (com o local e o global), o que significa relações de poder, e na relação destas com o acesso e uso do patrimônio natural e local. (KUPER, 1999 *apud* FLORES, 2006, p. 6)

Bonnemaison¹⁰ entende que “a territorialidade é expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço ‘estrangeiro’” (BONNEMAISON, *apud* CORRÊA, 2002, p. 107). Dessa forma, faz-se necessário um olhar voltado para dentro e para fora do território, quando o tema em questão é a territorialidade, visto que “a territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e móvel, entre o território ‘que dá segurança’, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação” (BONNEMAISON, *apud* CORRÊA, 2002, p. 107).

O fortalecimento da territorialidade é possível na proporção em que for estabelecida uma comunicação entre as pessoas do território. Flores alude à Albagli afirmando que é possível se estabelecer formas de fortalecimento das territorialidades, “*estimulando de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu – suas especificidades culturais*” (ALBAGLI, 2004 *apud* FLORES, 2006, grifos do autor)¹¹. Flores, ainda chama a atenção para o entendimento de Albagli sobre os perigos de certos estímulos de territorialidade vindos de fora do território,

¹⁰ O autor continua reafirmando que a territorialidade inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa “o espaço”. p. 107.

¹¹ Em Flores, não há indicação do número de página da citação de Albagli.

sem a base sociocultural interna. Para Albagli, nesses casos, a “*territorialidade é valorizada como mero objeto de interesse mercantil e especulativo*” (ALBAGLI, 2004 *apud* FLORES, 2006, grifos do autor).

2.2 A GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

O enfoque territorial conjuntamente com o enfoque de identidade foi usado inicialmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para articular as políticas nesse setor, a partir de 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Perico chega a postular o conceito de território usado pelo MDA:

[...] espaço físico definido em termos geográficos, no geral contínuo, incluindo a cidade e o campo, caracterizados por critérios multidimensionais – entre eles e o meio ambiente, economia, sociedade, cultura, política, instituições e a população, com grupos sociais relativamente distintos e que se relacionam interna e externamente via processos específicos, onde é possível distinguir elementos indicativos da identidade e coesão social, cultural e territorial.¹² (PERICO, 2009, p. 75)

Diante de um contexto histórico ainda recente, de um país industrial com foco na urbanização das cidades e do recuo do olhar dos governantes para o meio rural, a proposta do MDA foi importante para a constituição de novas políticas que seriam implementadas no Brasil. O MDA desse modo alarga o conceito e a visão em torno do Brasil, um país urbano, mas também agrário, com grande potencial de desenvolvimento a partir da participação das pessoas no pertencimento simbólico construído por meio das identidades.

Considerando que um agrupamento de municípios de acordo com afinidades de identidade, cultura, economia e geografia denomina-se Território de Identidade, em 2007, o Governo da Bahia reconheceu a existência de 26 Territórios de Identidades. Esse reconhecimento se deu a partir de uma estratégia de gestão que buscou identificar prioridades temáticas dentro de uma realidade local, com base no sentimento de pertencimento, que possibilitasse o desenvolvimento equilibrado e sustentável. Em 2008, o governo estadual realizou plenárias para o diálogo e construção do Plano Plurianual Participativo (PPA – 2008/2011), já colocando em prática a política territorial para o desenvolvimento no Estado da Bahia.

¹² (MDA/SDT. *Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais*. In: **Documentos Institucionais**, nº 2, 2005).

Em 2010, através do Decreto Estadual nº 12.354/10, foi instituído o Programa Territórios de Identidade. A finalidade desse programa é contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade, alinhado aos programas e ações do Governo Federal, Estadual e Municipal. Para acompanhar esse Programa, foi criado o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER).

Na Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), há uma coordenação específica para os Territórios de Identidade. Trata-se da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET)¹³. O trabalho da CET é realizado através dos Colegiados Territoriais que “constituem o eixo central da gestão territorial e instâncias institucionais em que a participação é feita e em que se realiza o ciclo da gestão territorial” (PERICO, 2009, p. 97). Sérgio Pereira Leite, Karina Kato e Sílvia Zimmermann revelam que a:

adoção de princípios e práticas da gestão social” integra, ao lado da “organização e fortalecimento dos atores sociais” e da “promoção e integração de políticas públicas”, o conjunto de três princípios que orientam a missão institucional da Secretaria, desdobrando-se em ferramentas e espaços específicos, como os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Órgãos Colegiados ao nível territorial respectivamente (LEITE; KATO; ZIMMERMANN, 2009, p. 106, grifos dos autores)

A gestão de ações no território é um desafio posto às pessoas que fazem parte desse lugar, visto o contexto histórico de governanças centralizadas, hierárquicas, distantes do saber ouvir. Segundo Tânia Fischer “a gestão é um ato relacional que se processa entre atores sociais em tempos e espaços territorialmente delimitadas. A gestão é uma manifestação de poder ou uma forma sensível de poder em qualquer tempo e qualquer espaço” (FISCHER, 2012, p. 114). Alargando o olhar, entende-se por gestão social “o gerenciamento participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”, como vê Fernando Guilherme Tenório (1998, p. 16). Fischer afirma ainda que “a gestão social orientada para e pelo desenvolvimento é uma forma de poder ancorada territorialmente” (FISCHER, 2012, p. 115).

Para Perico, “o ciclo da gestão social define uma visão integral das ações do desenvolvimento no território, determina as fases e etapas seguidas para a gestão adequada dos territórios e integra seus diversos componentes” (PERICO, 2009, p. 88). O ciclo é construído em quatro fases: a primeira fase é referente ao planejamento participativo que resultará na construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS); a

¹³ “A CET é um espaço político de apresentações dos Territórios e de seus Colegiados, que vem ampliando e legitimando o diálogo entre estes e as diversas instituições públicas.” Disponível em: <http://www.territoriosdabahia.org.br/index.php?pagina=p_institucional>. Acesso em: 01 maio 2014.

segunda fase refere-se à organização e articulação dos atores sociais do território; a terceira fase é referente à coordenação do processo; e a quarta e última fase do ciclo refere-se ao controle social. Perico também reitera que “o ciclo da gestão social atua de forma permanente e se retroalimenta entre as fases” (PERICO, 2009, p. 88).

Colegiado Territorial é um espaço de organização política e técnica dentro do território, formado pela sociedade civil e por representações do poder público. A organização interna do Colegiado é composta por uma coordenação executiva e por Grupos de Trabalho (GTs) específicos para cada área de demanda territorial. Dentro do Colegiado, é formado o Conselho Territorial, “Esse Conselho tem a corresponsabilidade de desenvolver os projetos que norteiam a necessidade de estabelecer processos de controle social durante o implemento dos mesmos e, especialmente o controle dos efeitos posteriores” (PERICO, 2009, p. 96).

Para a funcionalidade dos Colegiados, é necessária uma gestão descentralizada dos processos de atuação interna no Território, em que as pessoas envolvidas precisam participar dos processos de decisão, diagnosticando as demandas existentes e atuando nas ações determinadas pelo coletivo das discussões.

O Colegiado também necessita de apoio técnico para dar suporte qualitativo às demandas indicadas no Território de Identidade. Dessa maneira, o Território de Identidade amplia-se cada vez mais como lugar de diálogo entre o poder público e a sociedade civil, num processo de institucionalização de grupos que se articulam em redes, fortalecendo a territorialidade através do planejamento.

Figura 1 – Ciclo da Gestão Social no Território



Fonte: Elaboração própria a partir de (PERICO, 2009).

A figura 1 retrata o ciclo da gestão social do território, gestão esta que deve ser realizada com foco na descentralização das ações territoriais. Na visão de Fernando Guilherme Tenório, “a gestão social complementa processos de descentralização na medida em que define, institucionalmente, que procedimentos gerenciais são necessários à implementação de ações em dado território” (TENÓRIO, 2011, p. 73).

Dentro do ciclo da gestão social, os atores sociais, que são todos os envolvidos no processo territorial – cidadãos e instituições do poder público e da sociedade civil – são os responsáveis direta ou indiretamente pela constituição dos arranjos institucionais, arranjos estes que “podem ser identificados por meio de arranjos produtivos locais, agências de desenvolvimento, colegiados territoriais, comitês, consórcios, redes [...]” (TENÓRIO, 2011, p. 79). Nesse contexto, é comum a existência de conflitos, como bem evidencia Tânia Fischer ao afirmar que “a análise dos poderes locais remete às relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais” (FISCHER, 2002, p. 13).

Os conflitos são necessários em um território. São os conflitos que geram debates de ideias e possibilitam a criatividade de sugestões para o desenvolvimento territorial. É preciso pensar o desenvolvimento com envolvimento, num processo democrático que culminará na liberdade, como defende Amartya Sen (2010). Mas o envolvimento só acontece com a participação efetiva das pessoas, num contexto que não denote superioridade e sim um contexto de rodízio constante e dinâmico de ideias e ações que alcancem do menor ao maior povoado. Dessa maneira será refletida no território uma imagem da territorialidade e a constância de ações concretas para o desenvolvimento territorial.

No processo de construção do desenvolvimento territorial, é essencial a gestão social imbuída de participação ativa dos atores sociais. Participação nas discussões, nos planejamentos, nas execuções e avaliações. Sendo que, num processo participativo, é comum o surgimento de divergências. Em face dessa problemática, destaca-se a necessidade de uma reflexão sobre a participação territorial, valendo ressaltar o que diz Amartya Sen:

A questão mais séria, na verdade, diz respeito à fonte de autoridade e legitimidade. Existe um inescapável problema valorativo na decisão do que se deva escolher se e quando acontecer de algumas partes da tradição não puderem ser mantidas juntamente com mudanças econômicas e sociais que possam ser necessárias por outras razões. (SEN, 2010, p. 49)

O surgimento de conflito no grupo é um momento em que as pessoas deverão ter a capacidade de escolha. Essa questão é muito séria, pois uma escolha pode reverter-se em indicadores positivos ou negativos para o território. Outro aspecto também importante é que

as escolhas necessitam acontecer de maneira íntegra, a partir do sentimento e da verdade de cada pessoa, sem a necessidade de manipulação por parte de possíveis líderes territoriais. Fischer corrobora essa ideia ao acreditar que “o poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio, no momento em que há atores que exercem o poder, enquanto outros a ele se submetem” (FISCHER, 2002, p. 14). Esse sentimento de submissão não deve existir no Território de Identidade e nem nos espaços institucionalizados desse Território. O que deve prevalecer é o diálogo, a comunicação em busca de ações concretas que se fortaleçam no dia-a-dia.

É necessário estimular a participação das pessoas. Sérgio Cordioli alerta que “a participação deve se tornar um desejo, uma conquista individual e coletiva, a fim de reduzir a concentração do poder” (CORDIOLI, 2009, p. 31). A busca pelo desenvolvimento precisa estar latente no território, incorporando os sentimentos de desejo pelo conhecimento. Nem sempre é possível que isso aconteça, porém é o que se deve buscar. Um desenvolvimento numa visão ampla, que contemple o bem-estar do lugar:

Para se construir um processo de desenvolvimento territorial sustentável, é necessário o enfrentamento dos conflitos, nem sempre explícitos, entre os diferentes grupos de atores que são direta ou indiretamente afetados por ações locais. Para essa construção, o conflito e a negociação são partes importantes da formação da autonomia das sociedades, necessária para o estabelecimento de bases sustentáveis de desenvolvimento, produzindo-se um processo solidário e de cooperação coletiva. (FLORES, 2006, p. 13)

Diante do exposto, se faz necessária uma vigilância constante de todo o processo, através de um acompanhamento das práticas no âmbito municipal. Trata-se de uma vigilância que busque contemplar ajustes necessários em torno de possíveis dificuldades encontradas. O Território é uma representação simbólica. Desse modo, se as ações não se concretizam com eficácia nos municípios, poderão ocorrer fragilidades na territorialidade.

Outro aspecto importante é a descentralização dos projetos no Território. É fundamental que o município se veja como território, assim como os projetos e também os órgãos estaduais e federais que venham se instalar no Território devem estar presentes de maneira diversificada no maior número possível de municípios de um mesmo Território. Assim, garantir-se-á a circularidade da população territorial e também da economia e da gestão territorial.

O antigo modelo de centralização em cidades de médio ou grande porte deve ser modificado pelo modelo descentralizador em que a circularidade proporcionará o desenvolvimento e o crescimento de um número maior de cidades. Acontecerá então uma

maior participação dos municípios nas discussões territoriais, fortalecendo assim a territorialização e garantindo uma gestão social eficaz. Participação também se aprende, se pratica, e é o melhor caminho para o fortalecimento da cidadania, em suas mais diversas possibilidades (CORDIOLI, 2009, p. 27).

No que diz respeito aos agentes territoriais, Perico observa:

O desenvolvimento das capacidades é uma necessidade crítica às atividades operacionais e à gestão territorial. Tem-se estabelecido um processo de formação de competências para os agentes territoriais, tendo em vista habilitá-los ao exercício eficaz de suas atividades, ante ao plano de participação ou aos trabalhos de apoio e acompanhamento. (PERICO, 2009, p. 98)

Como se observa, tem se tornado cada vez mais frequente a existência de cursos de formação com enfoque territorial. As pessoas têm buscado conhecimento para atuarem com liberdade, sem amarras políticas ou até mesmo, sem as amarras da própria ignorância. Perico lembra também que “a organização dos atores sociais dentro do ciclo da gestão social do território é um dos mais importantes resultados esperados. A participação ativa e composta de conhecimento fortalece a territorialidade” (PERICO, 2009, p. 100). As pessoas estão cada vez mais sendo protagonistas de suas próprias histórias, assumindo riscos e tomando decisões efetivas, sem muitas delongas. Assim, a territorialidade ganha espaço numa maior dinâmica, influenciada por identidades cheias de pertencimento e conhecimento do contexto do lugar.

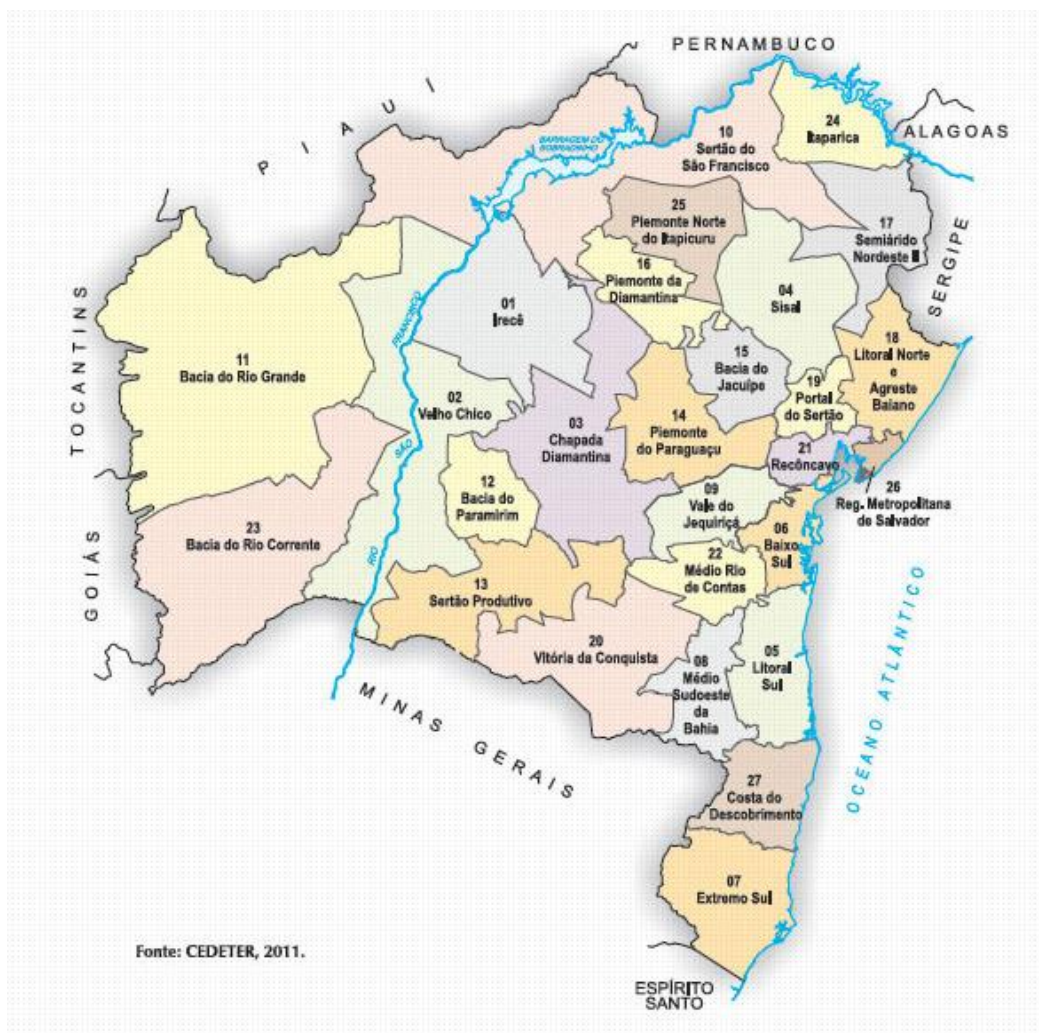
É preciso estar atento ao que se passa, pois a velocidade do tempo atropela as mentes que insistem em não escrever suas histórias. O território é o lugar da identidade, pois a própria identidade é um território onde as pessoas se protegem, guardam-se, acham-se e se perdem para depois se acharem. Assim, segue o ciclo.

Nos Territórios de Identidade, encontram-se características próprias que representam esses lugares. Cada um tem identidades marcadas por singularidades, por mais que estejam lado a lado, cada Território representa um lugar diferente. Esse fato é bastante curioso, pois os municípios se agrupam simbolicamente de maneira muito forte no contexto territorial. A divisão geográfica dos Territórios de Identidade foi feita de maneira política, mas o sentimento de pertencimento é simbólico. Nesse caso, pode acontecer que alguns municípios não se reconheçam como parte de um determinado Território e busquem um novo lugar onde não prevaleça o sentimento de ser um estrangeiro.

Em 2012, foi criado um novo Território de Identidade, denominado Território de Identidade Costa do Descobrimento. A criação desse Território se deu por conta de uma

demanda dos municípios que não se sentiam identificados no Território a que antes pertenciam¹⁴. Assim, a Bahia passou a ter 27 Territórios de Identidade.

Figura 2 – Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade>>.

¹⁴ Reunidos no município de Itabela, representantes da sociedade civil e poder público dialogaram sobre a criação do Território de Identidade Costa do Descobrimento, que será composto por Porto Seguro, Itagimirim, Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Itabela, Itapebi e Guaratinga. A reunião aconteceu na Câmara Municipal de Vereadores de Itabela, com a participação do coordenador provisório da Costa do Descobrimento, o ambientalista Melquíades Espínola, responsável pela criação de encontros para discutir a proposta de criação do 27º território da Bahia. Espínola destacou que a homologação de criação do território está cada vez mais próxima. As reuniões com a participação de entidades continuam nesta quinta-feira (21) em Guaratinga. Segundo o coordenador, esses encontros servem para discutir novas ideias sobre o processo de criação do território. Disponível em: <<http://www.girodenoticias.com/noticias/geral/2173/homologacao-do-territorio-de-identidade-costa-do-descobrimento-esta-muito-proxima-20-06-2012/>>. Acesso em 29 abr 2014.

2.3 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E POLÍTICA CULTURAL

Pensar a cultura como eixo estruturante para o desenvolvimento tem sido algo novo para grande parte dos municípios baianos. Em muitos casos, chega a ser algo complicado e de difícil compreensão por parte de muitas pessoas que passaram a vida em um processo de construção cotidiana do fazer cultural, sem a preocupação com os resultados que pudessem obter. São militantes da cultura que, na simplicidade dos talentos, buscavam um sorriso e aplausos. Na habilidade do criar, sentiam-se bem com um parabéns. No ofício do saber, sentiam-se bem em ensinar. Assim, gerações e gerações repassaram seus saberes. Em alguns casos, os saberes se perderam ou ficaram apenas nas lembranças de alguns.

No que diz respeito ao município, historicamente a cultura sempre esteve relegada a uma situação secundária na pauta dos governantes. Vista como eventos e festejos, o que se pensava como cultura acontecia de forma pontual, sem a preocupação de diálogo ou reflexão. Nesse contexto, os municípios refletiam uma imagem pouco preocupada com a cultura local, demonstrando também o descompromisso com as possibilidades de um alinhamento entre cultura e desenvolvimento. Essa realidade estampada no dia a dia de muitos municípios da Bahia demonstra a fragilidade sobre o entendimento do que seja cultura e ainda, do que seja a sua cultura. Afinal, o que interessa é a saúde, a educação, a segurança, o trabalho, porém todos esses elementos são reflexos da cultura local. A cultura é a base de sustentação de um lugar, o que as pessoas fazem ou deixam de fazer repercute numa cultura local, reverberando uma identidade e uma imagem social, possibilitando resultados positivos ou não.

Entender o que é cultura é uma tarefa que deve ser empreendida pelos municípios no momento atual, devido ao contexto das políticas de cultura que estão sendo contruídas no Brasil. A palavra cultura tem sua origem no verbo latino *colore*, que significa o cultivo, o cuidado. De acordo com Marilena Chauí, durante muito tempo, esse termo foi associado ao cultivo da terra, à agricultura, ao cuidar das crianças, à puericultura e também aos os deuses e ao sagrado, através de cultos (CHAUÍ, 2009). A partir do Iluminismo no século XVIII, a cultura passou a ser sinônimo de civilização e ganhou um conceito amplo de práticas, ciências, filosofias e técnicas que permitem avaliar um determinado grupo de pessoas sob o critério de evolução, destaca Chauí (2009).

Inicialmente a antropologia se baseou na visão iluminista para compor um conceito de cultura alinhada ao progresso. Já no século XIX, com base principalmente na filosofia alemã, a antropologia passa a definir cultura numa visão ampla, marcada pela diferença entre

natureza e história. Teixeira Coelho(2008) apresenta o primeiro conceito de cultura defendido pelo antropólogo Edward Burnett Tylor em seu livro *Primitive Culture* (1871). Nele cultura ou civilização é esse todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e outras capacidades ou atitudes adquiridas pelo homem na condição de membro da sociedade. Todavia, acrescenta Daniele Canedo, “Tylor defendia o princípio do evolucionismo que acreditava haver uma escala evolutiva de progresso cultural que as sociedades primitivas deveriam percorrer para chegar ao nível das sociedades civilizadas” (CANEDO, 2007, p. 3). Assim, o grau de desenvolvimento de uma civilização era medido por sua cultura.

A visão evolucionista de Taylor foi contestada por Fraz Boas (1858-1942), antropólogo que trouxe grande contribuição ao estudo da cultura por ter se debruçado sobre a realidade de grupos humanos. Com observação direta nas realidades estudadas, Boas é considerado o inventor da etnografia. Seus estudos alargaram o conceito de cultura a partir do momento em que ele não se conformou com o conceito antropológico de cultura, visto como resultado do pensamento racional do homem, dentro da perspectiva evolucionista:

Em seus estudos, Boas concluiu que a diferença fundamental entre os grupos humanos era de ordem cultural e não racial ou determinada pelo ambiente físico. Sendo assim, defendia que, ao estudar os costumes particulares de uma determinada comunidade, o pesquisador deveria buscar explicações no contexto cultural e na reconstrução da origem e da história daquela comunidade. Decorre dessa constatação o reconhecimento da existência de culturas, no plural, e não de uma cultura universal. (CANEDO, 2007, p. 3).

Numa perspectiva etnográfica, Clifford Geertz defende um conceito semiótico da cultura, compreendendo-a como uma ciência interpretativa, à procura de significados:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua, superfície. Todavia, essa afirmativa, uma doutrina numa cláusula, requer por si mesma uma explicação. (GEERTZ, 2012, p. 4).

Compreende-se que, a partir de uma análise interpretativa, o conhecimento cresce em grandes proporções numa perspectiva cada vez mais profunda em relação aos estudos da cultura.

Dentro do campo das políticas culturais, a cultura é entendida por Teixeira Coelho como sendo a parte do todo, e nem mesmo a maior parte (COELHO, 2008, p. 17). Para ele, nem tudo é cultura : quando se diz que tudo é cultura, sinaliza-se uma ideia imobilizadora e engessadora da cultura. Coelho defende uma ideia de cultura efetivamente motriz, e o estudioso é bastante claro na sua defesa, esclarecendo pontos cruciais que poderão minimizar a dimensão da cultura no contexto do desenvolvimento humano:

Uma cultura não é mais esse campo que o homem prepara e do qual extrai uma série de produtos; não é nem o arado que trabalha esse campo, não é nem mesmo o conjunto dessas coisas todas mas é preferencialmente a *lâmina afiada* que penetra nesse campo e o corta e revolve, pondo para cima o que estava embaixo e vice-versa. Ampliar a esfera de presença do ser não é, em si, tudo, não basta ou, melhor, não é algo que se consiga apenas com ver mais, ver outra coisa, ver muito. Ampliar essa esfera de presença do ser é algo que só se consegue com a capacidade de discernir de modo agudo, sutil e rápido entre uma coisa e outra, entre o que pode ampliar essa esfera e o que a amarra ao mesmo, entre o que pode impulsionar o ser na direção de seu desenvolvimento maior e aquilo que o atrasa, o faz regredir. (COELHO, 2008, p. 36, grifo do autor)

Em face dos mais diversos conceitos de cultura já expostos, a concepção aqui defendida é a de que cultura é toda produção simbólica de um povo, é livre, dinâmica, circula de maneira independente, proporcionando a construção de outras culturas. Nesse âmbito, a cultura não é algo pronto e irretocável, pelo contrário, ela flui em processos de mutação em diferentes momentos históricos. Faz-se necessário então, na construção de políticas culturais, identificar as culturas que serão trabalhadas. Em relação a esses aspectos, percebe-se um grande desafio que precisa ser vencido.

O entendimento aqui dado ao conceito de cultura aponta um cuidado com o pensamento sobre o que seja tradição cultural. Assim como Albuquerque Jr. (2007, p. 16), Coelho (2008, p. 24) também acredita que o que é visto como tradicional foi um dia criado por alguma pessoa, por um grupo de pessoas ou ainda inventado por pessoas. O que se pensa ser tradicional merece um olhar mais amplo e um diálogo mais constante no processo de construção de políticas de cultura, sabendo-se que a possibilidade de conflitos é uma realidade a ser trabalhada. Principalmente, no que diz respeito à cultura e ao desenvolvimento:

Havendo indícios de conflito real entre a preservação da tradição e as vantagens da modernidade, é necessário uma resolução participativa, e não uma rejeição unilateral da modernidade em favor da tradição imposta por dirigentes políticos, autoridades religiosas ou admiradores antropológicos do legado do passado. (SEN, 2010, p. 50)

Assim como a cultura, a identidade está sempre em processo de construção e reconstrução, numa dinâmica de multiplicidade (COELHO, 2008, p. 15). Partindo do indicativo de uma identidade pessoal para a identidade social de um grupo, de uma comunidade, de um município, entende-se que ela não deve ser engessada nem cosmética. A identidade é formada por meio de símbolos, fragmentações e contradições construídas através das diferenças, formando identidades culturais. A identidade é um significado cultural e socialmente atribuído (SILVA, 2012). A identidade é marcada pela representação, ela é viva e pujante.

No ano de 2007, a Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT-BA) adotou os Territórios de Identidade para implementar a política cultural do Estado. A coordenação dos Territórios de Identidade ficou sob a responsabilidade da Superintendência de Cultura (SUDECULT) e a Diretoria de Integração Regional da Cultura. Lúcia Carvalho¹⁵ avalia que:

Considerando a missão da Secretaria de Cultura e as prioridades estratégicas de descentralizar as ações culturais e democratizar o processo de planejamento, execução e avaliação dos programas e projetos culturais, o Programa Integrado de Desenvolvimento Territorial da Cultura surge como um instrumento inovador para o alcance dos propósitos referidos. (CARVALHO, 2007, p. 4)

Buscando atingir seus objetivos, a SECULT-BA alcançou os vinte e seis Territórios de Identidades existentes e reconhecidos no Estado no ano de 2007, e investiu em três ações prioritárias: Implantação dos Representantes Territoriais da SECULT-BA; Realização da II Conferência Estadual de Cultura; Criação do Sistema Estadual de Cultura (SEC). Na compreensão de Ângela Andrade¹⁶:

Em síntese, todas essas ações estruturantes integram um único plano de descentralização do desenvolvimento territorial, em sintonia com as diretrizes do Governo do Estado. E tudo isso representará um grande avanço se houver o comprometimento de todos os municípios e cidadãos em cada canto da Bahia. (ANDRADE, 2007, p. 8)

A criação do Sistema Estadual de Cultura (SEC) faz parte da política nacional de cultura que foi implementada em 2003. Nessa perspectiva, o Ministério da Cultura (MinC) propõe a criação de uma Política de Estado para a Cultura, através do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

¹⁵ Lúcia Carvalho foi Diretora de Projetos para o Desenvolvimento da Cultura – SUDECULT/SECULT-BA, 2007.

¹⁶ Superintendente Estadual de Cultura da Bahia nos anos de 2007 a 2010.

A SECULT-BA iniciou uma grande empreitada para alcançar os 417 municípios da Bahia, com foco no entendimento de que o papel do Estado é direcionar o olhar em todas as direções, na perspectiva de entender os contextos e fatos que marcam a cultura e a história dos lugares, diante de tantos processos de mudanças e efervescências das identidades e dos territórios constituídos simbolicamente ou, politicamente. Nesse sentido, os Territórios de Identidade passaram a ser o grande destaque da gestão da cultura do Estado. Contudo, era visível a inquietação por parte de muitas pessoas do campo da cultura, para entenderem o que seria o Território de Identidade.

Buscando descentralizar as ações do governo através do diálogo com os Territórios de Identidade, a SECULT-BA, através da SUDECULT realizou em maio de 2007 o I Encontro de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia, cujo objetivo central foi discutir a importância da cultura como eixo de desenvolvimento e sua transversalidade. Nesse encontro, foi criado o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia, composto por uma coordenação dos Territórios de Identidade. Em 2011, os Territórios de Identidades representados pelos municípios decidiram criar uma Associação, dessa maneira, o Fórum passou a ser coordenado diretamente pela Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia (ADIMCBA).

A sede legal da ADIMCBA fica na cidade de Ipirá, no Território da Bacia do Jacuípe. A cada Fórum é eleita uma nova Diretoria composta por dez Territórios de Identidade. Para acompanhar o trabalho da diretoria e dinamizar as ações da ADIMCBA, é eleito um Conselho Territorial composto por três municípios de cada território.

Tabela 1 – Participantes dos Encontros do Fórum

Encontros	Nº de Inscritos	Nº de Municípios Presentes	Nº de Territórios Presentes
I Encontro	208	147	26
II Encontro	250	144	26
III Encontro	382	241	26
IV Encontro	405	221	26
V Encontro	330	155	26
VI Encontro	421	228	27

Fonte: SECULT-BA - 2010/2011

Com o tema “Cultura é o quê?” em 2007, a II Conferência Estadual de Cultura, realizada na cidade de Feira de Santana, no Território de Identidade Portal do Sertão, foi um marco na história da política cultural no Estado da Bahia, pois foi construída sob um processo amplamente democrático e envolvido por sentimentos de pertença e alegria. O grande

diferencial está na realização das Conferências Territoriais de Cultura. Foram 26 Encontros territoriais, contando com a presença de 3.833 participantes.¹⁷ A Bahia é o único estado brasileiro que realiza Conferências Territoriais de Cultura.

Em 2009, iniciou-se uma primeira etapa para a criação dos Planos Territoriais de Cultura, foram contemplados cinco territórios: Território Litoral Sul, Sisal, Baixo Sul, Velho Chico e a Bacia do Jacuípe. Os cinco territórios receberam oficinas de capacitação para a criação dos planos.

Também em 2009, a SECULT-BA passou a ter na sua equipe de trabalho a presença de 26 Representantes Territoriais de Cultura. Morando nos territórios e vivenciando a realidade do cotidiano de cada município, esses profissionais abriram espaço para um amplo diálogo entre o Estado e os municípios, sendo verdadeiros desbravadores dos caminhos da cultura baiana. Sobre o trabalho dos Representantes Territoriais de Cultura, Elissandro Silva Magalhães¹⁸ considera que:

O Representante Territorial de Cultura é o elo entre as políticas públicas de cultura previstas na lei orgânica da cultura e que estão sendo executadas pela Secretaria de Cultura do Estado, com os municípios nos territórios de identidade da Bahia. O representante territorial atua como articulador nas relações dos segmentos culturais entre os municípios do Território na consolidação do Sistema Estadual de Cultura. O trabalho do representante é fundamental na consolidação da política cultural em todo o estado, exigindo contato permanente com os agentes culturais de todos os municípios baianos. (informação verbal)

Naquele mesmo ano, foi iniciado um amplo debate com a sociedade civil em torno da criação de uma lei estadual para a cultura. Após todo o processo necessário foi criada e aprovada a Lei Orgânica de Cultura da Bahia – LEI Nº 12.365 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 – que dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura.

Entre os princípios orientadores da Política Estadual de Cultura, contidos no Art. 4º da Lei Orgânica, o inciso X indica a territorialização de ações e investimentos culturais. Em outros artigos da lei, o território também se faz presente, como no Art. 9º que trata do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) e sua composição. De acordo com a Lei, o CEC será composto por 30 conselheiros titulares e 30 suplentes, sendo 1/3 do Poder Público e

¹⁷ Informações encontradas no Blog das Conferências de Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia. Disponível em: <<http://culturabahia.com/conferencias-anteriores/#perg02>>. Acesso em 01 maio 2014.

¹⁸ Entrevista com Elissandro Silva Magalhães – Diretor de Territorialização da Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia – 2014.

2/3 da sociedade civil. Nessa composição da sociedade civil, dez conselheiros titulares e dez suplentes deverão ser representantes do fazer cultural, e dez conselheiros titulares e dez suplentes deverão ser representantes dos Territórios de Identidade:

§ 3º - A indicação dos conselheiros da sociedade civil deve ser feita por meio de eleição, atendendo a critérios que contemplem segmentos culturais, processos do fazer cultural e territorialidade, na forma definida em ato do Poder Executivo¹⁹.

Em 29 de novembro de 2012, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 71, que inclui o Art.216-A à Constituição Federal, criando o Sistema Nacional de Cultura:

Art.216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais. (PEIXE, 2013, p. 8)

O êxito do SNC está na sua composição, o sistema é alimentado por um alinhamento entre Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo na Sociedade Civil o acompanhamento através da fiscalização e participação ativa nos fóruns e conselhos de Cultura.

Figura 3 – Estrutura do SNC



Fonte: MinC

¹⁹ Lei Orgânica da Bahia – Lei Nº 12.365 de 30 de Novembro de 2011, Art. 9º.

Durante a V Conferência Estadual de Cultura, realizada no Território de Identidade Região Metropolitana de Salvador, na cidade de Camaçari, ocorreu a primeira eleição territorial para Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC). O processo de eleição foi estabelecido através da Portaria nº 327, de 27 de setembro de 2013.

Através da Portaria nº 340, de 21 de outubro de 2013, a SECULT-BA tornou pública a lista dos primeiros Conselheiros Estaduais de Cultura eleitos, sendo dez titulares e dez suplentes, totalizando 20 Territórios de Identidade representados no Conselho Estadual de Cultura. Para Márcio Cáires²⁰, “a participação de representantes dos territórios de identidade será um grande avanço na discussão da política cultural do estado podendo também fortalecer o poder de participação do CEC nas discussões com a SECULT-BA” (informação verbal). Entretanto, esse avanço sinalizado por Caires só será percebido de fato, tanto no CEC como em outras instâncias, através do reflexo da imagem de cada território reverberada pelo processo interno, o qual se dá via construção da territorialidade, na eficiência da gestão cultural e da gestão social no âmbito da cultura local. Tratando-se da gestão cultural, Enrique Saraiva postula:

Falar em gestão cultural significa referir-se a um conjunto de ações de uma organização – pública ou privada – destinado a atingir determinados objetivos que foram planejados e – supõe-se – são desejados pela organização. Implica implementar normas, planos e projetos, estabelecer estruturas, alocar recursos humanos, financeiros, físicos e tecnológicos e, principalmente, empenhar criatividade e capacidade de inovação para atingir esses objetivos da melhor maneira possível. (SARAIVA, 2011, p. 15)

A gestão cultural surge nesse cenário como um importante pilar de sustentação para a consolidação das políticas culturais. Mas também representa o maior desafio para o alcance dos objetivos pensados e propostos para o território. Sobre este aspecto, Tailze Melo considera:

Ao pensar em gestão cultural, também estamos refletindo sobre o jogo da alteridade. Isso porque o exercício de práticas culturais instigantes e, de fato, significativas para os envolvidos nelas, requer muito além de sensibilidade e boas intenções. Tensões políticas de variados modelos de ordenamento e gestão tornam a diversidade cultural a própria possibilidade de lidar com a realidade multifacetada por excelência. (MELO, 2011, p. 10)

²⁰ Entrevista com Márcio Caires (Márcio Griô), Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia – 2013.

Dentro da complexidade entre gestão e diversidade cultural, o papel do gestor cultural ganha destaque cada vez maior diante da política cultural. Entretanto, pelo fato de ainda ser uma profissão em construção, é visível a fragilidade da gestão cultural nos Territórios de Identidade. Muitos ainda não sabem qual é o seu papel, como agir, dialogar e contribuir de maneira significativa na construção da política cultural local. Essa realidade tem sido um entrave na funcionalidade da gestão cultural em muitos territórios. A SECULT-BA, em parceria com universidades estaduais e federais, tem realizado diversos cursos de formação para gestores culturais no intuito de contribuir no desenvolvimento desses profissionais, e consequentemente na funcionalidade do Sistema Estadual de Cultura (SEC).

Sobre os gestores culturais, Maria Helena Cunha salienta que “esse profissional deverá ser capaz de materializar e dinamizar no âmbito local, regional e nacional as práticas que configuram a cultura de uma comunidade” (CUNHA, 2007, p. 26) Assim, a gestão cultural contribuirá articulando, mediando e estimulando o processo de criação, circulação e avaliação das políticas culturais nos municípios, direcionando-se para o território e servindo-se da identidade cultural do lugar como referência para alcançar a territorialidade. Nesse processo, Saraiva evidencia o papel dos gestores culturais:

O importante é tornar mais efetiva a atuação dos gestores culturais permitindo-lhes uma organização mental que lhes permita enfrentar os desafios cotidianos que sua atividade lhes apresenta, com a possibilidade de conhecer e poder usar a linguagem explícita e tácita da burocracia e, sobretudo, com a vantagem de terem aprendido a operacionalizar as próprias ideias. (SARAIVA, 2011, p. 19)

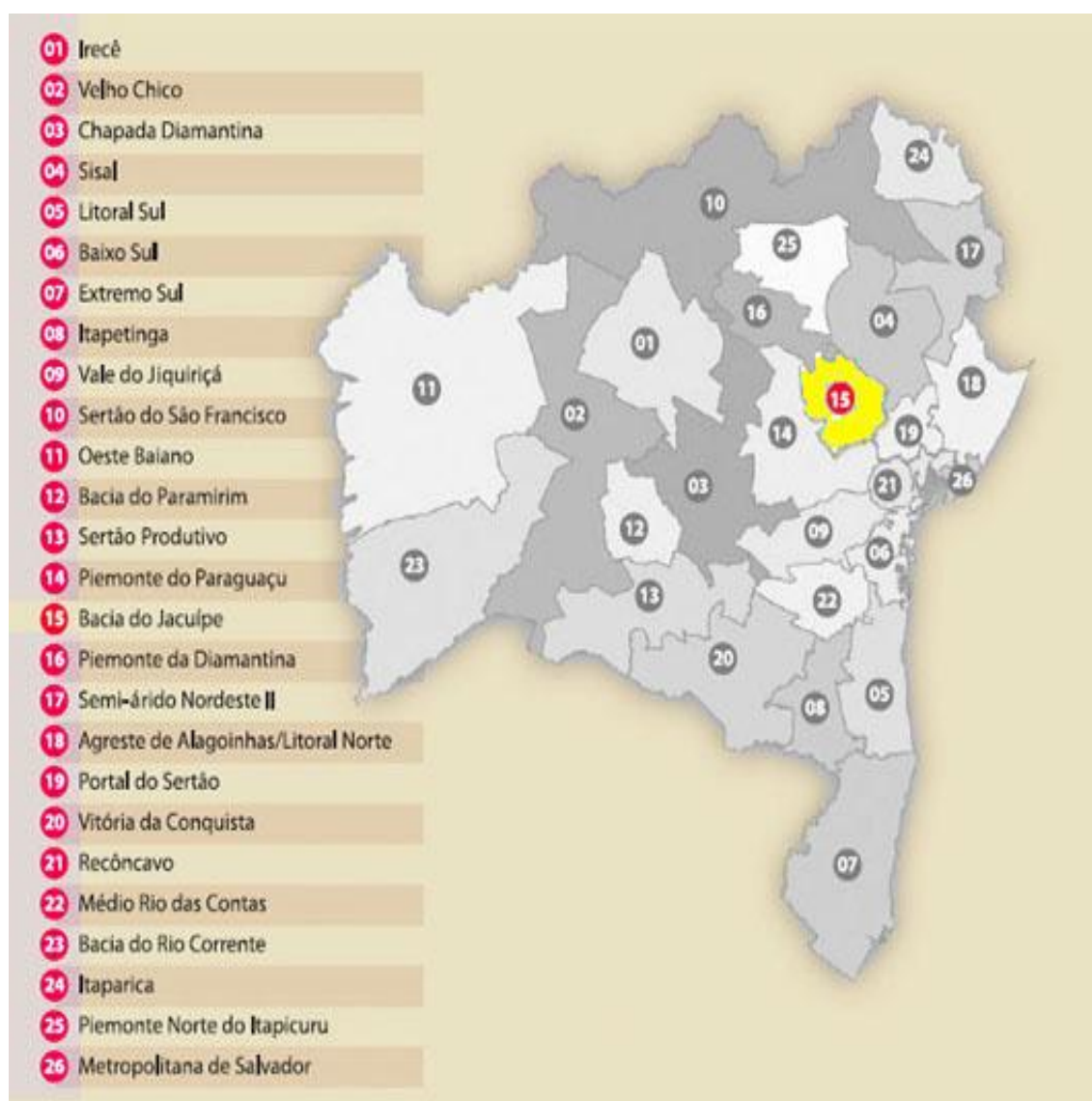
Em muitos casos, algumas pessoas, depois de participarem de fóruns, seminários e cursos, retornam ao território carregadas de energia e de sonhos para colocá-los em prática e, no entanto enfrentam o gelo da realidade local, imposto por governantes e por certa parcela da comunidade que ainda não percebeu a cultura como eixo do desenvolvimento. Nesses casos, existe um enfrentamento direto ou indireto com o contexto do lugar, estabelecendo conflitos dos quais onde alguns terminam recuando e desistindo. Outras, mais aguerridas, seguem buscando resolver as situações colocadas. Nesse último caso, torna-se mais viável acontecer o envolvimento de parte da comunidade e assim se iniciar o processo da gestão social da cultura no território.

3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE

3.1 CONHECENDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE

Entre os 27 Territórios de Identidade, o Território Bacia do Jacuípe (TBJ) é identificado pelo número 15 no Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia. Constitui-se de 14 municípios, sendo eles: Ipirá, Várzea do Poço, Várzea da Roça, Pintadas, Gavião, Nova Fátima, Capela do Alto Alegre, Mairi, Baixa Grande, Serra Preta, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Quixabeira e São José do Jacuípe.

Figura 4 – Território de Identidade nº 15 - Bacia do Jacuípe



Fonte: <www.baciadojacuipe.com.br>. Acesso em 09 jan. 2014.

Ipirá, antiga Camisão, é o município de maior extensão territorial, com 3.048,5 km² (IBGE 2010). No passado, esse território foi bem maior, pois abrangia os municípios de Baixa Grande, Serra Preta e Pintadas²¹. Riachão do Jacuípe é o segundo maior município em extensão territorial, com 1.190,2 km² (IBGE 2010), no passado, pertenciam a seu território os municípios de Gavião, Pé de Serra, Nova Fátima e Capela do Alto Alegre.²² Várzea da Roça²³ desmembrou-se de Mairi, antiga Monte Alegre.

O município de Ipirá fez parte do território de Feira de Santana²⁴, que atualmente faz integra o Território Portal do Sertão. Outros cinco municípios do TBJ tiveram suas origens em municípios que também fazem parte de outro Território de Identidade atualmente, o de Piemonte da Diamantina. Mairi e Riachão do Jacuípe se desmembraram do município de Jacobina; Várzea do Poço desmembrou-se de Miguel Calmon; Quixabeira, de Serrolândia; e o município de São José do Jacuípe se desmembrou de Capim Grosso²⁵.

²¹ **Baixa Grande** foi elevada à categoria de vila com denominação de Baixa Grande, pela lei provincial nº 2502, de 17-07-1885, desmembrada do município de Camisão/ **Serra Preta** foi elevada à categoria de município com a denominação de Serra Preta, pela lei estadual nº 604, de 19-12-1953, desmembrado do município de Ipirá/ **Pintadas** foi elevada Elevado à categoria de município com a denominação de Pintadas, pela lei estadual nº 4450, de 09-05-1985, desmembrado de Ipirá.(IBGE)

²² **Gavião** foi elevada à categoria de município com a denominação de Gavião, pela lei estadual nº 4410, de 19-03-1985, desmembrado de Riachão do Jacuípe/ **Pé de Serra** foi elevada à categoria de município com a denominação de Pé da Serra, pela lei 4411, de 19-03-1985, desmembrado de Riachão do Jacuípe./ **Nova Fátima** foi elevado à categoria de município com a denominação de Nova Fátima, pela lei estadual nº 5022, de 13-06-1989, desmembrado de Riachão do Jacuípe/ **Capela do Alto Alegre** Elevado à categoria de município com a denominação de Capela do Alto Alegre, pela lei estadual nº 4409, 19-03-1985, desmembrado de Riachão do Jacuípe.(IBGE)

²³ **Várzea da Roça** foi elevada à categoria de município e distrito com a denominação de Várzea da Roça, pela lei estadual nº 4401, de 25-02-1985, desmembrando-se de Mairi (IBGE).

²⁴ **Ipirá** foi elevado à categoria de vila com a denominação de Camisão, pela lei provincial nº 520, de 20-04-1855, desmembrada do município de Feira de Santana (IBGE).

²⁵ **Mairi** foi elevado à categoria de vila com a denominação de Monte Alegre, pela lei provincial nº 669, de 31-12-1857, desmembrado do município de Jacobina. Sede na antiga povoação de Monte Alegre. Elevado à condição de cidade com a denominação de Monte Alegre, pela lei estadual nº 196 ou 169, de 05-08-1897/ **Várzea do Poço** foi elevada à categoria município com a denominação de Várzea do Poço, pela lei estadual nº 1774, de 30-07-1962, desmembrado do município de Miguel Calmon/**Quixabeira** foi elevada à categoria de município com a denominação de Quixabeira, pela lei estadual nº 5019, de 13-06-1989, desmembrado de Serrolândia./**São José do Jacuípe** foi elevada à categoria de município e distrito com a denominação de São José do Jacuípe, pela lei estadual nº 5024, de 13-06-1989, desmembrado de Capim Grosso/ **Riachão do Jacuípe** foi elevado á categoria de vila com a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe, pela lei provincial nº 1823, de 01-08-1878, desmembrado de Jacobina. Instalada em 25-10-1878. (IBGE)

Quadro 1 – Origem dos municípios do TBJ

Origem	Território de Identidade	Município do TBJ
Feira de Santana	Portal do Sertão	Ipirá
Ipirá	Bacia do Jacuípe	Baixa Grande Serra Preta Pintadas
Mairi	Bacia do Jacuípe	Várzea da Roça
Riachão do Jacuípe	Bacia do Jacuípe	Gavião Pé de Serra Nova Fátima Capela do Alto Alegre
Jacobina	Piemonte Diamantina	Riachão do Jacuípe Mairi
Miguel Calmon	Piemonte Diamantina	Várzea do Poço
Serrolândia	Piemonte Diamantina	Quixabeira
Capim Grosso	Piemonte Diamantina	São José do Jacuípe

Fonte: Criação própria a partir dos dados do IBGE.

O TBJ está localizado no sertão baiano, na região do semiárido. O acesso se dá por meio de transporte rodoviário, sendo as principais vias: a BR 324, passando por Riachão do Jacuípe, Gavião e outros municípios; a BR 407, passando por Mairi e outros municípios; e a BA 052, passando por Serra Preta, Ipirá e Baixa Grande. A vegetação da caatinga predomina em todo o território, além da presença de pastagens que representam uma herança histórica do período da colonização.

Entre as mais diversas espécies vegetais presentes destacam-se o umbuzeiro e o licurizeiro, por constituírem verdadeira simbologia cultural para o sertanejo, além de servirem de alimento para as pessoas e para os animais. Outra planta de destaque é a mandioca, em quase todos os municípios há as tradicionais casas de farinha, o único em que não há é Gavião. O TBJ não apresenta uma agricultura específica, no entanto, são visíveis os esforços em busca de modernização para as atividades agropecuárias, com a presença de casas de mel, desnatadeiras e as casas de farinha. É notável no TBJ uma forte participação dos agricultores nas organizações comunitárias, nos sindicatos, associações e cooperativas.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) da Bacia do Jacuípe (2010, p. 54), a situação da educação no território é bastante crítica e carece de atenção especial para a construção do processo de desenvolvimento sustentável, pois apresenta altos índices de analfabetismo. Além dessa fragilidade, no território não há nenhum campus universitário público, existindo apenas faculdades particulares e programas específicos do Governo Federal, como a Plataforma Freire (PAFOR) e a Universidade Aberta

do Brasil (UAB). Nesse cenário, o morador do território que deseje fazer um curso universitário presencial e público precisa se deslocar para outros Territórios de Identidade vizinhos.

Com relação à saúde, o TBJ também apresenta fragilidades: existem apenas três hospitais de médio porte em Ipirá, Riachão do Jacuípe e Mairi; poucos postos de saúde e unidades particulares; e nenhuma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Casos de emergência e que careçam de maiores cuidados são direcionados para outros Territórios de Identidade.

Em relação à economia, o TBJ apresenta a agroindústria e a indústria como os setores que geram riquezas. Destaca-se o município de Ipirá com uma fábrica de calçados de grande porte, oriunda do sul do país, e várias fábricas de artefatos de couro de pequeno e médio porte. O comércio é bastante fragilizado no TBJ, contando com médias e pequenas lojas, nenhuma grande rede de supermercados ou loja de departamentos. Essa realidade empurra as pessoas para fazerem compras em outros Territórios, como em Feira de Santana (Território Portal de Sertão), em Itaberaba (Território Piemonte do Paraguaçu) e em Jacobina (Território Piemonte da Diamantina).

Figura 5 – Mapa do Território Bacia do Jacuípe



Fonte: < <http://territoriobaciadojacuipe.blogspot.com.br/p/o-territorio.html> >.

A organização do TBJ iniciou-se de fato em 2004 através de segmentos da sociedade civil, representada principalmente por sindicatos e associações de trabalhadores rurais e representações do poder público. Nesse período, constituíram o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe (CODES). Ao longo dos anos, o TBJ articulou-se em diversas áreas, criando GTs de acordo com as demandas territoriais. No ano de 2010, foi apresentado o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS),²⁶ esse Plano foi resultado de um grande trabalho desenvolvido nos GTs do CODES. Três pilares nortearam a construção do PTDS do TBJ: o primeiro foi o território, visto como espaço físico e social; o segundo foi a institucionalidade através da participação ativa dos atores envolvidos e também da busca por novas parcerias; e o terceiro foi a visão de futuro do território.²⁷

Entre os GTs do CODES, o de Cultura destacou-se no processo de articulação, diálogo e organização de planejamento, demonstrando capacidade técnica e simbólica na construção do desenvolvimento local. Esse GT foi instituído no ano de 2007, em meio ao processo das ações da SECULT-BA.

Fotografia 1 – GT de Cultura em Riachão do Jacuípe (2014)



Fonte: Acervo de Telma Guimarães

²⁶ Cada GT se reunia para dialogar sobre as especificidades de suas áreas. No caso da Cultura, as reuniões aconteceram de forma de rodízio em cada cidade do Território. Nesse período, a cidade acolhedora, preparava a infraestrutura do grupo visitante. Geralmente eram dois dias de encontro.

²⁷ Informações retiradas do próprio PTDS, p.16.

No PTDS, o GT de Cultura apresenta quatro projetos prioritários, sendo eles: Formação de Agente Ambiental; Apoio a Grupos de Produção Cultural; Formação de Agentes de Comunicação; Arte e Educação nas Escolas Municipais. Este último projeto foi contemplado no edital Territórios Culturais da SECULT-BA, no ano de 2009, com o nome de “Arte pela Educação da Bacia do Jacuípe”. O objetivo geral do projeto foi criar espaços de fomento e revitalização das manifestações artísticas e culturais das comunidades do território, proporcionando o fortalecimento da arte como instrumento de diálogo pedagógico na acepção e formação dos alunos²⁸.

A gestão do PTDS do TBJ abrange dois pilares: o primeiro é a ação política, articuladora e integradora, marcada pela prática democrática, convivendo com a diversidade em suas múltiplas dimensões; o segundo é a dimensão técnica, capaz de dar sustentação aos programas e projetos na perspectiva do desenvolvimento sustentável²⁹. O PTDS constitui então um instrumento de suma importância no processo de desenvolvimento do Território, necessitando de pessoas cada vez mais informadas, capacitadas e dispostas a atuarem no fortalecimento da territorialidade.

O TBJ tem em sua composição a presença de atores sociais engajados na dinâmica organizacional das demandas territoriais. Em Pintadas, existe uma articulação social através da Rede Pintadas³⁰, que tem dado bons frutos ao município e tem sido uma das organizações estratégicas para o território. No município de Quixabeira há a Escola Família Agrícola de Jaboticaba (EFA)³¹, que recebe alunos de todo o TBJ e também de dos Territórios Piemonte Norte do Itapicuru, Sisal, Piemonte da Diamantina e Piemonte do Paraguaçu. Em Ipirá, existe um Centro de Educação Territorial Profissionalizante (CETEP), que atende a todo o TBJ. Com sede em Pintadas, a Cooperativa de Créditos (SICOOB) é mais uma apoiadora das ações territoriais.

Externamente, o TBJ tem grande articulação com setores do poder público e organizações da sociedade civil, dialogando com Ministérios e Secretarias de Governo, com

²⁸ Informações retiradas do próprio PTDS, p. 91.

²⁹ Informações retiradas do próprio PTDS, p.79.

³⁰ “A Rede Pintadas é uma organização que reúne 11 entidades representativas do Município de Pintadas, que atuam como organizações sociais, produtivas, culturais e religiosas, formalizada através da Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas. As instituições integrantes se assemelham no seu conjunto de normas e valores e possuem objetivos comuns.” Disponível em: <http://www.redepintadas.org.br/rede_oque.html>. Acesso em: 06 maio 2014.

³¹ - “A Escola Família Agrícola de Jaboticaba (EFA) foi criada em 1993, com a intervenção da Missão Jesuíta do Sertão e com o objetivo de atender aos filhos dos pequenos produtores da agricultura familiar, proporcionando-lhes o desenvolvimento sócio, educativo e humano, preservando a identidade de filhos de agricultores, através da Pedagogia de Alternância”. Disponível em: <<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/05/EFA.pdf>>. Acesso em 05 maio 2014.

outros territórios, com universidades, sempre com o objetivo de fortalecer o território através do conhecimento e da captação de recursos e da aprovação de projetos. A gestão social do território é perceptível através da condução do CODES, o qual desempenha grande articulação interna e externa, possibilitando aos atores sociais oportunidades de participação ativa nas tomadas de decisões territoriais.

Ainda é necessária uma maior participação das pessoas nas atividades territoriais. Percebe-se que existe uma quebra da comunicação entre as pessoas que participam das atividades territoriais e os cidadãos comuns dos municípios. Em alguns municípios não é comum ocorrer o repasse de informações no âmbito municipal. Diante desse impasse, o trabalho desenvolvido pelo CODES ou por outra iniciativa territorial fica comprometido na sua eficácia e no seu objetivo maior que é a territorialidade com uma gestão social. As assembleias realizadas pelo CODES refletem um ambiente onde a maioria dos municípios participa, e das quais resultam encaminhamentos de ações territoriais. Por isso, os municípios deveriam ser mais cuidadosos no repasse dos encaminhamentos tomados, proporcionando oportunidades para que a população tenha conhecimento e também possa opinar.

O TBJ tem uma imagem construída e respeitada em setores do poder público e privado, por todo seu trabalho de gestão comprometida com a territorialidade. Porém, nas entrelinhas deste território, urge a necessidade da compreensão de ações municipais com foco na territorialidade. É visível que o poder público local poderia estar mais comprometido com a territorialidade, olhando o território como lugar de fortalecimento social e não apenas como lugar de oportunidades para alcançar recursos financeiros. O CODES e os GTs realizam atividades em rodízio pelo território, dessas atividades, participam quase sempre as mesmas pessoas. Geralmente são reuniões de pequeno e médio porte e alguns seminários de maior porte. Porém, em alguns casos, depois das atividades, instaura-se o vazio no município que acolheu os visitantes. Não existe uma continuidade por parte do município referente ao que foi discutido nas respectivas atividades, demonstrando assim a fragilidade da territorialização. Essa realidade, visível em grande parte dos municípios, sendo Pintadas uma das exceções, passa a ser um entrave para o desenvolvimento local.

O GT de Cultura conseguiu alinhar o território ao município e vice-versa, propondo aos agentes culturais uma dinâmica municipal no âmbito da cultura. Nesse sentido a política cultural do Estado tem colaborado para uma maior compreensão e aceitação do território nos municípios.

Quadro 2 – Gestão do PTDS do TBJ

LINHAS	AÇÕES	RESULTADOS
Política	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões bimestrais do Conselho do CODES; • Seminários Semestrais do Fórum Territorial; • Reuniões trimestrais dos GTs constituídos; • Articulação institucional com as esferas estadual e federal. 	Sistema de Gestão Estratégico (SGE) implementado: <ul style="list-style-type: none"> a) Índice de Condição de Vida (ICV) b) Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)
Técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnósticos; • Capacitação de atores envolvidos; • Acompanhamento e monitoramento dos projetos; • Registro de atividades; • Intercâmbio e sistematização das experiências; • Avaliação processual à luz dos indicadores do ICV e IDS. 	Sistema de Gestão Estratégico (SGE) implementado: <ul style="list-style-type: none"> a) Índice de Condição de Vida (ICV) b) Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Fonte: PTDS (2010, p.80).

3.2 A IDENTIDADE CULTURAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE

A divisão geográfica dos Territórios de Identidade é de caráter político, mas o sentimento de pertencimento é simbólico. Nesse caso, pode acontecer que alguns municípios não se reconheçam como parte de um determinado Território e busquem um novo lugar onde não prevaleça a sensação de sentir um estrangeiro. No caso do TBJ, no ano de 2007, o município de Várzea do Poço demorou um pouco para participar do GT de Cultura, pois ainda não se sentia à vontade no Território. Para os atores sociais desse município, eles tinham muito mais sintonia com o Território Piemonte da Diamantina (TPD). Só depois de certo tempo e de algumas visitas ao município por parte do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia e de membros do GT de Cultura, foi concretizada a permanência de Várzea do Poço no GT de Cultura.

A reação de Várzea do Poço é compreensível por conta da sua historicidade. Existem sentimentos culturais naturalmente construídos em torno da sua identidade ao longo de sua existência. No caso de Riachão do Jacuípe, não foi evidenciada a vontade de estar no TPD, e também não foi demonstrada satisfação em estar no TBJ. O que tem minimizado a permanência deste município no TBJ é o fato de outros municípios oriundos de seu território também estarem presentes. Todavia, Riachão do Jacuípe ainda demonstra certa resistência ao diálogo territorial.

Os demais municípios que tiveram origem em municípios que atualmente fazem parte do TPD também sentiram certo incômodo com a nova realidade. Eles encontraram-se agrupados em um novo modelo de região, construído pelo governo federal. O que contribuiu para a aceitação e participação real no território foi a identidade cultural sertaneja, representada nos 14 municípios. Tal identidade constituiu a liga de sustentabilidade para o desenvolvimento do território. As pessoas de Quixabeira perceberam-se nas pessoas de Serra Preta, as de Várzea do Poço identificaram-se com as de Ipirá e assim, a identidade cultural tornou-se base e imagem do TBJ.

A formação geográfica do TBJ deu certo por conta da identidade sertaneja do lugar. Entendendo que historicamente o sertão refere-se ao interior, cada sertão passa a ter a sua particularidade que irá marcar a sua diferença. No caso do TBJ, o sertão é identificado por aspectos de expressões artísticas e de história local:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. (WOODWARD, *apud* SILVA, 2012, p. 40)

Cada Território têm suas diferenças em relação a outros Territórios, dentro do Território existem municípios carregados de suas próprias diferenças, constituídos de suas culturas e de vida cotidiana. Considerando essa peculiaridade, Clifford Geertz, espelhando-se em Max Weber, define o homem como sendo “um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, sendo a cultura essas teias e suas análises” (GEERTZ, 2012, p. 4).

Nota-se nos Territórios de Identidade a presença do conceito de Geertz em relação à cultura. Trata-se de um lugar onde cada município tem suas culturas que conjuntamente formam uma teia cultural, representando a identidade territorial. No caso do TBJ, os 14 municípios que compõem esse lugar apresentam composições históricas e culturais diversas. Todavia, dentro da perspectiva do Território, essas diversidades contribuem para a

identificação territorial e possibilita a construção da “teia de significados” designada por Geertz. Cada município colabora para a construção da identidade do território, trata-se de uma construção que flui em vários aspectos, podendo transcorrer processos de mudanças na perspectiva de construção de novas identidades.

Os municípios do TBJ possuem vasto acervo cultural e artístico, com grandes riquezas materiais e imateriais. O artesanato faz parte da identidade do território de maneira muito forte, estando presente em todos os municípios através de trabalhos feitos em palhas, cerâmica, bordados e madeira. Outra marca forte da identidade cultural do TBJ é o samba de roda, em todos os municípios existem esse tipo de manifestação cultural. Nas cidades de Riachão do Jacuípe e Pintadas, acontecem festivais de sambadores, dos quais participam sambadores de todo o território e também de territórios vizinhos.

O samba de roda do TBJ é marcado pelo “palmeado”, as palmas incrementam a qualidade do som e o ritmo a ser cantado e dançado. Para obter o palmeado, além das próprias palmas, os sambadores dispõem de dois instrumentos específicos para obter este som. O senhor João Pereira³², sambador do Grupo União, diz que:

A palmadeira é um instrumento feito com dois pedaços de madeira com uma correia e que cada pedaço de madeira fica preso a uma mão. Outro instrumento é a matraca, também feita de madeira mais fina, onde três pedaços de madeira são presos a um pequeno cabo também de madeira, e o som é obtido sacudindo o instrumento. (informação verbal)

Além da matraca e da palmadeira, no samba de roda da TBJ não podem faltar o prato e a cuia como instrumentos que, juntamente com o pandeiro de couro de bode esquentado no fogo e com a viola, completam o som, acompanhado por letras musicais cheias de rimas e criatividade.

³² João Pereira, 63 anos, sambador e coordenador do Grupo de Samba União, membro do Conselho Municipal de Cultura de Ipirá.

Fotografia 2 – Sambadores de Ipirá – Grupo União



Fonte – Acervo Próprio

O samba de roda pode ser considerado a principal representação da identidade cultural do TBJ. Realizado nas mais diversas situações, o samba está presente no meio da feira livre, nos eventos festivos, na finalização de reuniões, seminários e assembleias. É muito comum se receber um convite para um samba na casa de alguém, seja na roça ou na cidade. Em Ipirá, o samba de roda representa a música no Conselho Municipal de Cultura, e todas às sextas-feiras acontece samba de roda na Praça Roberto Cintra, centro da cidade. Nesses encontros, sambadores e admiradores do samba entram pela noite cantando e dançando com muita alegria.

Mesmo com a presença em todo o território, o samba de roda tende a desaparecer por conta da falta de jovens sambadores, pois os grupos são formados, na sua maioria, por homens já idosos. É pouco visível a presença de jovens tocando algum instrumento numa roda de samba. No ano de 2010, o Ponto de Cultura Pensar Filmes, da cidade de Pintadas, fez um documentário³³ sobre o samba do TBJ. Com o título de “Samba Território – O samba na Bacia do Jacuípe – sertão da Bahia”, este documentário retrata a excelência dessa cultura no

³³ Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=KW6emiew0KY>>.

território e também denuncia a iminência em se perdê-la. Entre os entrevistados no documentário, o senhor Lindolfo Ferreira, do Grupo de Samba de Capela do Alto Alegre, traz a seguinte afirmação: “daqui a vinte e cinco anos ou trinta anos, quando a gente tiver veinho a gente não vai mais fazer aquilo e nenhum novo tá participando.” O senhor João Agnelo, do Grupo de Samba de Pintadas, também dá a sua declaração: “Aqui no nosso meio se não abri o olho vai acabar o samba pois o jovem não samba. Dos que tem aqui dentro e é sambador o mais novo é eu com 60 anos e tanto” (informação verbal). No município de Ipirá e Riachão do Jacuípe, o documentário apresenta a participação de alguns jovens que estão se inserindo na cultura do samba de roda, e também já existem alguns grupos formados por mulheres.

Esta realidade sinaliza que o território precisa criar oportunidades para repassar essa sabedoria e talento dos sambadores às novas gerações. Não é comum no TBJ a cultura do saber ouvir esses mestres da sabedoria popular, detentores de conhecimentos da música e da vida. O samba de roda do TBJ é uma oportunidade de potencializar o desenvolvimento local, fomentando a criação de uma marca do território. Os festivais de samba já existentes poderão ganhar maior dimensão. Nesse intuito, os municípios poderiam canalizar esforços para investirem no samba de roda local, com um olhar cuidadoso para as minúcias desta cultura, ouvindo os sambadores, detentores de saberes.

As festas de padroeiras demonstram forte aspecto cultural no território. No passado, essas festas já foram mais representativas, porém ainda continuam tendo brilho nos municípios. Nesse contexto religioso, destaca-se também a Semana Santa, que reúne as famílias em almoços, caminhadas a montes e acompanhamento de procissões. Existem também no território alguns terreiros religiosos. A religiosidade afrodescendente é forte no TBJ, entretanto pouco difundida por conta dos aspectos históricos de repressão a esses cultos.

As festas juninas representam outro aspecto cultural muito forte em todos os municípios, sendo que em alguns o São João é o mais representativo, com exceção de Pintadas que festeja o São Pedro e de Capela do Alto Alegre que festeja o Santo Antônio. Em Baixa Grande, destaca-se a festa de Micareta e em Mairi e Várzea do Poço, o Carnaval. Tais festas vêm perdendo espaço no interior baiano por conta da indústria cultural do São João que se fortalece a cada ano. Como se vê, as linguagens artísticas no TBJ são bastante diversificadas e cada município tem suas peculiaridades.

As festas do licuri são bastante representativas em uma parte do TBJ. O licuri é um fruto do licurizeiro, uma palmeira nativa do semiárido do Nordeste do Brasil. Encontra-se esta planta em todo TBJ, mas ela é mais presente nos municípios oriundos do TPD, por receberem apoio técnico da Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina

(COOPES), a qual desenvolve atividades formativas para o desenvolvimento de ações, tendo o licuri como fonte de renda local. Nesses municípios é farta a variedade de produtos feitos com o licuri, como doces, granola, pães, biscoitos, entre outras iguarias. A palha do licuri é utilizada para a produção de artesanato como, bolsas, esteiras e chapéus, bijuterias, utensílios doméstico, e também é usada na ornamentação de festejos. Na programação das festas, sempre há concursos, cursos de formação, palestras e muita degustação. O samba de roda e o forró também fazem parte dessas manifestações. Depois da formação geográfica do TBJ, os outros municípios passaram a conhecer e a participar de forma mais ativa dessas festas, entretanto, ainda não há registro de realização de festa do licuri nesses municípios.

Quadro 3 – Expressões Artísticas do TBJ

MUNICÍPIO	EXPRESSÃO ARTÍSTICA
Baixa Grande	Teatro, capoeira, hip hop, samba de roda, grupos de forró, quadrilhas juninas, artesanato
Capela do Alto Alegre	Dança, samba de roda, capoeira, artesanato
Gavião	Dança, samba de roda, artesanato
Ipirá	Teatro, filarmônica, grupos musicais de forró, samba de roda, capoeira, dança, quadrilhas juninas, literatura
Mairi	Dança, samba de roda, banda de pífanos, artesanato, capoeira
Nova Fátima	Samba de roda, dança, teatro, artesanato
Pé de Serra	Filarmônica, teatro, dança, samba de roda, artesanato
Pintadas	Quadrilha junina, grupos musicais de forró, samba de roda, artesanato, audiovisual
Quixabeira	Samba de roda, grupos de dança, bandas de pífanos, quadrilhas juninas, capoeira, grupos musicais de forró, artesanato
Riachão do Jacuípe	Samba de roda, dança, capoeira, filarmônica, artesanato, literatura
São José do Jacuípe	Samba de roda, grupos musicais de forró, dança, literatura, artesanato
Serra Preta	Samba de roda, dança, artesanato, audiovisual
Várzea da Roça	Samba de roda, bandas de pífanos, teatro, grupos musicais de forró, artesanato.
Várzea do Poço	Samba de roda, dança, capoeira, bandas pífanos, artesanato.

Fonte: <www.baciadojacuipe.com.br> e pesquisa de campo da autora.

Fotografia 3 – Grupo de Capoeira Topázio – Ipirá



Fonte: Acervo próprio.

Na cidade de Ipirá acontece a Semana de Cultura mais antiga do Território, quiçá da Bahia. Realizada há 29 anos pela Associação dos Estudantes Ipiraenses (AEIPI), essa Semana de Cultura tem marcado um tempo de construção e valorização da cultura local, destacando as culturas do município e dialogando com outras através da participação de diversos municípios ao longo desses anos. Outros municípios também realizam Semanas de Cultura dentre eles, Várzea do Poço, Baixa Grande e Pintadas.

As feiras livres demonstram um dos aspectos mais representativos dos municípios. No caso do TBJ, não é diferente. Elas permanecem latentes no pulsar das pessoas mesmo diante da modernização e de mudanças para Centros de Abastecimento. Nas feiras, acontece de tudo, as pessoas se encontram e desencontram, e são muitas as histórias oriundas das feiras livres que encantam a cultura do lugar. No TBJ, há feiras de todos os tamanhos e de todos os gostos, destaque-se a de Ipirá que acontece às quartas-feiras, e a de Pintadas, que se realiza às segundas-feiras.

O patrimônio material do TBJ é centrado em antigos casarões, fazendas, igrejas católicas e também em lugares paisagísticos. Destaca-se a fazenda Cais, construída pelo coronel da Guarda Nacional, Manuel Ribeiro Soares, morador da Vila de Santana do Camisão, atual Ipirá. Essa fazenda deu origem ao município de Baixa Grande, no final do século XIX. Atualmente, ela está aberta para visitação turística. Destaca-se também a Serra do Leão, no município de Pé de Serra. Trata-se de uma serra com 475 metros de altura, nela encontra-se um cruzeiro, e é um lugar de peregrinação durante a Semana Santa. Em outras épocas do ano, é também bastante visitada por conta da maravilhosa vista que se tem da cidade. Construída ao pé de duas serras, a cidade de Pé de Serra tem, de um lado, a Serra do Leão, e do outro, a serra do Bugio, daí o nome do município. Os moradores não se cansam de falar da beleza de suas serras que encantam a todos os visitantes de perto e de longe.

Fotografia 4 – Serra do Leão



Fonte: Acervo de Everson Lima.

Em Quixabeira, São José do Jacuípe, Mairi, Várzea da Roça e Várzea do Poço é muito marcante a presença de bandas de Pífano. Em Ipirá, Nova Fátima, Baixa Grande Várzea da Roça e Pé de Serra, destaca-se a presença do teatro. A filarmônica “08 de Setembro”, de Riachão do Jacuípe, é a mais antiga do território.

A cultura do couro é bastante desenvolvida principalmente, em Ipirá. Nesse município, na região formada pelo povoado do Rio do Peixe, Umburanas e o distrito Malhador, quase todas as famílias trabalham na produção de artefatos de couro, num processo que vem sendo passado de geração à geração.

As culturas encontradas no TBJ circulam dentro do território, contribuindo na construção da territorialidade. Cada município contribui através de suas singularidades e assim repercute a imagem da identidade cultural do território.

Fotografia 5 – Quadrilha junina – Baixa Grande.



Fonte: Acervo de Jorge Luiz.

3.3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE E O SISTEMA NACIONAL E ESTADUAL DE CULTURA

A política cultural do governo estadual chegou ao TBJ em abril de 2007, inicialmente através de uma reunião entre a SECULT-BA e representantes de alguns territórios da Bahia como Riachão do Jacuípe, Ipirá, Pintadas e Capela do Alto Alegre. O objetivo dessa reunião foi apresentar a proposta de descentralização das ações e recursos financeiros do governo estadual, por meio da criação do Sistema Estadual de Cultura. Para alcançar esse objetivo, a SECULT-BA enfatizou que estava adotando os Territórios de Identidade. O segundo momento de contato com a SECULT-BA foi através do I Encontro de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia, no mês de maio de 2007. Desse encontro participaram os municípios de Baixa Grande, Ipirá e Nova Fátima.

A partir desses dois momentos foi aberta uma discussão dentro do território sobre o que estava sendo posto pelo governo estadual. Destaca-se nesse contexto o fato de que até então não havia uma organização territorial em favor da cultura local, cada município desenvolvia suas ações de forma independente. Com a política cultural da SECULT-BA, iniciou-se uma ampla mobilização dentro do TBJ, e no mês de junho de 2007, na cidade de Ipirá, foi fundado o GT de Cultura.

Após a criação do GT foi eleita uma comissão formada por três municípios que viajariam por todo o território com o objetivo de organizar a gestão municipal da cultura junto ao poder público, falando-lhe sobre a necessidade de se realizar Conferências Municipais de Cultura e de se assinar um Protocolo de Intenções junto à SECULT-BA para adesão ao Sistema Estadual de Cultura. A proposta é também criar o Sistema Municipal de Cultura e organizar a gestão territorial da cultura. A comissão que viajou foi formada pelos municípios de Pintadas, Ipirá e Serra Preta, sendo composta: pelo Mobilizador das Conferências de Cultura contratado pela SECULT-BA; pela Conselheira Territorial do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia; por um representante da Sociedade Civil; e por uma Diretora de Cultura.

Na referida viagem, constatou-se um cenário desalentador em torno da cultura. A maioria dos municípios não tinha nenhum órgão municipal de cultura, apenas Pintadas dispunha de uma Secretaria Municipal de Cultura. Em número considerável, havia pessoas contratadas pela prefeitura para coordenar a cultura local, porém essas pessoas enfrentavam situações como: não ter espaço físico para trabalhar; não ter equipe de trabalho; não ter recurso financeiro disponível; e serem relegadas a desempenhar seus trabalhos apenas em

períodos festivos do calendário municipal. Dessa maneira, muitos desses profissionais demonstraram desânimo para trabalhar, decepcionados com a compreensão dos gestores municipais sobre a cultura.

Por parte da sociedade civil, a recepção não foi diferente: grupos artísticos desanimados, alguns até mesmo desarticulados, semblantes carrancudos quando se questionava sobre as ações da prefeitura em relação à cultura. Artistas tristes, incrédulos com qualquer iniciativa sobre a cultura. Este cenário demonstrava que seria muito difícil implementar a política cultural do Estado, no entanto a SECULT-BA encontrou no TBJ um terreno fértil devido à identidade cultural do lugar que não demorou a selar a realização de um trabalho coletivo, de eficácia municipal, repercutindo no território e caracterizando a territorialização. Isso reverberou no âmbito estadual, colocando o território em destaque em muitos momentos de discussão e implementação de ações propostas pela SECULT-BA. Os municípios que antes viviam desconectados em relação à cultura passaram a dialogar e a planejar projetos estruturantes no campo da cultura.

Através da coordenação de Ipirá e de Pintadas, o GT de Cultura contou em sua formação com: o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, representado pelos profissionais contratados pelas prefeituras; e a sociedade civil representada pelos artistas, grupos artísticos, pensadores e admiradores do campo da cultura. As reuniões do GT aconteciam e ainda acontecem por meio de um sistema de rodízio nas cidades. Nelas, a presença de sambadores colaborou com o fortalecimento do planejamento territorial.

Em 2007, dez municípios realizaram Conferências Municipais de Cultura e, em 2013, todos os 14 municípios realizaram suas Conferências. O TBJ participou dos seis Fóruns de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia, atuando no Conselho Territorial e alcançando em seguida a Coordenação Geral do Fórum e a Presidência da ADIMCBA. O TBJ teve delegados nas II, III, IV e V Conferências Estaduais de Cultura, e nas II e III Conferências Nacionais de Cultura. O TBJ garantiu assento no Conselho Estadual de Cultura nos anos de 2012/2014 e também assegurou sua participação na eleição de Conselheiros representantes do Territórios de Identidade.

No final do ano de 2007, o TBJ entregou à SECULT-BA os 14 Protocolos de Intensão assinados pelos prefeitos. Foram realizadas três Conferências Territoriais de Cultura: a primeira em Baixa Grande, a segunda em Ipirá e a terceira em Pintadas. Todas as Conferências Territoriais contaram com a participação da maioria dos municípios.

Em 2008, o TBJ recebeu a SECULT-BA representada pelo Secretário Márcio Meirelles, pela Superintendente de Cultura Ângela Andrade e também pelo professor da Universidade

Federal da Bahia (UFBA), Vicente Federico. Este encontro, ocorrido em Ipirá, reuniu 14 municípios e também outros de territórios vizinhos, além do representante da Coordenação do Fórum de Dirigentes. O objetivo do encontro foi realizar uma cerimônia de assinatura simbólica dos Protocolos de Intenção, considerando o fato de o TBJ ter sido o primeiro território a ter 100% de adesão ao Sistema Estadual de Cultura. O propósito também era que o GT de Cultura entregasse à SECULT-BA o primeiro Plano Territorial de Cultura da Bahia e o primeiro Projeto Territorial de Cultura da Bahia.

Fotografia 6 – Reunião para a assinatura simbólica dos Protocolos de Intenção – Ipirá.



Fonte: Acervo próprio.

A organização do território em relação à cultura foi destaque durante o II Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, que aconteceu no Território de Identidade Vitória da Conquista. Nesse Fórum, o TBJ teve a oportunidade de partilhar a experiência de planejamento territorial da cultura. Em 2009, o TBJ teve seu projeto territorial aprovado no Edital Territórios Culturais, realizado pela SECULT-BA. Também nesse ano, o território foi contemplado pela SECULT-BA para receber oficinas de capacitação para elaboração dos Planos Municipais de Cultura. Essas oficinas foram realizadas pela UFBA através do

Professor Vicente Federico e também a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) executou oficinas de capacitação para elaboração de projetos culturais.

Em 2010, o TBJ recebeu duas Oficinas de Planejamento do Desenvolvimento Territorial da Cultura para a criação do Plano de Desenvolvimento Territorial da Cultura (PDTC), sendo elas ministradas por Sérgio Cordioli³⁴ e por Cláudio Gustavo Lasa³⁵. Estas oficinas foram oferecidas apenas para cinco territórios, com o objetivo de construir a proposta para o PDTC. No caso do TBJ, como já havia um Plano, foi realizado então um trabalho de análise do que já tinha sido construído, alinhando à proposta da SECULT-BA e também revendo pontos ainda fragilizados, tendo por objetivo:

A análise da Cultura no Território da Bacia do Jacuípe e a definição dos objetivos estratégicos que deverão ser trabalhados durante os próximos anos visando o seu fortalecimento. Os trabalhos propiciaram espaços para a reflexão conjunta e integrada sobre a Cultura no Território³⁶

As oficinas constituíram uma oportunidade para uma análise mais aprofundada sobre o território. Todavia o território quase sempre tem recebido um olhar técnico, distanciado por parte dos moderadores, quando estes deveriam também ter um envolvimento mais direto, íntimo e sensível com as questões territoriais que, inclusive, dizem respeito à própria cultura deles. Um dos momentos mais significativos das oficinas foi o diálogo sobre o sentimento das pessoas presentes em relação ao território. Entre as muitas respostas, destacam-se: o sentimento de desamparo dos Dirigentes Culturais pela falta de apoio dos Gestores Municipais; a carência de estruturas físicas apropriadas para o consumo da cultura produzida no Território (teatros, centros e ambientes culturais); e a forte identidade e manifestações culturais rurais³⁷.

No ano de 2010, foi percebido um certo avanço pois, os municípios já tinham seus Órgãos Municipais de Cultura, a maioria Departamentos de Cultura vinculados à Secretaria Municipal de Cultura. No entanto, naquele ano, as respostas dos Dirigentes Municipais de

³⁴ Sérgio Cordioli é Engenheiro Agrônomo e Mestre em Economia Rural. Desde 1995 atua como moderador autônomo em processos participativos no Brasil, Alemanha e Angola, sendo Moderador Sênior da GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GTZ + InWent e DED), que atua como moderador / instrutor para essa e outras instituições, públicas e privadas no Brasil, Alemanha e Angola. Presta serviços através da sua empresa – Cordioli Moderação de Processos Participativos Ltda, com sede em Porto Alegre / RS. (Informações disponíveis em: <<http://www.scordioli.com.br/php/index.php>>)

³⁵ Cláudio Gustavo Lasa é Sociólogo, Mestre em Desenvolvimento Agrícola CPDA/URFFJ, Consultor técnico do MDA.

³⁶ OFICINA DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA CULTURA – Bacia do Jacuípe - Baixa Grande / BA, 26 e 27 de Julho de 2010- MODERADORES: Sérgio Cordioli e Cláudio Gustavo Lasa. Fonte: Secretaria de Cultura da Bahia.

³⁷ O moderador lançou a seguinte pergunta: Qual o nosso sentimento da cultura no território? No relatório da oficina encontram-se 21 respostas, p.6.

Cultura indicavam o fato de que os gestores municipais continuavam menosprezando a cultura, mesmo depois de terem assinado os Protocolos de Intenção. Dessa forma, a realidade posta apontava a existência de conflitos que precisavam ser resolvidos.

Diante do exposto, percebe-se que a identidade sustenta o território, principalmente através das manifestações culturais rurais, dentre elas o samba de roda. A participação do samba de roda tornou-se mais significativa para a territorialização e construção da política cultural do Estado do que a atuação dos gestores municipais que percebem a cultura de maneira ínfima, que geram gastos e não reconhecem o retorno econômico e social que ela pode dar ao município.

No território, não existe nenhum Centro Cultural do Estado, tendo apenas Centros de Cultura construídos pelos municípios. Esses Centros geralmente não têm estrutura suficiente para abarcar as demandas municipais e muito menos as territoriais. Trata-se de uma carencia enorme, pois a produção territorial fica sem espaço. O território tem discutido possibilidades para ter um Centro Cultural Territorial, mas ainda não há nenhum avanço nesse sentido.

Essa realidade apontada pelo relatório da oficina demonstra fragilidade na ideia de construção dos Sistemas Municipais de Cultura (SMC). Por um lado, os SMCs irão garantir uma gestão municipal da cultura com dignidade, por outro lado, os gestores municipais necessitam de mergulhar no universo da cultura e da política cultural do Estado para entenderem o quão importante é a cultura para o desenvolvimento local. Falta um diálogo direto e franco entre Estado e Gestores Municipais. A SECULT-BA contratou dois Representantes Territoriais de Cultura (RTCs) para o TBJ, sendo cada um em períodos diferentes. Para Izaías Junior³⁸, que foi o primeiro RTC, “o território é bastante articulado, porém as dificuldades de dialogar com os gestores municipais é muito grande” (informação verbal). De fato, a cultura vista pelos gestores municipais limita-se, ainda em muitos casos, aos eventos.

Avançar na construção dos SMCs, com esta realidade tornou-se um ponto-chave para os atores sociais e principalmente para as pessoas que atuavam diretamente no campo da cultura, como os agentes culturais. Nesse empreito, todos os esforços foram empreendidos: o TBJ participou de cursos de formação para gestores culturais oferecidos pela SECULT-BA em parceria com as universidades estadual e federal; criou um projeto territorial para formação de gestores culturais; e o GT de Cultura passou a ser um espaço também de formação. Assim, o território foi ganhando fôlego e estabelecendo de forma evidente uma

³⁸ Entrevista com Izaías Junior, Representante Territorial de Cultura pela SECULT – 2009/2012.

gestão social da cultura empreendida pelos membros do GT de Cultura, os quais multiplicavam suas experiências em seus municípios. Destaca-se nesse contexto a presença dos Dirigentes Municipais de Cultura de todos os municípios dentro do GT, todavia os esforços desses profissionais encontravam-se ancorados mais na realidade identitária do território e menos na prefeitura.

Em 2013, a criação dos SMCs tornou-se a principal demanda do MinC e da SECULT-BA, porém enquanto não acontecer um diálogo entre Secretário e gestores municipais, e até mesmo uma formação para esses últimos, corre-se o risco de se ter SMCs fragilizados, engessados ou até extintos. Para um gestão social da cultura, percebe-se que a sociedade precisa se apoderar do processo, definindo o conceito de cultura que cabe na realidade territorial e construir um planejamento específico com base na sua identidade cultural. É dessa forma que o TBJ deve atuar no cenário da política cultural da Bahia.

Para haver o SMC, o município precisa criar mecanismos institucionais que garantam a gestão da cultura. Na figura 6 encontra-se o modelo de composição do SMC. Nesta composição, são essenciais: a criação de um Órgão Municipal de Cultura (secretaria, departamento, fundação ou gerência); a realização de Conferências Municipais de Cultura; a criação do Conselho Municipal de Política Cultural e do Plano Municipal de Cultura, este construído com a participação da sociedade e aprovado pela Câmara de Vereadores. É necessária também a criação do Instrumento de Fomento e Financiamento (Fundo Municipal de Cultura), no qual o repasse dos recursos se dê de fundo a fundo, partindo da União, passando pelo Estado e chegando aos municípios. Os demais componentes do SMC cada município deverá criar de acordo com suas demandas.

Figura 6 – Componentes do SMC



O TBJ chegou em 2014, com avanços positivos em relação a sua territorialidade dentro do campo da cultura. Todos os municípios tem Órgãos Municipais de Cultura e Dirigentes Municipais de Cultura que buscam a cada dia aprimorar seus conhecimentos sobre gestão cultural. O território tem sido constantemente contemplado com resultados positivos nos editais promovidos pela SECULT-BA. A maioria dos projetos contruídos e aprovados é elaborados através de processo coletivo dentro do GT de Cultura, numa dinâmica de gestão social, buscando alcançar as demandas territoriais. Nesse contexto, destaca-se a grande criação de projetos dentro do edital Territórios Culturais, no qual alguns já foram aprovados. Nesse edital, o objetivo é a realização de atividades culturais em pelo menos três cidades de um mesmo território.

Quadro 4 - O TBJ e os editais da SECULT

Edital	Municípios contemplados
Ponto de Cultura	Ipirá, Pintadas, Baixa Grande e Nova Fátima
Programa de Fomento a Filarmônicas	Pé de Serra, Ipirá e Riachão do Jacuípe
Setorial de Música	Pé de Serra – I e II Encontro de Filarmônicas Pintadas – Festival de Música Popular Canto da Terra
Territórios Culturais	Pintadas – Arte pela Educação da Bacia do Jacuípe; Festival de Sambadores; Transformação pela Arte São José do Jacuípe – Capacitar para fortalecer Ipirá – Festival de Música Popular da Bacia do Jacuípe
Implantação de Bibliotecas	Ipirá, Gavião, Pintadas, São José do Jacuípe, Riachão do Jacuípe
Modernização de Bibliotecas	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Nova Fátima
Pontos de Leitura	Ipirá, Capela do Alto Alegre, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta

Fonte: SECULT/SUDECULT

No âmbito do poder público, especificamente nas prefeituras, o TBJ também vem demonstrando avanços satisfatórios, pois em 2014 a maioria dos municípios já apresentam SMC em fase bastante avançada. Telma Guimarães,³⁹ atual RTC, avalia que “a situação do território é boa! Ela tem realizado oficinas, encontros, tem ido conversar diretamente com

³⁹ Entrevista com Telma Guimarães – Representante Territorial de Cultura – RTC / SECULT – 2013/2014

prefeitos e vereadores. O próximo passo é centrar forças nos Planos Municipais de Cultura!” (informação verbal).

O Plano Municipal de Cultura é o coração do Sistema por ser o norteador das políticas que serão implementadas no município. O primeiro desafio posto para o município é definir o seu conceito de cultura de maneira que contemple o cotidiano do lugar, fortalecendo a diversidade local. Essa é a tarefa mais complexa na construção do SMC, visto que demanda tempo, diálogo, pesquisa, dedicação, desprendimento e cumplicidade com a identidade cultural do município. E desmitificando inclusive privilégios para determinadas áreas e contemplando a produção cultural de forma coletiva via projetos que visem ao fortalecimento e ao desenvolvimento social da comunidade. O Plano Municipal de Cultura deve ser construído dentro de um processo participativo, contando com a presença de atores sociais de vários seguimentos, e deve fazer parte do planejamento das políticas municipais. Este é o desafio posto aos municípios que buscam bases mais sólidas para suas políticas de cultura.

Quadro 5 – SMC no TBJ.

Município do TBJ	Realidade atual do SMC
Mairi	Sistema implantado com Fundo de Cultura e Conselho Municipal de Cultura
Várzea da Roça	Sistema implantado com Fundo de Cultura e Conselho Municipal de Cultura
Riachão do Jacuípe	Sistema implantado com Fundo de Cultura e Conselho Municipal de Cultura
Pintadas	Sistema implantado com Fundo de Cultura e Conselho Municipal de Cultura
Nova Fátima	Sistema implantado com Fundo de Cultura e Conselho Municipal de Cultura
Pé de Serra	Sistema implantado com Fundo de Cultura e Conselho Municipal de Cultura
Gavião	Sistema implantado com Fundo de Cultura e Conselho Municipal de Cultura
Capela do Alto Alegre	Sistema Implantado - Precisando rever o Conselho e Criar a lei específica do Fundo
Baixa Grande	Sistema Implantado
Quixabeira	Lei/Projeto pronto, esperando aprovação na Câmara
São José do Jacuípe	Lei/Projeto pronto, esperando aprovação na Câmara
Várzea do Poço	Sistema Implantado
Serra Preta	Não tem nada a declarar
Ipirá	Conselho de Cultura criado mas encontra-se desativado.

Fonte: SECULT/SUDECULT – maio de 2014.

A realidade apontada pelo quadro 5 demonstra que os municípios, na sua maioria, estão buscando institucionalizar a cultura e assim garantir uma Política de Estado em que a cultura terá seu espaço respeitado no cenário da gestão pública. Para tanto, os agentes culturais

precisam continuar se apropriando desse processo para garantir a efetiva atuação dos SMCs. Nessa perspectiva, os Conselhos Municipais de Política Cultural serão fundamentais para acompanhar, fiscalizar e colaborar com o trabalho realizado nos municípios. Desse modo, o território continuará avançando em desenvolvimento, o qual será naturalmente ampliado e estendido a outras áreas como a economia, a educação, a saúde e o turismo.

Os dados do quadro 5 também mostram que a maioria dos municípios está cumprindo com o Protocolo de Intenções assinados em 2007, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura. Para a efetiva participação do município no Sistema de Cultura, se faz necessária a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Nesse aspecto, o TBJ encontra-se fragilizado e necessita de trabalhar no propósito de ter todos os municípios alinhados ao Sistema Estadual e Nacional de Cultura.

Toda essa fragilidade encontrada deve-se ao fato de o território ter focado todo o seu trabalho na adesão ao Sistema Estadual de Cultura em virtude da pouca divulgação sobre a necessidade dessa adesão. Apenas em 2009, através do Curso de formação de Gestores Culturais do Sistema Nacional de Cultura, realizado em Salvador, foi identificada a baixa adesão dos municípios da Bahia ao SNC. A partir de então, iniciou-se um diálogo direcionado também nesse sentido, todavia a adesão dos municípios baianos atualmente ainda não representa a maioria. De acordo com o site do Ministério da Cultura⁴⁰, até o presente momento, apenas 195 municípios baianos aderiram.

Quadro 6 – SNC no TBJ.

Ministério da Cultura	Território Bacia do Jacuípe
Sistema Nacional de Cultura – SNC	Baixa Grande, Ipirá, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Mairi

Fonte: MinC. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/snc/situacao-dos-estados-e-municipios>>. Acesso em 10 maio 2014.

⁴⁰ SISTEMA NACIONAL DE CULTURA (SNC) – Acordo de Cooperação Federativa. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/1154128/1.+Quantitativo+de+Munic%C3%ADpios+e+Estados+com+Acordo.pdf/f0eb581a-b3fe-4ce0-809f-7e75dde1f1c4>>. Acesso em 26 maio 2014.

4 ANGOLA E O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO JACUÍPE

4.1 UMA NOVA ANGOLA PARA O MUNDO CONHECER

O continente africano é formado por 54 países, entre eles, Angola que se destaca por seu passado histórico do qual emanam fatos que, nos dias de hoje, prospectam um futuro promissor. Tendo sua história registrada desde o Paleolítico, passando pela Idade do Ferro, o povo Bantu deslocou-se da região da África Central e chegou até o território angolano, inicialmente pelo norte e também pelo sul do rio Zaire. Outros grupos também bantus no século XVII, instalaram-se na região dos Grandes Lagos e depois seguiram passando ao norte da Zâmbia e entrando em Angola através de Cunene, e instalando-se nessa região chegando até Cuando Cubango, formando a etnia Ngangela. Os bantus trouxeram consigo técnicas de siderurgia, cerâmica e agricultura. A partir dos bantus, formaram-se diversos grupos etnolinguísticos que povoaram várias regiões de Angola. Esses grupos organizaram-se em reinos, o Reino do Congo, onde hoje é a Província do Zaire, destacou-se na história.

Quando Diogo Cão chegou à foz do rio Zaire em 1483 e contactou pela primeira vez o mani Nsoyo, chefe da localidade na qual aportara, o Congo era um reino forte e estruturado, cuja chefia máxima cabia ao Mani Congo. Formado por grupos de etnia banto, especialmente os bakongo, abrangia grande extensão da África Centro Ocidental e se compunha de diversas províncias. Algumas delas como as de Nsoyo, Mbata, Wandu e Nkuso, eram administradas por membros de uma nobreza local que assumiam os cargos de chefia há gerações, sendo o controle político mantido por uma mesma linhagem, enraizada no local. Outras províncias eram administradas por chefes escolhidos pelo rei dentre a nobreza que o cercava na capital. (VAINFAS e SOUZA, 2012, p. 2)

A capital do Reino do Congo era a cidade de Mbanza Kongo, com a chegada do português Diogo Cão em 1484, os povos que viviam na região do Reino do Congo, passaram a ter um novo ritmo de vida por conta das alianças entre Portugal e as lideranças do reino. Em 1491, os reis congoleses converteram-se ao Cristianismo e uma das primeiras medidas foi mudar o nome da capital do reino de Mbanza Congo para São Salvador.

Diferente do Reino do Congo, o Reino Ndongo e o Reino Matamba resistiram ao poder dos portugueses. No Reino de Ndongo, destacava-se o Ngola que, segundo Mariana Bracks Fonseca, era um “soberano poderoso que governava autônomo um Estado hierarquizado, com complexa organização social e tributária, contava com diversos ‘funcionários públicos’ e centenas de sobas tributário” (FONSECA, 2012, p. 27). Os Reinos de Ndongo e Matamba

unificaram-se, dando origem ao Reino de Angola em 1559. Entre os Ngolas, a Rainha Nzinga Mbandi Ngola destacou-se por liderar a luta de resistência contra os portugueses que insistiam em ocupar o território angolano. A Rainha Nzinga viveu até o ano de 1663.

Os portugueses se apossaram do território angolano estabelecendo mais uma de suas colônias, promovendo assim, considerável circulação de mercadorias e de pessoas entre o Brasil e Angola. Tratava-se de uma forte ligação entre os dois territórios, visto que no período das invasões holandesas na Bahia, nos anos de 1624 a 1625, os holandeses, de acordo com Luiz Felipe de Alencastro, também promoveram o bloqueio naval de Luanda e Benguela (ALENCASTRO, 2008, p. 18). Estas cidades angolanas foram dominadas pelos holandeses em 1641 e retornaram para o controle dos portugueses em 1648, através de Salvador Correia de Sá e Benevides, numa expedição considerada luso-brasílica, pois cerca de 70% do financiamento foram provenientes de fazendeiros fluminenses.

Alencastro ressalta que a história da expulsão dos holandeses deixou evidente que o Brasil tinha continuidade fora das fronteiras americanas (ALENCASTRO, 2008). Essa ligação visível entre Brasil e Angola passou a preocupar Portugal. No período da independência do Brasil em 1822, Portugal enviou muitos soldados para assegurar o controle de sua colônia Angola:

Em 1826, no tratado de reconhecimento da independência por Portugal, foi incluída uma cláusula proibindo o Brasil de incorporar qualquer colônia ou território luso no continente – Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé, Guiné-Bissau e o Forte de Ajudá, no Golfo do Benim [...] No ano seguinte, o governo brasileiro mostrou que tinha de fato interesses especiais em Angola: enviou para lá três navios de guerra. O objetivo oficial da missão era proteger navios negreiros que operavam na área [...] Quase ao mesmo tempo, foi inaugurado um consulado brasileiro em Luanda, sob o comando de Rui Germack Possolo. (FERREIRA, 2008, p. 21)

A escravidão acabou no Brasil no ano de 1888, com isso, encerrou-se um ciclo histórico entre Angola e Brasil. Porém, outros ciclos aconteceram, confirmando que a história de ambos continuava entrelaçada. Já no século XX, o final da Segunda Guerra Mundial em 1945 provocou uma grande crise econômica nos países europeus enfraquecendo as relações com suas colônias na África. Diante disso, muitas colônias conseguiram a tão sonhada liberdade, apenas os países que viviam sob o jugo português permaneceram colônias até a segunda metade do século XX. Em Angola, as pessoas buscavam informações e articulavam-se em torno da independência, sobre este marco de resistência, Marcelo Bittencourt lembra que:

Após a Segunda Guerra Mundial, cresciam na África movimentos de resistência à dominação europeia. Luanda vivia grande efervescência

cultural e política. Jovens negros, mestiços e brancos promoviam rodas de leitura, publicavam revistas e disseminavam obras literárias. E assim como ocorria no futebol, eles tinham no Brasil uma grande fonte de inspiração. Panfletos e livros de formação política (incluindo textos católicos), revistas como *Manchete* e *O Cruzeiro*, e romances de escritores afinados com uma concepção marxista, como Jorge Amado (especialmente *O cavaleiro da esperança* e *Jubiabá*) e Graciliano Ramos (sobretudo *Vidas Secas*), atravessavam o oceano pelas mãos de trabalhadores marítimos, exilados do regime ou estrangeiros. (BITTENCOURT, 2008, p. 26, grifos do autor)

A partir dos anos de 1960, o povo angolano organizou-se em grupos de guerrilha para a luta de libertação. Foram três grupos que partiram para o ataque contra as forças de Portugal: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em 11 de novembro de 1975, Angola tornou-se uma nação independente, tendo como Presidente o médico e escritor Agostinho Neto, membro do MPLA. Nascia a República de Angola. O Brasil foi o primeiro país que reconheceu a independência de Angola, mas internamente, esse reconhecimento demorou longos anos para acontecer. Os conflitos entre os três grupos políticos intensificaram-se e o mundo passou a ter notícias da guerra civil que estava posta em Angola. O Presidente Agostinho Neto faleceu em 10 de setembro de 1979, em Moscou. Quem assumiu a presidência, sendo o segundo Presidente da República de Angola foi o Ministro de Planificação, o engenheiro José Eduardo dos Santos.

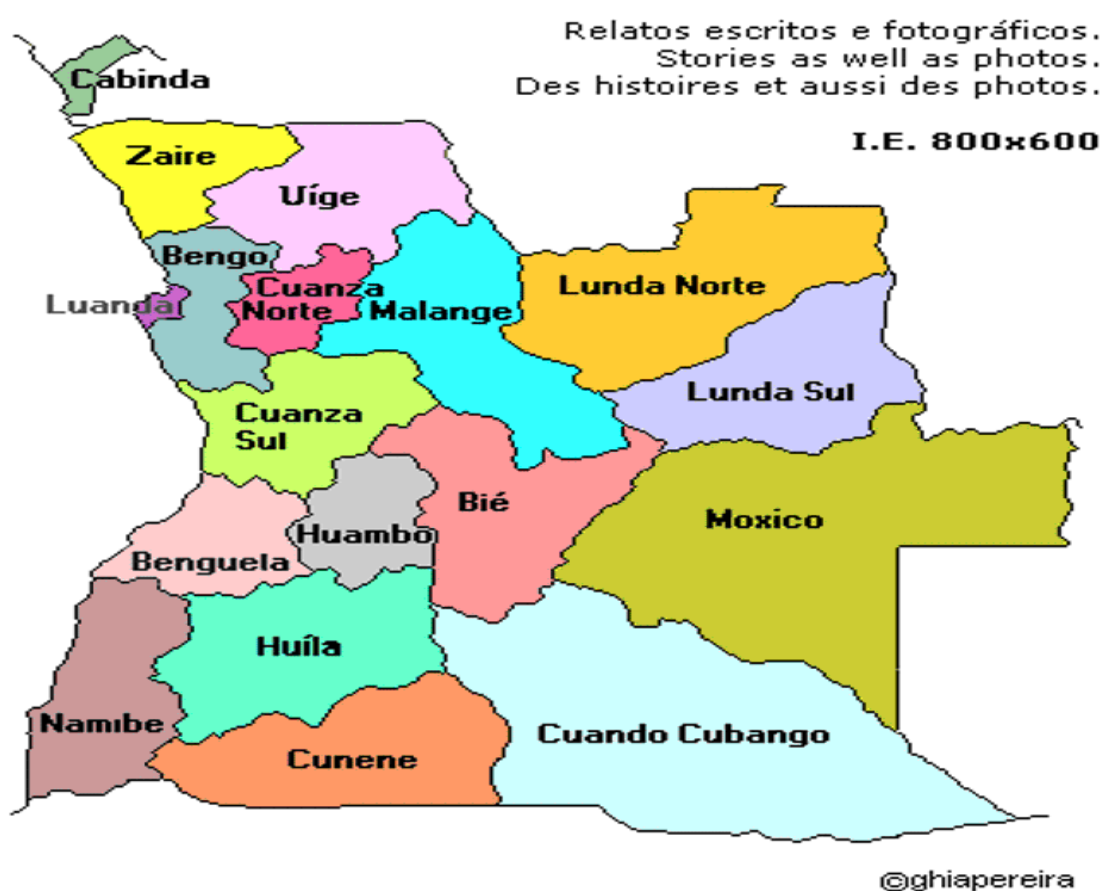
A guerra civil atravessou as décadas de 1980 e 1990, marcando com sangue, dor, lágrimas e desespero a história do povo angolano. Muitas vidas se perderam, muitas famílias foram desfeitas, muitos sonhos foram enterrados nos campos de batalhas do interior do país, ficando a capital Luanda preservada. A maior batalha registrada na história da Guerra Civil foi a de Cuito Cuanavale, que se iniciou em 15 de novembro de 1987 e terminou em 23 de março de 1988. A batalha se deu na Província de Cuando Cubando, lá, forças políticas internacionais entraram diretamente no combate à Angola: de um lado, a UNITA, apoiada pela África do Sul e os Estados Unidos, do outro, a MPLA, apoiada por Cuba e pela União Soviética. O objetivo da UNITA era tomar a capital Luanda.

A UNITA foi derrotada e juntamente com ela o exército sul-africano. Nesse contexto, a Batalha de Cuito Cuanavale contribuiu para o fim do Apartheid, iniciando-se o processo para a libertação de Nelson Mandela na África do Sul, e também contribuiu para a libertação da Namíbia. Portanto, essa batalha deveria ser mais estudada nas escolas do Brasil e do mundo, pois se trata de um fato histórico extremamente importante e que ainda permanece desconhecido.

Após, longos anos de batalhas e várias tentativas de acordo, a guerra civil angolana chegou ao fim com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi. No dia 04 de abril de 2002, a paz foi assinada e selada no território angolano, e o MPLA continuou governando o país.

A República de Angola teve a sua Lei Constitucional aprovada em 2010. Nela, o artigo 11º (décimo primeiro)⁴¹ é dedicado à paz e à segurança nacional. Nesse âmbito, a palavra paz não está apenas escrita na Constituição, está presente no cotidiano do povo angolano que celebra os dias atuais e falam desta palavra paz com alegria e brilho no olhar.

Figura 7 – Mapa de Angola.



Fonte: <<http://cc3413.wordpress.com/2010/11/22/angola-o-gigante%C2%A0africano/>>.

O território angolano está dividido em 18 províncias, 173 municípios e 618 comunas. Paz é uma palavra de ordem em solo angolano, atualmente o país vive dias de grande efervescência em vários setores da sociedade, evidenciada nas inúmeras obras que estão sendo

⁴¹ Constituição da República de Angola. Encontrada em ADMINISTRAÇÃO LOCAL – Lei Constitucional, Legislação Complementar, Súmula de Legislação Temática. Volume II. Instituto de Formação da Administração Local - IFAL. 3ª Edição Revista, atualizada e ampliada. 2013.

feitas. O território angolano transformou-se em um verdadeiro canteiro de obras que se alarga na capital Luanda, alcançando todas as províncias. Estradas sendo feitas, obras de saneamento, construções de muitas habitações e de vários prédios que irão abrigar órgãos públicos para atender ao bem-estar da sociedade.

O Governo Federal vem demonstrando uma visão comprometida com o desenvolvimento do país, investindo na política de descentralização. Um exemplo positivo foi a criação dos Conselhos de Auscultação de Concertação Social (CACS), que tem como objetivo discutir as demandas da população. No entanto ainda se faz necessária uma maior atuação deste espaço. Para Belisário dos Santos, alguns desafios se impõem aos CACS quanto à promoção da governação participativa ao nível local, entre eles está a representatividade. Segundo o autor, ainda falta um aprofundamento dos mecanismos complementares de participação direta dos cidadãos na vida pública local (SANTOS, 2013, p. 58). Despertar o sentimento de participação direta nas decisões do país passa a ser um exercício que deve ser feito diariamente pela população e pelo governo, visto que o país tem avançado bastante em muitos seguimentos e que será preciso depositar no angolano o compromisso de gerenciar o seu próprio país.

4.2 UMA POLÍTICA CULTURAL PARA ANGOLA

Desde a sua formação histórica, Angola tem uma cultura marcante e diversa. Com raízes principalmente no banto, configurou-se em muitas ramificações que representam uma beleza ímpar no país. Nesse sentido, vale destacar a importância desse contexto cultural para a formação do Brasil. Em vários momentos, encontramos a presença da cultura angolana no cotidiano do brasileiro, todavia, quase sempre, essa referência cultural não é percebida nem respeitada como merece ser. A memória africana foi gradualmente excluída da vida do brasileiro comum, independentemente da cor da pele. Resiste a África folclórica, não a da justiça social (SARAIVA, 2012, p. 15). O vocabulário do brasileiro é repleto de palavras de origem bantu: caxumba, bunda, cochilar, xingar, senzala, dengo, samba, cachaça, marimbondo, quilombo, entre tantas outras. Sobre esses aspectos linguísticos, Yeda de Castro esclarece:

Ainda hoje, os estudos linguísticos privilegiam o iorubá. O que é um equívoco, pois 75% dos africanos trazidos pra cá eram bantu-falantes, oriundos de territórios situados atualmente nos dois Congos e Angola. Em meados do século XVII, o contingente bantu era de tal ordem em Salvador

que um padre, Pedro Dias, resolveu escrever uma gramática para facilitar a catequese dos africanos. Várias palavras bantu substituíram as de sentido equivalente em português, como xingar por insultar, cochilar por dormir, bunda por nádegas e cachaça por aguardente. (CASTRO, 2008, p. 33)

As línguas nacionais de Angola continuam vivas na vida dos brasileiros, mesmo de maneira inconsciente, e permanecem ativas no cotidiano dos angolanos. O governo federal angolano incentiva o fortalecimento das línguas nacionais. A Televisão Pública de Angola (TPA) tem um programa vespertino dedicado à cultura local, evidenciando as línguas nacionais. Trata-se de um telejornal intitulado *Magazine* que, a cada dia da semana, dedica-se a uma língua nacional diferente, trazendo notícias específicas das regiões onde a língua em questão é falada.

Segundo informações contidas no relatório do 3º Conselho Consultivo Alargado de Angola⁴², o primeiro passo importante para a valorização das línguas nacionais aconteceu no I Congresso do MPLA, em 1977. Em 1979, foi criado o Instituto de Línguas Nacionais (ILN), um órgão vinculado ao Ministério da Cultura. A língua passa a ser um elo entre o passado tradicional e a atualidade globalizada. Nessa esfera, os pais tem também grande responsabilidade para com seus filhos, dando continuidade a esse processo cultural por meio do diálogo com a família em línguas nacionais.

Ainda de acordo com o 3º Conselho Consultivo Alargado de Angola, as línguas nacionais pertencem a três grupos: os Khoisan, Vátwa e os Bantus. Sendo o Bantu considerada a língua materna da maioria da população. Entre as tantas ramificações da língua bantu, encontra-se a língua ngangela, da etnia do mesmo nome. No município de Mavinga, na Província de Cuando Cubango, vem sendo estimulado em sala de aula o estudo desta língua. Esta iniciativa faz parte do método Inovação no Ensino de Leitura (IEL), um trabalho realizado e motivado pelo setor de educação do país.

Os Ngangelas⁴³ espalharam-se no território angolano e assim formaram-se vários outros grupos, mantendo sempre uma cultura muito forte emanada, de elementos que constituem a identidade do povo angolano. Mesmo com a globalização, a tradição permanece em muitos elementos desta cultura. No processo de educação familiar dos jovens Ngangelas, são inseridos os ritos de iniciação pelos quais passam os meninos, através da circuncisão; e as

⁴² 3º Conselho Consultivo Alargado – Temas para abordagem e reflexão. Promover a Cultura e as Artes para a valorização do nosso Patrimônio Histórico e Cultural. Ministério da Cultura. República de Angola. Benguela, 08 a 10 de julho de 2013.

⁴³ Para escrever sobre os povos Ngangelas, foi realizado um estudo do livro *O mundo cultural dos Gangelas*. Este livro é resultado de uma pesquisa realizada pela Igreja Católica através da Diocese de Menongue, na Província de Cuando Cubango. Ver as informações completas nas referências desta dissertação. Também foi realizada uma entrevista com o Professor/Formador do IFAL, Afonso Nkuansambu. O conteúdo da entrevista está no apêndice desta dissertação. Foram horas de diálogo com o Professor Afonso, que muito contribuiu para a construção dessa seção. Também foi feita uma visita a Província de Cuando Cubango, que também colaborou para um melhor entendimento da cultura dos Ngangelas.

meninas no primeiro fluxo menstrual através de ritos de passagem da infância para a adolescência.

Segundo informações contidas no livro *O mundo cultural dos Ngangelas*⁴⁴, publicado pela Diocese do Menongue, “brincar bem com os outros é um princípio que orienta a educação infantil do Ngangela. A obediência, o respeito pelas coisas alheias, o respeito devido aos mais velhos são igualmente princípios que resultam da educação moral e cívica das crianças”. Esse cuidado com a educação e a perpetuação da tradição é manifestado em todos os momentos da vida de um Ngangela, na educação dos jovens, no procedimento dos casamentos, na hospitalidade, na vida como um todo.

Dentro da cultura Ngangela existe um procedimento tradicional para julgar os atos errôneos que possam acontecer no cotidiano da comunidade. Assim, são realizados julgamentos internos para aqueles que infringem a tradição. São dois tipos de julgamento, os fixos e os variáveis. Os fixos são aqueles que não precisam de intervenções de testemunhas ou investigadores, são resolvidos com sentenças fixadas pela lei tradicional, com respectivas penas fixas estabelecidas pelos antepassados, os sobas. Cada caso tem uma pena já estabelecida. Os julgamentos variáveis acontecem quando os fatos são relacionados a queixas e a outras informações que geralmente chegam até os sobas.

Os sobas são pessoas consideradas Autoridades Tradicionais. Fonseca reconhece esse poder dos sobas sobre as pessoas: “os sobas reconheciam a autoridade dos Ngola, pois o consideravam sagrado, detentor de poderes especiais que garantiam a fertilidade e o bem estar da comunidade” (FONSECA, 2012, p. 25). A palavra e o posicionamento de um soba são determinantes para a resolução de muitos fatos dentro da comunidade. Para os Ngangelas, o soba é alguém que orienta, vela, coordena e controla as relações entre os indivíduos.

A presença das Autoridades Tradicionais é perceptível em todas as províncias de Angola. São pessoas de alto valor cultural e político dentro da sociedade angolana, reconhecidos e amparados pela Constituição Federal do país, através do seu artigo de N° 224º: “As autoridades tradicionais são entidades que personificam e exercem o poder no seio da respectiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela lei”.

Este reconhecimento dos sobas garantido pela Constituição é verificado no dia-a-dia do território angolano. O Governo Federal, através do Ministério da Administração do Território,

⁴⁴ O mundo cultural dos Ganguelas – Estudos de Antropologia Cultural do Povo Ganguela. 1º Tomo- Secretaria de Pastoral Diocese de Menongue com a colaboração da Delegação da Cultura de Menongue. Humbertipo Artes Gráficas, Ltda. Porto, Portugal. Sem data.

realizou, de 20 a 22 de março de 2002, na cidade de Luanda, o “I Encontro Nacional sobre Autoridades Tradicionais”. Esse encontro contou com cerca de 1500 delegados, entre convidados, participantes e observadores.

Em Angola, é perceptível uma relação muito próxima entre o tradicional e o moderno, com grande variedade de expressões culturais como danças típicas e danças modernas como o kuduru, músicas e literatura. O artesanato em madeira representa uma das identidades mais marcantes do país. Na cidade de Luanda, o principal mercado de artesanato é o Roque Santeiro, nome dado por conta da novela brasileira de mesmo nome. Em todo o território de Angola encontram-se lugares de venda de peças de artesanato que, ao saírem do país, recebem um selo próprio. Os tecidos angolanos fazem a diferença dentro da sua cultura, tornando-se objetos de desejo para os visitantes. A gastronomia angolana também é um referencial na cultura local, tendo grande variedade de pratos típicos como o funji (massa cozida de milho ou mandioca) e feijão com óleo de palma. Já o teatro ainda é uma expressão artística em construção no país. Em face dessa configuração cultural diversificada, Afonso Nkuansambu⁴⁵ caracteriza a cultura angolana:

Portanto, posso definir a cultura Angola como *modus vivendi e essendi* (modo de viver e de ser) (grifo meu) do povo angolano, caracterizado pelo complexo cultural (muitas culturas) (grifo meu), que envolve o seu conhecimento, crenças, artes, normas cívicas e morais, costumes, hábitos, contos, músicas, mitos, lendas, o que o defere de outros povos africanos. Por exemplo: o nosso carnaval, o nosso calulu (caruru) (grifo meu); a nossa mengueleka, o nosso dendê, o nosso sumate (tomate e gindungu cortado com água), a nossa kizaka, a nossa Chicungu, nosso funji, o pirão, o nosso maruvu, os nossos provérbios, os nossos Bahamas, o nosso alembamento, o nosso Semba e o Kuduro, o batuque, a sacaia, a nossa marimba, etc. Tudo isto é que defino como cultura angolana. (informação verbal)

Pensando em acolher a sua riqueza cultural, o Governo Federal aprovou com o Decreto Presidencial nº 15/11, de 11 de janeiro, a Política Cultural da República de Angola. Este documento é o início de uma construção de políticas culturais em todo o território angolano. Nele são destacados pontos importantes em todos os processos da cultura local, entre eles, o ponto 5.13 que fala dos Suportes do Desenvolvimento da Cultura: A Casa de Cultura ou Centro Cultural é uma instituição de base para o desenvolvimento cultural da comunidade. O

⁴⁵ Entrevista com Afonso Nkuansambu – Professor/Formador de Formadores do IFAL – Antropologia, Liderança Social e Tradicional, Técnica de comunicação.

executivo incentiva a criação de Casas de Cultura no país e no estrangeiro, definindo o seu jurídico⁴⁶.

Em território angolano, as Casas de Cultura serão de grande valia para a cultura local, e o governo tem apontado a construção desses espaços em todo o território nacional. Percebe-se então a necessidade de investimento na qualificação de profissionais com visão de políticas culturais para atuarem nesse setor. Na Bahia, encontra-se uma Casa de Cultura de Angola denominada Centro Cultural Casa de Angola, localizada na Praça dos Veteranos, nº 05, Baixa dos Sapateiros. Trata-se de um lugar de muito aconchego para quem visita: possui uma biblioteca com vasta quantidade e variedade de obras; tem um museu cujo acervo é pequeno diante da grandeza cultural do país; possui um auditório amplo e uma área muito linda. É um espaço aberto para visitas, pesquisas, eventos como palestras, seminários. Um lugar que os turistas e os próprios baianos precisam conhecer e valorizar.

A Política Cultural de Angola foi aprovada, mas na prática a realidade encontrada é muito parecida com o cenário do Território de Identidade Bacia do Jacuípe no ano de 2007. Nos municípios, ainda não existe um trabalho focado na gestão da cultura, não há formação para os gestores municipais e muito menos um direcionamento em torno de um planejamento para a cultura. Tudo é muito solto, vago e desconectado. O Ministério da Cultura ainda não alcançou os municípios. Falar em política cultural é algo novo para os angolanos, talvez desconhecido. Diante desse quadro, nota-se o quanto é importante ser colocada em prática a Política Cultural aprovada pelo governo federal.

Com todo o potencial cultural e identitário, é perceptível a falta de comunicação entre governo e atores sociais para pensar a cultura do país de maneira prática, constante e focada no desenvolvimento e no fortalecimento da nação através das futuras gerações. Algumas ações já poderiam ser empreendidas, tais como: cursos de formação para os Dirigentes de Cultura; seminários sobre política cultural; projetos de fomento a cultura local; e cursos de formação para os artistas. Em face do contexto das identidades culturais encontradas no país, a cultura poderá ser grande empreendedora para alavancar índices consideráveis de desenvolvimento humano.

⁴⁶ Diário da República – Órgão Oficial da República de Angola. I Série – nº 06. Terça-feira, 11 de janeiro de 2011.

Fotografia 7 – O Pensador (Artesanato Angolano).



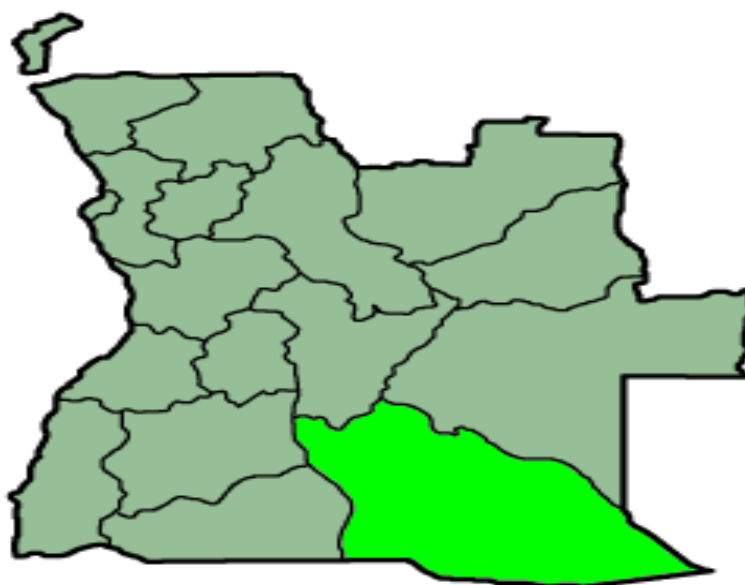
Fonte: Acervo Pessoal

4.3 PROVÍNCIA DE CUANDO CUBANGO E O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE

Angola apresenta um contexto inovador em diversas áreas, com construções de obras públicas em todas as províncias, numa dinâmica governamental que visa à nova Angola. Nesse contexto, a Província de Cuando Cubango vive um gostinho diferente em relação às demais províncias. Isto por conta da referência histórica que foi dada a região, a qual era conhecida como “terras do fim do mundo”, sendo hoje é reconhecida como “terras do progresso”.

Situada no sudeste de Angola, a Província de Cuando Cubango faz fronteira com as províncias do Bié e Moxico, Cunene e Huíla e com os países Zâmbia e Namíbia. Assim como nas demais províncias, Cuando Cubango tem recebido muitas obras do Governo Federal. Também tem sido alvo da indústria do turismo com a construção de um hotel de luxo encravado na floresta, possibilitando aos clientes verdadeiros dias de prazer, descanso e conhecimento da fauna e flora angolana. Acredita-se que em breve, Cuando Cubango será um dos destinos preferidos dos turistas que visitam Angola.

Figura 8 – Mapa de Angola, destacando a Província da Cuando Cubango.



Fonte: <www.google.com.br/search?q=quando+kubango>

A província de Cuando Cubango é constituída por nove municípios, sendo eles: Calai, Cuangar, Cuchi, Cuito Cuanavale, Dirico, Mavinga, Menongue, Nancova e Rivungo. A capital é a cidade de Menongue. Esta província fica a 1.051km da capital do país, a cidade de Luanda. A cidade do Menongue conta com um aeroporto que está sendo reformado para melhor servir aos moradores e aos visitantes. Também estão sendo construídas novas praças, escolas, órgãos de saúde, entre outras construções. Entretanto trata-se ainda de uma província pouco habitada, o número populacional é pequeno. Muitas pessoas deixaram a região no período da guerra, outras morreram. Mas é um lindo lugar que precisa de mais gente para morar.

Fotografia 8 - Praça do Governo na cidade de Menongue.



Fonte: Acervo pessoal

A cultura na Província de Cuando Cubango é muito rica e diversa, tendo na tradição dos povos Ngangelas grande referência. Dentro do contexto desta província que se destaca no país por grandes obras públicas, percebe-se a não existência de uma organização em torno da cultura local, demonstrando assim a realidade constatada no país. Não existe uma gestão cultural realizada pelos Dirigentes de Cultura, o trabalho é minimamente feito com bases simplórias em pequenos eventos. Desse modo, os profissionais que atuam na Direção da Cultura nos municípios desta província teriam muito a ganhar se conhecessem a experiência de gestão social desenvolvida pelo TBJ no campo da Cultura.

Por outro lado, o TBJ poderá ganhar muito ao conhecer a cultura das autoridades tradicionais de Angola, especificamente de Cuando Cubango, pois mesmo com todas as dificuldades geográficas, de passado de guerra, de ausência de benefícios públicos, as pessoas desta província não perderam o respeito com os sobas, homens detentores do saber e que têm na oralidade o poder da decisão e da transmissão de conhecimento. O papel desempenhado pelo soba é diferente do papel dos sambadores do TBJ, mas estes protagonistas têm em comum o fato da experiência de vida, tendo no fator idade elemento agregador de sabedoria, bem como a capacidade de comunicar-se com outras pessoas. O TBJ, tendo a oportunidade de

conhecer mais sobre os sobas e como eles são tratados, talvez mude o olhar e o tratamento dado em relação aos sambadores.

Voltando ao documentário “Samba Território – O samba na Bacia do Jacuípe – sertão da Bahia”, o senhor Godô de Maneca, do Grupo de Samba da cidade de Pé de Serra, faz a seguinte colocação: “Quem trouxe o samba *pra* aqui foi africano, não foi? Eu acho. O samba veio mais da África e depois os brancos tomaram conta” (informação verbal). A senhora Lucélia Moura, do Grupo Raízes do Samba, da cidade de Quixabeira, diz que: “A tradição daqui é o samba. Todos aqui do samba são descendentes de quilombola” (informação verbal). Diante dessas afirmações e de acordo com a realidade vista no TBJ, percebe-se quão grande é a ligação identitária e cultural entre esses dois territórios.

Os elementos culturais de Angola e do TBJ mostram o quanto é necessário debruçar-se sobre novos contextos para assim compreender os entraves da realidade que existe em cada lugar. E, dessa maneira, buscar caminhos para avançar, vencendo desafios e alcançando metas por meio de um planejamento conjunto e eficaz. É preciso investigar como identidades dialogam entre si, rompendo fronteiras para construírem outras identidades. Quando Cubango e Bacia do Jacuípe são dois territórios amplamente carregados de culturas construídas por pessoas um dia esquecidas pelos governantes (sertanejos e o povo da terra do fim do mundo) e que hoje apresentam realidades positivas em relação ao olhar do governo, legítimo investidor de políticas públicas. Mas a maior riqueza desses dois territórios é o seu povo, é o povo quem constrói a sua cultura. Um povo que resiste às adversidades e que espelha a vontade de vencer. E vencem por merecer.

5 CONCLUSÃO

“Cultura é o quê”? Foi esta a pergunta feita pela SECULT-BA que ecoou nos quatro cantos da Bahia no ano de 2007, e que ainda permanece latente, em busca de respostas. De lá pra cá, muitas coisas aconteceram em torno da política cultural do Estado. Definir o que é cultura pode ser simples do ponto de vista genérico, delimitando que cultura é tudo. Mas, num sentido mais estrito, também pode ser complexo na construção de uma política cultural. Esta complexidade pode e deve ser resolvida através de um mergulho profundo na história local, identificando pontos vitais que alimentam a vida cotidiana do lugar. Esses pontos poderão ser encontrados em diversas formas materiais e imateriais, frágeis ou fortes, esquecidas ou reconhecidas. O importante é identificar para assim potencializar as culturas que contribuirão para o desenvolvimento social e econômico do município. Compreender e reconhecer o que é cultura constitui o primeiro passo para a construção de políticas que a valorizem e a tornem elemento-chave no desenvolvimento da sociedade. Definir genericamente a cultura como sendo todas as manifestações de uma sociedade não contribui para a sua gestão e seu fortalecimento.

O desafio em se definir cultura é de fácil solução na medida em que as pessoas envolvidas no contexto tenham consciência de quem são. Isto significa que primeiro a comunidade precisa saber quem é. Isto requer uma busca identitária pessoal, seguida pelo entendimento sobre a identidade do lugar onde se vive. Essa busca pela identificação trilha muitas vezes caminhos pedregosos, espinhosos, onde diversos conflitos serão postos. Não é um caminhar simplório, é necessário se conhecer para em seguida conhecer o mundo que o cerca ou vice-versa. Dentro desse contexto, o ser se identifica e deixa o mundo individual para alcançar o mundo coletivo, social. Pessoas conscientes de si mesmas contribuem melhor para o fortalecimento das construções coletivas. As identidades formam-se na dinâmica do cotidiano e se fortalecem na proporção das circunstâncias vivenciadas. Logo, entender a identidade cultural de um lugar perpassa primeiro pelo entendimento das identidades das pessoas que o compõem.

O estudo de caso do TBJ proporcionou um olhar profundo em torno de todo o trabalho desenvolvido pelo governo estadual desde 2007. Tratando-se de uma iniciativa governamental, o Território de Identidade poderia ter sido uma estratégia frustrada, e ser apenas mais um modelo de regionalização. No entanto, o que se percebe claramente é que o Território de Identidade é de fato uma forma eficaz para a implementação de políticas. Tal eficácia reside no reconhecimento da população em relação ao seu território. O sentimento de

pertencimento fortalece o desejo coletivo de solucionar problemas, de criar alternativas para melhorar a vida cotidiana, incentivar a busca por recursos financeiros e selar um compromisso íntimo, cúmplice e fiel. As pessoas passam a falar o “meu território”. Isto significa pertença. Os municípios ganham então uma amplitude territorial e se fortalecem para solucionar demandas que isoladamente talvez fosse complicado resolver. Do mesmo modo, a expressão cultural de um povo se espraia pelo seu entorno, criando laços de identidade.

A identidade cultural determina a representação territorial. É ela quem vai direcionar de fato os rumos do território. Na proporção em que acontece o envolvimento de atores sociais com base na identidade cultural, o território passa a ser um terreno fértil para a implementação de políticas, o que propiciará uma gestão social comprometida, alcançando assim o coletivo. Faz-se necessária desse modo a avaliação contínua dos fatos que nos cerca. As fragilidades existentes devem ser debatidas com foco em soluções que contemplem a maioria. As divergências acontecem e são necessárias num processo coletivo, e devem ser respeitadas e dialogadas, pois o território é também lugar de construção de pensamentos e ideias que poderão reverberar em ações concretas. Assim, as mudanças ocorrerão com a mobilização dos atores sociais, orientados para ações convergentes aos interesses comuns.

Historicamente, os recursos financeiros do Estado da Bahia que eram destinados para a cultura, estiveram centrados na região metropolitana de Salvador e na região do Recôncavo. Com a política de descentralização, a SECULT-BA alcançou toda a Bahia, numa dinâmica comprometida com a valorização das potencialidades de cada município, fomentando importantes momentos para a compreensão da cultura como base forte do desenvolvimento local. Essa política de descentralização fortalece a comunidade na medida em que ela se envolve no processo de construção coletiva, o qual culmina em ações contundentes que favorecem a grande maioria de moradores do lugar. Essa visão foi constatada dentro do TBJ diante do trabalho realizado pela política cultural do Estado. Nos municípios desse território é visível o avanço do entendimento em torno da cultura, mas ainda há muito caminho a trilhar, visto que, em grande parte, a sociedade ainda aguarda o paternalismo estatal, em vez de se articular para assumir o papel de sujeito de seu destino. Nesta direção, a organização de um território poderá mobilizar diferentes atores envolvidos, instigando-os para o processo de mudança em relação à gestão da sua expressão e manifestação cultural.

Pensar territorialmente não é tarefa fácil, demanda tempo e disposição para quem se interessa. No caso do TBJ, os conflitos iniciais em 2007 foram importantes para que os municípios se reconhecessem como território, descobrindo singularidades nas suas identidades culturais e fortalecendo-as. Tal iniciativa tem por intuito o reconhecimento de sua

própria cultura, construindo assim sentimentos de pertencimento, seguindo para a territorialidade. Nessa direção, o surgimento de lideranças reconhecidas pelo espaço e o seu fortalecimento no papel de maestro da orquestra é preponderante. O papel do Estado é desencadear este processo, transferindo gradativamente à sociedade este papel de liderança, visto que o estado não tem a liderança local e nem deve ser o protagonista, e sim elemento de fomento, articulação, incentivo e integração territorial.

No TBJ, a organização territorial vem sendo possível principalmente pelo despertar de sentimentos de respeito à própria diversidade cultural e de união em torno da sua história sertaneja, embalada por muito samba de roda. Dessa forma, vem acontecendo a territorialidade dentro do Território Bacia do Jacuípe, todavia o processo de desenvolvimento é contínuo e sempre haverá necessidade de ajustes. Um ponto que precisa ser melhor discutido, por exemplo, é o olhar para os sambadores enquanto pessoas de profunda capacidade de colaboração para o conhecimento e fortalecimento do lugar.

Dialogar com a cultura de Angola é ponto positivo para o fortalecimento da cultura local. Verificar como os mais velhos são vistos pela sociedade, dialogar sobre o samba, as comidas, o artesanato. Em suma, olhar externamente é fator de importância para o fortalecimento do território: visualizar outras realidades, dialogar com outros territórios, outras culturas e outras identidades. O importante é o território não se fechar em si mesmo. Deslocar o olhar sempre será positivo para rever as próprias ações e (re)definir os próximos passos. Novamente aqui tem destaque o papel das lideranças culturais: quem coordenará este olhar?

A gestão da cultura no âmbito municipal dentro do TBJ tende a avançar na proporção da efetiva constituição do SMC, visto que uma das atuais dificuldades encontradas nos órgãos municipais de cultura é a ausência de recursos financeiros para a execução dos projetos propostos. De acordo com o SNC, acontecerão repasses fundo a fundo, da instância federal até os municípios. Dessa maneira, os municípios necessitam agilizar a criação completa dos seus SMCs, embora se perceba o comprometimento dos agentes culturais com a criação dos Conselhos Municipais de Cultura.

Acredita-se que os Conselhos possam constituir os espaços férteis para a manifestação das lideranças territoriais, as quais gradativamente assumirão o protagonismo na gestão cultural. O desafio está em tornar estes fóruns legítimos representantes da sociedade cultural territorial, minimizando a participação estatal e potencializando a dos grupos culturais. Cabe ao estado desencadear o processo, apoiá-lo na sua estruturação e iniciar sua retirada gradual a partir da maturidade desses Conselhos.

O GT de Cultura continua acompanhando a dinâmica territorial. Ele tornou-se lugar de participação social na construção, implementação e fiscalização dos projetos territoriais. Porém, os municípios precisam enviar mais representantes para participarem deste espaço de diálogo e os já existentes precisam estender os diálogos nos seus municípios para que a territorialidade se fortaleça cada vez mais. Em cada município do TBJ, há grupos sociais representativos do GT de Cultura. Formados por coletivos de jovens, Pontos de Cultura, Grupos Artísticos, Dirigentes Municipais de Cultura, entre outros, esses grupos aumentam a visibilidade do território quando participam de atividades externas. Verifica-se essa realidade nas Conferências de Cultura, nos Fóruns de Dirigentes, nos seminários promovidos pela SECULT-BA e pelo MinC.

O TBJ mobiliza-se de forma articulada para compor os espaços, participando cada vez mais do processo de construção da política cultural do estado e fortalecendo a sua territorialidade por meio do sentimento de pertencimento territorial. Logo, encontrar o equilíbrio entre sucessivos e intermináveis fóruns de debates e ações voltadas para resultados efetivos será o estado da arte desejado. A motivação da sociedade e de suas lideranças ocorrerá quando todos avaliarem as próprias ações e seus resultados, especialmente tudo o que for fruto do esforço e do comprometimento com o território. A gestão cultural não pode partir unicamente de GTs, Conferências, etc., sem que as ações concretas ocorram de fato.

Ao estudar o TBJ, foi possível perceber o Território de Identidade como um modelo de gestão social na medida em que a política cultural do Estado vem sendo construída, dentro de um espaço coletivo de escuta, de diálogo, de formação e de partilha de informações. Porém ainda se faz urgente um maior comprometimento por parte dos gestores municipais. Nota-se que algumas pessoas que iniciaram o diálogo cultural em 2007, sendo Dirigentes Municipais de Cultura, hoje representam a sociedade civil e continuam participando do GT de Cultura, mantendo-se ativos no território. Isso implica dizer que o sentimento de pertença prevalece, independente do dever institucional de uma prefeitura. Por esse viés, o território ganha por ter agentes culturais comprometidos e dispostos a atuar em favor da construção de políticas públicas.

Uma fragilidade apontada pela presente pesquisa é a ausência de órgãos estaduais da cultura dentro do território. Por não existir nenhum Centro Cultural Estadual, torna-se mais complicada a realização de apresentações artísticas de cunho territorial, visto que os espaços municipais de cultura não atendem a demanda real do território. E muito do que é produzido termina sendo apresentado nos próprios municípios, sem a participação de outros do território. Também não existe nenhum espaço físico representando institucionalmente o Estado, e isso

não ocorre apenas ao TBJ. A SECULT-BA ainda não descentralizou seu espaço físico e com isso, os representantes territoriais não têm um lugar próprio para receber as demandas. Eles viajam por todo o território, visitando as cidades, e seria importante o TBJ ter um lugar fixo para atendimento. Isto constitui um problema, pois os atores sociais precisam se deslocar até Salvador para resolver questões diversas. Tal problemática foi bastante debatida na III Conferência Territorial de Cultura em 2013.

O TBJ apresenta aspectos positivos de organização no âmbito da cultura. As pessoas gradualmente vêm demonstrando um bem-querer pelo lugar. Trata-se do reconhecimento de si mesmo e do outro na qualidade de parceiros de construção. A política cultural do Estado da Bahia vem acontecendo de maneira proveitosa no território, mas vale destacar que o êxito de toda e qualquer política será do terreno em que ela se aplica. No caso dos Territórios de Identidade, a identidade cultural é a base para alcançar exitosamente o que se almeja.

Diante de todo o exposto, chega-se à convicção de que cultura é o conjunto de elementos representativos de um povo. Cada povo constrói a sua cultura tal qual uma colcha de retalhos impregnada de vida e singularidades, transmitindo a imagem identitária de um lugar. Um povo que valoriza e investe na sua cultura torna-se forte diante das adversidades. Investir em cultura é muito mais do que gastar dinheiro em eventos festivos, trata-se de vivenciá-la cotidianamente de maneira natural, respeitosa e verdadeira. A cultura não é estática, ela flui na dinâmica do tempo (re)criando novos aspectos que se encaixam nas realidades experimentadas. Nesse processo, muitas culturas fragilizadas se perdem, enquanto outras se fortalecem. Tudo depende dos sentimentos que emergem das mentes e dos corações de cada povo.

A cultura do Samba de Roda do Território de Identidade Bacia do Jacuípe tende a enfraquecer e quiçá, se perder na história desse lugar. Percebe-se de maneira cristalina a tristeza dos sambadores diante de uma juventude distante. A criatividade sutil dos sambadores é comprovada nas letras de chulas e reis, também nas técnicas para tocar os instrumentos musicais no ritmo e compasso certo, encantando e embalando quem ouve, despertando a vontade de entrar na roda para também cantar e sambar. Lamentavelmente, os grupos de samba seguem sem rumo em face do olhar distanciado de gestores e grande parte da população. Outro aspecto em destaque é a visão que tem dos sambadores enquanto pessoas que, no limiar de suas idades, carregam consigo grande potencial de sabedoria, a qual não deve ser desperdiçada. Logo, percebe-se a necessidade de incitar um diálogo constante para esse contexto.

Politicamente, a cultura e a educação caminham livremente via seus órgãos de gestão federal, estadual e, em alguns casos, também municipal, porém no dia-a-dia, a prática precisa ser diferente porque é a cultura que molda a educação de um povo. Os conteúdos programáticos do currículo escolar priorizam um processo de conhecimento científico, mas é através da cultura que o processo educacional acontece. Dessa forma, os gestores municipais precisam alinhar os Planos Municipais de Cultura e de Educação, fazendo-os caminhar juntos. É um desafio que necessita ser posto em prática.

Em meio a todo um cenário adverso, nasce o projeto “Território de Identidade: um modelo de gestão social”. O objetivo desse projeto é contribuir para a mudança de comportamento social diante da cultura local. Esse projeto pode ser desenvolvido em qualquer território. Referindo-se ao TBJ, a identidade cultural mais forte é o Samba de Roda, constituindo neste momento o nosso exemplo de cultura.

Para alcançar o objetivo do projeto, propõem-se três metas que são o olhar para a cultura; trabalhar para fortalecer a cultura e vivenciar a cultura. Cada meta será desenvolvida por meio de ações concretas dentro e fora das escolas de ensino fundamental. Na escola, as ações acontecerão no contexto das salas de aula, integrando-se aos planejamentos preparados pelos professores. Fora da escola, as ações serão desenvolvidas em consonância com as propostas do plano de cultura e com a construção simbólica do pertencimento identitário de cada estudante. Ressaltando que essa construção se dá de forma gradual e constante.

Os atores sociais indicados como público-alvo estão divididos em duas categorias: poder público e sociedade civil. O poder público está segmentado em Gestor Municipal, Dirigente de Cultura, Dirigente de Educação e Professores. Cabe ao Gestor Municipal, fomentar a cultura com a criação do SMC e do CMC, garantindo um orçamento anual junto ao Fundo Municipal de Cultura. É competência dos Dirigentes de Cultura e de Educação a cumplicidade em garantir o diálogo permanente entre estes dois setores. Já a responsabilidade dos professores é assegurar em seus planejamentos o contínuo diálogo sobre a cultura, desenvolvendo ações práticas como rodas de conversas pelo menos uma vez ao mês com representantes do samba de roda local. Explorando a oralidade e a musicalidade, as aulas tornar-se-ão dinâmicas, atrativas, alegres e recheadas de sabedoria transmitida empiricamente por pessoas do mesmo convívio social dos estudantes.

A sociedade civil representada pelos estudantes do curso Fundamental, pelos sambadores, pelos membros dos CMC e também pelos pais de alunos tem grande responsabilidade ao acompanhar os Planos de Cultura e de Educação e de também participar dessa nova escola que abre as portas para compreender e viver a sua cultura. Assim, outros

artistas e agentes culturais, gradualmente poderão adentrar nos planejamentos dos professores. A proposta é transformar a escola em um lugar pulsante, totalmente vivo e criativo. Trata-se de um projeto que alinha diretamente a dinâmica da sala de aula com a dinâmica da vivência cultural do lugar. Destaca-se que não se trata de um projeto extraclasse, ou realizado em turno oposto. As atividades deverão acontecer em sintonia dentro do horário de estudo.

Um aspecto de suma importância é a perspectiva de estender o olhar sobre a cultura para além das artes. Os estudantes precisarão perceber-se construtores de cultura, consumidores de cultura e produtores de cultura. Com esse intuito é que a segunda etapa do projeto é a circulação de produtos culturais criados nas escolas por grupos artísticos e fomentados pelos órgãos de gestão. Tal circulação de produtos culturais fortalecerá as identidades do território e culminará na construção da imagem cultural territorial, a qual será reconhecida além de suas fronteiras.

Ao longo da história, tem-se percebido certo receio e também resistência em se falar de cultura como fonte de renda, mas é preciso se reconhecer que talvez este seja ainda um dos poucos caminhos para a manutenção de algumas expressões culturais. O cuidado, porém deverá recair sobre a manutenção da identidade cultural, minimizando a influência financeira nesta moldagem. As festas de junho, o carnaval, o futebol, entre outros, são mostras de que é possível aliar cultura e renda em favor da manutenção, do fortalecimento e da difusão cultural. Não interessa manter a cultura guardada em um baú para supostamente protegê-la das dinâmicas sociais e históricas, pois tal atitude mostra-se contrária ao reconhecimento da cultura como elemento dinâmico e autônomo. Por tudo isso, cresce a importância dos espaços de gestão cultural, com ampla participação dos seus atores, sujeitos de análises, decisões, implementações e monitoramento da cultura em seus territórios.

A terceira e última etapa do projeto é o processo de mudança para a autogestão da produção cultural do território. Caberá ao Estado orientar suas políticas para o apoio à autogestão cultural em cada território. Este processo de mudança, de liderança cultural dos territórios é gradativo. Inicia-se com a mobilização da comunidade cultural, em um processo de aprendizagem mútua, tendo papel de destaque o Estado como elemento mobilizador e articulador. Em um segundo momento, deve-se iniciar a cogestão dos processos locais, em que o Estado inicia a dinâmica de empoderamento dos atores culturais para que eles paulatinamente possam assumir o protagonismo local de forma reconhecida pela comunidade.

O estágio desejado de autogestão deverá ser buscado como um ponto distante, mas alcançável e desejado. Neste estágio, caberá à sociedade cultural realizar a gestão efetiva das ações culturais no território, cabendo ao Estado apoiar na infraestrutura, legislação, etc. Neste

viés, a visão de futuro de uma cultura forte e representativa estará consolidada, sem perder sua dinâmica de evolução contínua, com reconhecimento e amplo envolvimento da sociedade, de forma autônoma. Tudo isso se desenvolverá na medida em que o território compreender suas culturas e identidades espontaneamente, na constância de diálogos que proporcionem a criatividade e a segurança para decidirem suas próprias vidas, independente do poder público. Portanto, o projeto contribuirá no alcance da transformação social do território, o qual terá uma identidade cultural pulsante.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO LOCAL – **Lei Constitucional, Legislação Complementar, Súmula de Legislação Temática**. Volume I e Volume II. Instituto de Formação da Administração Local- IFAL. 3ª Edição Revista, actualizada e ampliada. 2013. Estatuto Orgânico do Instituto de Formação da Administração Local – IFAL. Artigo 1º(Definição). Encontrado em: Administração Local- Legislação Fundamental- Vol.I. 3ª ed.- IFAL. Coord. Henrique Claro e Célia Doutor. Editora Edijuris Edições Jurídicas Lda. Angola, 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Com quantos escravos se constrói um país? In: **Revista de História da Biblioteca Nacional do Brasil**. Ed. nº 39. p. 26-29. Dezembro de 2008.

BAHIA. Lei nº 12.365 de 30 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências.

BAHIA. Portaria nº 327 de 27 de setembro de 2013. Estabelece os critérios do processo eleitoral para membros do Conselho Estadual de Cultura da Bahia oriundos da sociedade civil dos territórios culturais que constituem o Estado da Bahia para o período de 2013 a 2017.

BAHIA. Portaria nº 340 de 21 de outubro de 2013. **Membros eleitos titulares e suplentes para o CEC**.

BAHIA. **Relatório Oficina de Planejamento do Desenvolvimento Territorial da Cultura: Território Bacia do Jacuípe** – SECULT-BA – 2010.

BARROS, Ciomária Rosa Alves. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Questionário aplicado por Normelita Oliveira durante a Conferência Territorial de Cultura.

BITTENCOURT, Marcelo. Conexão Brasil. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional do Brasil**. Ed. nº 39. p. 26-29. Dezembro de 2008.

BONFIM, Fábio Ferreira. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas-BA, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Questionário aplicado por Normelita Oliveira durante a Conferência Territorial de Cultura.

BONNEMAISON, Joél. Viagem em torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 9ª edição. 1º volume. Coleção Documentos Brasileiros. Editora Livraria José Olympio, 1976.

CAMPOS, Florisvaldo Pessoa. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas-BA, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Questionário aplicado por Normelita Oliveira durante a Conferência Territorial de Cultura.

CANEDO, Daniele. **“Cultura é o quê?”** – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura –V

ENECULT/UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

CASTRO, Yeda Pessoa de. O que tem de Angola no Brasil e vice versa? In: **Revista de História da Biblioteca Nacional do Brasil**. Ed. nº 39. P. 26-29. Dezembro de 2008.

CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – UFBA. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19536.pdf>>. Acesso em 05 set. 2013.

CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – UFBA. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. Coleção Cultura é o quê? 2.ed. V.I – Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, Salvador, 2009

CHAVES, Márcio Caires. **Política cultural**. Lençóis-BA, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, fev. 2014. Entrevista via e-mail a Normelita Oliveira.

COELHO, Teixeira. **A Cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

CORDIOLI, Sérgio. **Enfoque Participativo um processo de mudança**: conceitos, instrumentos e aplicação prática. 1ª reimp. Porto Alegre: Gênese, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

CUNHA, Maria Helena Melo da. **A Política Cultural e o Plano das Ideias**. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT/UFBA. 2007. Artigo disponível em:

CUNHA, Maria Helena Melo da. **A Cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

CUNHA, Maria Helena Melo da. **Gestão Cultural**: profissão em formação. Belo horizonte: Duo Editorial, 2007.

CUNHA, Maria Helena Melo da. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. In: **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**. 12(1), p. 113-120, jan-abr 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a10.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

CUNHA, Maria Helena Melo da. **Gestão social**: uma perspectiva conceitual. Artigo (1998). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7754/6346>>. Acesso em: 05 maio 2014.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural**: Construindo uma identidade profissional. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT/UFBA-2007.

DANTAS, Marcelo; DAVEL, Eduardo. **A mestiçagem como desafio para a gestão:** contexto brasileiro. 4º International Meeting of the Iberoamerican Academy of Management. December, 8-11-2005. Track: Internacional Management.

DUARTE, José Carlos Silveira. **Territórios de Identidade e Multiterritorialidade, paradigmas para a formação de uma nova regionalização da Bahia.** V ENECULT (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura). Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador – BA. 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19536.pdf>>. Acesso em 05 set. 2013.

FERREIRA, Roquinaldo. Terra de oportunidades. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional do Brasil.** Ed. nº 39. p. 26-29. Dezembro de 2008.

FISCHER, T. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. In: **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho.** 12(1), p. 113-120, jan-abr 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a10.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

FISCHER, Tania. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – Introdução a uma agenda. In: **Gestão do Desenvolvimento e poderes locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. Contribuição para o Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP. 2006. Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf>. Acesso em: 05 set. 2013.

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola.** Século XVII. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós Graduação em História Social. São Paulo, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/2012_MarianaBracksFonseca.pdf>. Acesso em: 22 mar 2014.

FÓRUM DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE CULTURA DA BAHIA. **Regulamento.**

FREITAS, Maria Ester de; DANTAS, Marcelo. **O Estrangeiro no grupo:** A ponte e a porta para a interação cultural. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902011000600008&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 set. 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 4ª edição. Ilustrações de Tomaz Santa Rosa. 1º volume. Coleção Documentos Brasileiros. Editora Livraria José Olympio, 1943.

GEERT, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1ªed.-[reimp.]. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GIRO DE NOTÍCIAS. Disponível em: <<http://www.girodenoticias.com/noticias/geral/2173/homologacao-do-territorio-de>>

identidade-costa-do-descobrimento-esta-muito-proxima-20-06-2012/>. Acesso em: 29 abr. 2014.

GOMES, Elineuza Maria. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas-BA, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Questionário aplicado por Normelita Oliveira durante a Conferência Territorial de Cultura.

GT DE CULTURA DO TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE. **Relatório** do GT de Cultura do Território Bacia do Jacuípe. Município São José do Jacuípe: 11 de dezembro de 2008.

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS ESTADOS. Perguntas e Respostas. Sistema Nacional de Cultura. Ministério da Cultura. 2011.

GUIMARÃES, Telma. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas-BA, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Entrevista a Normelita Oliveira.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. p. 6774.

HALL, Stuart. **A identidade na pós modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª. ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia>>. Acesso em: 04 maio 2014.

IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 04 maio 2014.

LEITE, Sérgio Pereira; KATO, Karina; ZIMMERMANN, Sílvia. Gestão Social: Reflexões e Proposições. In: **Gestão Social dos Territórios**. Tânia Bacelar (Org.). Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Vol.10. Brasília: IICA, 2009.

MAGALHÃES, Elissandro Silva. **Política cultural**. Serrinha-BA, SECULT-BA, abr. 2014. Entrevista via e-mail a Normelita Oliveira.

MELO, Tailze. **O mundo misturado: imbricações entre cultura e gestão cultural**. In: BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JÚNIOR, José. (Org). **Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011

Ministério da Administração do Território. **1º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional**. Coord. e fixação de texto Drª Ana Maria de Oliveira. Editorial Nzila. Editor Arlindo Isabel. Impressão: SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda. 1.700 exemplares. 1ª ed. Luanda, Angola, 2004.

MINISTÉRIO DA CULTURA DE ANGOLA. Disponível em: http://www.minicultura.gv.ao/nota_legal.htm. Acesso em: 27 maio 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.cultura.gov.br/snc>>. Acesso em: 25 maio 2014.

MOODLE – CIAGS/UFBA. Disponível em: <
[http://www.moodle.ufba.br/file.php/12973/Franca_e_Schommer_-
_RS_e_comunidades_de_pratica.pdf](http://www.moodle.ufba.br/file.php/12973/Franca_e_Schommer_-_RS_e_comunidades_de_pratica.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2013.

NKUANSAMBU, Afonso. **Cultura angolana**. Luanda-Angola, IFAL, mar. 2014. Entrevista a Normelita Oliveira.

OLIVEIRA, Jaconeide Carmo de. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas-BA, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Questionário aplicado por Normelita Oliveira durante a Conferência Territorial de Cultura.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEIXE, Roberto. **Sistemas de Cultura**. Coleção Política e Gestão Culturais. Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

PERICO, Rafael Elcheverry. **Identidade e Território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. p. 64.

CODES. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável**. CODES – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe. 2010.

POLÍTICAS CULTURAIS. Disponível em:
<<http://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/03/politicas-culturais-entre-o-possivel-e-o-impossivel.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

POLÍTICAS CULTURAIS. Disponível em:
<<http://sisem.files.wordpress.com/2011/04/polc3adticas-culturais-no-brasil-tristes-tradic3a7c3b5es.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

PORTAL CENPEC. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/biblioteca/cultura/teses-dissertacoes-e-ensaios/politicas-culturais-do-governo-lula-analise-do-sistema-e-do-plano-nacional-de-cultura>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFBA. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2014.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto presidencial nº 15/11 de 11 de janeiro. **Política Cultural da República de Angola**.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Relatório do 3º Conselho Consultivo Alargado**: Temas para abordagem e reflexão. República de Angola – Ministério da Cultura: Benguela, 08 a 10 de julho de 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

RIOS, Weruesson Silva. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas-BA, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Questionário aplicado por Normelita Oliveira durante a Conferência Territorial de Cultura.

SAMBA TERRITÓRIO: O Samba na Bacia do Jacuípe – Sertão da Bahia, 2013. Youtube vídeo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=KW6emiew0KY>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SANTANA, Clécio Geovan de Oliveira. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas-BA, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Questionário aplicado por Normelita Oliveira durante a Conferência Territorial de Cultura.

SANTOS, Belisário dos. **Descentralização e Governança Local em Angola: Os desafios da participação dos cidadãos e da concentração dos recursos na capital do país**. Artigo. Núcleo de Estudos do Território e da Administração Local do Estado-NETAL. Instituto de Formação da Administração Local – IFAL. Revista nº02, julho de 2013, p.58.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª ed. 1. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Rita Ferreira dos. **Política cultural e território**. Luanda-Angola, IFAL, mar. 2014. Entrevista a Normelita Oliveira.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

SARAIVA, Enrique. Gestão da cultura e a cultura da gestão: a importância da capacitação de administradores culturais. In: BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JÚNIOR, José. (Org). **Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCIELO. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902011000600008&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 ago. 2013.

SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. **Cartilha: Sistema Estadual de Cultura**. Secretaria de Cultura da Bahia, 2009.

SECULT. Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia: De um Espaço de Diálogo à sua Institucionalização. **Caderno de Cultura nº 07 – SECULT**.

SECULT-BA. Disponível em: <<http://culturabahia.com/territorios-culturais/>>. Acesso em: 10 maio 2014.

SECULT-BA. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/>>. Acesso em: 27 maio 2014. 20:00

SECULT-BA. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2013/06/06/encontros-de-dirigentes-e-conselheiros-de-cultura-alavanca-dialogo-sobre-implantacao-dos-sistemas-municipais/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAN. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade>>. Acesso em: 01 maio 2014.

SILVA, Izaías Junior dos Reis. **Política cultural e território de identidade Bacia do Jacuípe**. Pintadas-BA, Conferência Territorial de Cultura, 16 ago. 2013. Entrevista a Normelita Oliveira.

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA – SNC. Acordo de Cooperação Federativa. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/1154128/1.+Quantitativo+de+Munic%C3%ADpios+e+Estados+com+Acordo.pdf/f0eb581a-b3fe-4ce0-809f-7e75dde1f1c4>>. Acesso em: 26 maio 2014.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território de Identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS. ISSN 1808-2653.v.1 – nº6 – ano 4, novembro de 2007.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Descentralização Político-Administrativa, Gestão Social e Participação Cidadã. DALLABRIDA, Valdir Roque. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, estruturas de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 73-93.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social**: uma perspectiva conceitual. Artigo (1998). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7754/6346>>. Acesso em: 05 maio 2014.

VAINFAS Ronaldo; SOUZA Marina de Mello. **Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII**. Artigo disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-7.pdf>. Acesso em: 26 mar 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ANEXOS

ANEXO A – Festa do Licuri – São José do Jacuípe.....	98
ANEXO B – Festa do Licuri em Mairi.	99
ANEXO C – CODES - Bacia do Jacuípe.	99
ANEXO D – XXIX Semana de Cultura de Ipirá.	100
ANEXO E – Festival de Música da Bacia do Jacuípe.	100
ANEXO F – Festival de Teatro de Ipirá.	101
ANEXO G – Conferência Territorial da Bacia do Jacuípe.....	101
ANEXO H – II Encontro de Blogueiros da Bacia do Jacuípe.....	102
ANEXO I – 6º Festival Regional de Sambadores em Pintadas.	102
ANEXO J – Feira de Economia Solidária em Várzea da Roça.	103
ANEXO K – Projeto Arte pela Educação da Bacia do Jacuípe.....	103
ANEXO L – V Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia – Ipirá.....	104
ANEXO M – Festival de Música em Mairi.	104
ANEXO N – Projeto Nossa Terra Nossa Cultura – Capela do Alto Alegre.....	105
ANEXO O – Municípios da Bahia por Território de Identidade.....	106

ANEXO A – Festa do Licuri em São José do Jacuípe



Fonte: < <http://www.baciadojacuipe.com.br/n4775.htm>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO B – Festa do Licuri em Mairi



Fonte: <<http://radiomairifm.blogspot.com.br/2012/04/5-festa-regional-do-licuri-sera-no.html>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO C – CODES – Bacia do Jacuípe



Fonte: <http://caboronganoticias.blogspot.com.br/2013_08_01_archive.html>. Acesso em 28 maio 2014.

ANEXO D – XXIX Semana de Cultura de Ipirá



Fonte: <<http://baciadojacuipe.com.br/n1140.htm>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO E – Festival de Música da Bacia do Jacuípe

Fonte: <<https://www.facebook.com/pages/Caboronga-Noticias/515663905167055>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO F – Festival de Teatro de Ipirá



Fonte: <<http://www.expovideo.com.br/2009/02B/teatro.htm>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO G – Conferência Territorial da Bacia do Jacuípe



Fonte: <<http://capelaecultura.blogspot.com.br/2011/10/planejar-e-preciso-consolidacao-dos.html>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO H – II Encontro de Blogueiros da Bacia do Jacuípe



Fonte: <http://radiomairifm.blogspot.com.br/2011_04_01_archive.html>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO I – 6º Festival Regional de Sambadores em Pintadas



Fonte: <<http://www.overmundo.com.br/agenda/6-festival-regional-de-sambadores-de-pintadas>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO J – Feira de Economia Solidária em Várzea da Roça



Fonte: <http://baianoproducoes.blogspot.com.br/2014_03_01_archive.html>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO K – Projeto Arte pela Educação da Bacia do Jacuípe



Fonte: <<https://www.flickr.com/photos/secultba/4034884852/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO L – V Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia – Ipirá



Fonte: <<http://blogs.cultura.gov.br/snc/2011/09/16/v-forum-de-dirigentes-municipais-de-cultura-da-bahia/>>.
Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO M – Festival de Música em Mairi



Fonte: <http://www.varzeaeregiao.net/2012_01_12_archive.html>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO N – Projeto Nossa Terra Nossa Cultura – Capela do Alto Alegre



Fonte: <<http://softwarelivre.org/pensarfilmes/cultura/convite-do-projeto-nossa-terra-nossa-cultura-de-capela-do-alto-alegre?view=true>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXO O – Municípios da Bahia por Território de Identidade

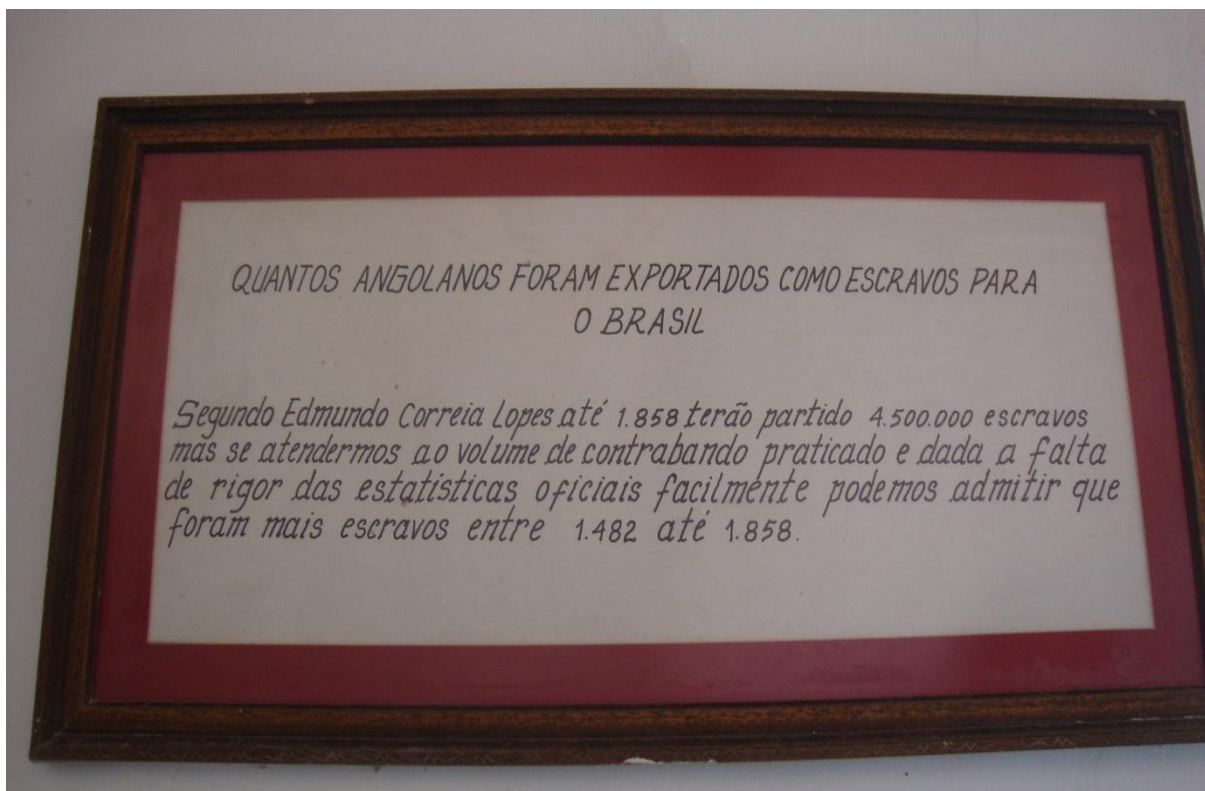
TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães, Ibirapitanga
Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.
Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca
Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz de Cabralia e Porto Seguro
Litoral Norte – Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouricangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sático Dias
Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara, Varzedo
Região Metropolitana de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz
Semi-Árido Nordeste II	Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto
Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova
Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente
Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim
Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá
Itaparica	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas
Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipuíara, Irecê, Itaguacú da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique
Piemonte da Diamantina	Caem, Capim Grosso, Jacobina, Mirangaba, Ourorândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova, Miguel Calmon
Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner, Iramaia
Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá
Médio Sudoeste	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória
Vale do Jiquiriçá	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elisio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaí
Vitória da Conquista	Anagé, Aracatu, Barra Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanópolis, Cândido Sales, Carafbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
Médio Rio de Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi, Itagiba, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã
Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi
Bacia do Rio Grande	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley
Bacia do Rio Corrente	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho
Bacia do Paramirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo
Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato

Fonte: <<http://culturabahia.com/territorios-culturais/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Museu da Escravatura – Luanda/Angola.	109
APÊNDICE B – Jovens Alunos do IFAL – Luanda/Angola	109
APÊNDICE C – Grupo de Samba Cultura Viva - Gavião.	110
APÊNDICE D – Reunião com Agentes Culturais de Ipirá - 2007.....	110
APÊNDICE E – Grupo de Capoeira de Riachão do Jacuípe.	111
APÊNDICE F – GT de Cultura – 2007.....	111
APÊNDICE G – I Conferência Municipal de Cultura do TBJ – Pintadas 2007.....	112
APÊNDICE H – Encontro da SECULT-BA e Prefeitos do TBJ – Ipirá, 2008.	112
APÊNDICE I – Adesão do TBJ ao Sistema Estadual de Cultura.	113
APÊNDICE J – Oficina de Planejamento do Desenvolvimento Territorial da Cultura 2010.....	113
APÊNDICE K – Entrevista com Márcio Caires Chaves	114
APÊNDICE L – Entrevista com Elissandro Silva Magalhães	116
APÊNDICE M – Entrevista com Afonso Nkuansambu.	120
APÊNDICE N – Questionário respondido por Clécio Geovan de O. Santana.	123
APÊNDICE O – Questionário respondido por Ciomária Rosa Alves Barros.....	124
APÊNDICE P – Questionário respondido por Elineuza Maria Gomes.	125
APÊNDICE Q – Questionário respondido por Jaconeide Carmo de Oliveira.....	126
APÊNDICE R – Questionário respondido por Fábio Ferreira Bonfim.....	127
APÊNDICE S – Questionário respondido por Florisvaldo Pessoa Campos	128

APÊNDICE A – Museu da Escravidura – Luanda/Angola**APÊNDICE B – Jovens Alunos do IFAL – Luanda/Angola**

APÊNDICE C – Grupo de Samba Cultura Viva – Gavião



APÊNDICE D – Reunião com Agentes Culturais de Ipirá – 2007



APÊNDICE E – Grupo de capoeira de Riachão do Jacuípe



APÊNDICE F – GT de Cultura – 2007



APÊNDICE G – I Conferência Municipal de Cultura do TBJ – Pintadas -2007



APÊNDICE H – Encontro da SECULT-BA e Prefeitos do TBJ – Ipirá, 2008



APÊNDICE I – Adesão do TBJ ao Sistema Estadual de Cultura



Márcio Meirelles (Secretário de Cultura da Bahia) e Valcyr Rios (Prefeito de Pintadas). Ipirá, 2008.

APÊNDICE J - Oficina de Planejamento do Desenvolvimento Territorial da Cultura – 2010



APÊNDICE K – Entrevista com Márcio Caires Chaves.

Márcio Caires Chaves: Educador, contador de histórias e coordenador de projetos sociais. Grau de escolaridade: superior completo. Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia – 2011/2013

Relate rapidamente sobre sua vida profissional.

Márcio Caires: Iniciado nos saberes de tradição oral por sábios da Chapada Diamantina e de vários cantos do Brasil desde 1996 e na tradição Griô pelo africano Djelimory Diabatê e por famílias tradicionais de aldeias da região do Mali, África. Pós-graduado em antropologia, é pesquisador, contador de histórias, presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado da Bahia, presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura e membro titular do Conselho Nacional de Cultura. Coordena em Lençóis, Bahia, o Projeto Grãos de Luz e Griô e a rede Ação Griô Nacional. Pesquisador de tradição oral dos conteúdos referenciais para a criação da Pedagogia Griô. (www.graosdeluzegrio.org.br).

Consultor, Educador, articulador/coordenador de projetos e políticas na área de cultura e educação. Graduado em Administração, foi criador e fundador do Grãos de Luz e Griô em 1998, onde coordenou mais de 20 projetos de educação e cultura, articulando e administrando mais de dez milhões de reais em recursos nesta área em parceria com entidades estaduais, nacionais e internacionais, empresariais e públicas.

Qual a missão do CEC?

Márcio Caires: O Conselho Estadual de Cultura, órgão colegiado do Sistema Estadual de Cultura, com sede nesta Capital e jurisdição em todo o território estadual, tem por finalidade formular a política estadual de cultura, nos termos do art. 272 da Constituição do Estado e de acordo com o estabelecido na Lei Estadual nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, assessorar e fiscalizar a Secretaria de Cultura no planejamento e execução desta política, exercendo funções normativas, deliberativas e consultivas. (*Art. 1º do Regimento Interno do CEC, com referência na Lei Orgânica do Estado*)

De que forma o CEC vem se adequando à Lei Orgânica de Cultura da Bahia?

Márcio Caires: Fazendo a revisão do seu Regimento Interno e encaminhando o processo de eleição dos novos representantes da sociedade civil.

Qual a sua visão em relação a representação territorial no CEC?

Márcio Caires: Entendo que a participação de representantes dos territórios de identidade será um grande avanço na discussão da política cultural do estado podendo também fortalecer o poder de participação do CEC nas discussões com a SECULT-BA”.

Qual a sua visão sobre a territorialidade da cultura na Bahia?

Márcio Caires: A grande questão está na própria construção do conceito e também de apropriação das comunidades na construção de uma identidade dos territórios. Este envolvimento deve partir essencialmente com trabalhos bem enraizados nos territórios envolvendo as associações comunitárias e movimentos sociais de base, com apoio da gestão pública.

Qual a sua opinião sobre o Sistema Estadual de Cultura?

Márcio Caires: O Sistema Estadual de Cultura ainda é uma proposta e com um grande caminho a ser trilhado. A implementação do sistema tem o desafio de uma grande mobilização dos governos municipais e da sociedade civil pra criação conjunta dos mecanismos de participação.

Na sua opinião, quais são as dificuldades para concretizar o Sistema Estadual de Cultura?

Márcio Caires: A dimensão territorial do estado da Bahia, a quantidade de municípios, a falta de recurso da Secretaria de Cultura do Estado para este fim, e também a falta de metodologia de mobilização e envolvimento da sociedade civil.

Quais as perspectivas para o ano de 2014 para o CEC?

Márcio Caires: Em função da sua renovação, o Conselho deve construir um novo plano de trabalho com as novas representações, bem diversa da atual. Vai ser necessário um processo muito bem construído de participação e discussão pra canalizar as expectativas dos novos representantes. Por outro lado, a perspectiva é que seja um Conselho que tenha mais diálogo com as redes sociais e movimentos culturais.

APÊNDICE L – Entrevista com Elissandro Silva Magalhães

Elissandro Silva Magalhães: Gestor Cultural, Diretor de Territorialização da Cultura – SUDECULT/SECULT-BA, 2013/2014.

Relate rapidamente sobre sua experiência profissional.

Elissandro Silva Magalhães: Iniciei minha vida profissional cursando Letras Vernáculas na UNEB e atuando como professor de ensino fundamental e médio. A partir daí gerindo grupos de cultura no movimento social, identifique-me com a gestão e assumi a secretaria executiva da Filarmônica 30 de junho. Seguindo os passos de gestão atuei com Secretário de Educação e Cultura e Vereador no município de Serrinha. Atualmente exerço a função de Diretor de Territorialização da Cultura/Secult-BA.

Relate rapidamente sobre a sua equipe de trabalho.

Elissandro Silva Magalhães: Minha equipe de trabalho é formada por 5 coordenadores, 24 Representantes Territoriais de Cultura e 6 Estagiários.

Quem é o Representante Territorial?

Elissandro Silva Magalhães: O Representante Territorial de Cultura é o elo entre as políticas públicas de cultura previstas na lei orgânica da cultura e que estão sendo executadas pela Secretaria de Cultura do Estado, com os municípios nos territórios de identidade da Bahia.

O representante territorial atua como articulador nas relações dos segmentos culturais entre os municípios do Território na consolidação do Sistema Estadual de Cultura. O trabalho do representante é fundamental na consolidação da política cultural em todo o estado, exigindo contato permanente com os agentes culturais de todos os municípios baianos. Abaixo, as principais atribuições específicas dos representantes previstas no edital de seleção:

1. Articular e manter contato com as redes territoriais do âmbito artístico e cultural;
2. Mobilizar públicos e redes específicos para as ações e projetos da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia no Território de Identidade;
3. Difundir e divulgar projetos e ações da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia;

4. Executar projetos, programas e ações no Território de Identidade, planejadas conjuntamente com a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura da Secretaria de Cultura;
5. Realizar levantamento de informações e dados no Território de Identidade;
6. Realizar visitas, acompanhamentos, fiscalizações a projetos da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia;
7. Recepcionar e encaminhar demandas do campo cultural local à Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura da Secretaria de Cultura;
8. Estimular a gestão participativa da cultura nos municípios do Território;
9. Estabelecer relações institucionais com os dirigentes municipais de cultura do Território de Identidade;
10. Prestar assessoria aos dirigentes municipais de cultura para a implantação dos Sistemas e Planos Municipais de Cultura, a partir de capacitação recebida da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura da Secretaria de Cultura;
11. Estabelecer interlocuções e articulações com os representantes do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura do Território de Identidade.
12. Promover e apoiar a articulação e o diálogo contínuos com representações do Estado e organizações da sociedade civil no Território;
13. Sensibilizar e inserir na agenda dos organismos e entidades territoriais o tema da cultura, destacando sua importância para o desenvolvimento local;
14. Trabalhar conjuntamente com os Centros de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, colaborando para a sua ocupação e reconhecimento pela comunidade territorial.

A SECULT-BA tem quantos Representantes Territoriais?

Elissandro Silva Magalhães: Atualmente 24 (vinte e quatro). A Lei orgânica de cultura prevê 28, sendo dois no território metropolitano de Salvador. Mas 3 (três) territórios estão aguardando a seleção para novos representantes: Piemonte Norte do Itapicuru, Velho Chico e Sertão produtivo.

Qual a visão da SECULT-BA em relação à territorialidade?

Elissandro Silva Magalhães: No ano de 2007 o governo do Estado da Bahia passou a adotar uma nova política territorial, instituindo 26 Territórios de Identidade cultural. Os novos

recortes espaciais passam a nortear as políticas públicas estaduais ao substituir as 15 Regiões Econômicas que, até então, orientavam as políticas governamentais. Hoje temos 27 territórios, após a divisão do extremo sul baiano.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA), em consonância com as diretrizes administrativas do governo estadual, territorializa as ações da pasta da cultura no Estado. Essa territorialização induz a modificações na forma de atuação das políticas públicas culturais em todo o território baiano. A SECULT-BA adotou a ferramenta dos editais enquanto instrumento de políticas públicas.

Já em 2011, elencado por produtores culturais e artistas como uma das maiores conquistas do movimento de cultura no estado da Bahia, temos a aprovação da Lei Orgânica da Cultura, que contribui para o fortalecimento da institucionalidade cultural do estado. A Lei foi aprovada por unanimidade pelos deputados estaduais numa sessão no dia 22 de novembro de 2011 e sancionada pelo governador Jaques Wagner no dia 30 de novembro, oficializando o ingresso da Bahia no Sistema Nacional de Cultura.

A lei dispõe sobre as bases da política estadual de cultura e determina a implantação do Sistema Estadual de Cultura e a regulamentação do Plano Estadual de Cultura, que propõe o alinhamento com o Plano Nacional de Cultura garantindo assim a construção de políticas públicas de estado, independente de governo e gestores, além de pretender possibilitar maior articulação entre os governos municipais, estadual e federal para facilitar a execução de projetos conjuntos e o repasse de recursos. Através deste movimento o estado da Bahia tornou-se referência na elaboração de políticas públicas de cultura, e nesta ação legislativa estabelece um marco legal, com conceitos, princípios, objetivos que nortearão as políticas de cultura nos próximos dez anos no estado. Entre os princípios da política pública de cultura prevista na lei, destaca-se o item X – territorialização de ações e investimentos culturais, assegurando a política de territorialização, bem como o Art. 30, que estabelece que a Secretaria de Cultura manterá representações territoriais de cultura com a finalidade de articular os segmentos culturais entre os municípios, conforme o modelo de regionalização adotado.

Portanto hoje é lei a manutenção das ações de Territorialização da cultura, sendo a SECULT executora desta política. O edital Territórios Culturais, a aplicação de cotas nos editais como pontos de cultura e calendário das artes, a presença de pontos de leitura, bibliotecas comunitárias, jovens multiplicadores, o apoio a criação dos sistemas municipais de cultura, além da manutenção do representante territorial de cultura, são alguns exemplos de ações baseadas na política de territorialização.

Quem é a Representante Territorial do Território Bacia do Jacuípe?

Elissandro Silva Magalhães: Telma Guimarães

Na sua visão, quais as dificuldades para concretizar o Sistema Estadual de Cultura?

Elissandro Silva Magalhães: Hoje a principal dificuldade é a ampliação do fundo nacional de cultura, que deve subsidiar os fundos dos estados e dos municípios a fim de concretizar as ações dos entes que compõem o sistema e principalmente tornar possível e exequível a execução dos planos municipais e estaduais.

Como você avalia a participação dos municípios no processo de construção da política cultural que foi iniciada em 2007.

Elissandro Silva Magalhães: A comunidade cultural e a gestão pública dos municípios baianos se sentiram provocados pelo chamamento para as reflexões que a nova gestão de cultura do estado da Bahia vem provocando desde a criação da secretaria de cultura em 2007. As reflexões são profundas e trazem inovações na condução da política cultural baiana. A primeira delas é a atenção para a construção de uma política pública para substituir a política de favorecimento, de balcão. Como uma mudança na cultura política é essencial para a mudança na política cultural, por vezes a participação dos municípios ainda é gerida pela ideia do estado como mantenedor das ações de cultura no âmbito municipal. Quando na verdade o objetivo da política de cultura do estado, a partir de 2007, é que o município desenvolva a sua política cultural, observando os limites e a estrutura da dinâmica local. Desde modo posso definir como esta a participação da maioria dos municípios baianos no processo de mudança da política cultural. Óbvio que uma pequena parte dos municípios estão muito bem avançados, por principalmente, compreenderem as políticas culturais nacionais e estaduais, acreditarem e lutarem pela criação dos seus sistemas municipais e, em muitas vezes, reproduzir no âmbito municipal ações previstas e desenvolvidas pelo estado.

APÊNDICE M – Entrevista com Afonso Nkuansambu

Afonso Nkuansambu: 34 anos, Professor/Formador de Formadores do IFAL – Antropologia, Liderança Social e Tradicional, Técnica de comunicação.

Como o senhor define a cultura angolana?

Afonso Nkuansambu: Querida Normelita, interessante a sua questão, mas por questões didáticas gostaria de respondê-la a partir de dois conceitos principais: o que é Angola; o que é cultura; ou vice-versa, para depois desembocar no que é a cultura Angola.

Começaria por dizer que Angola é um dos 54 países de África, situado na costa ocidental, cuja língua oficial é o português, abarca uma área total de um milhão duzentos e quarenta e seis mil e setecentos quilômetros quadrado. Limitado a norte e a leste pela RDC- República Democrática do Congo, ex-Zaire, a leste pela Zâmbia, a sul limita-se com a Namíbia, e ao oeste com o Oceano Atlântico.

O nome Angola, segundo a história, deriva da palavra banto “N’gola”, título dos governantes da região no século XVI, época que começou o processo de colonização por Portugal. Foi uma colônia portuguesa até 1975, ano da proclamação da sua independência.

Hoje, o país está dividido por 18 províncias de Cabinda ao Cunene, e de mar ao leste, com uma faixa costeira árida que se estende de Namíbia até Luanda(capital de Angola), um planalto interior úmido, uma savana seca no interior sul e sudoeste, e floresta tropical no norte.

Angola possui mais de 20 línguas nacionais com uma ambivalente cultural.

Quanto ao conceito cultura, podemos compreendê-lo na perspectiva de Tylor, que a define como conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer capacidade e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membros da sociedade.

Portanto, posso definir a cultura angolana como *modus vivendi e essendi* (modo de viver e de ser) (grifo meu) do povo angolano, caracterizado pelo complexo cultural (muitas culturas) (grifo meu), que envolve o seu conhecimento, crenças, artes, normas cívicas e morais, costumes, hábitos, contos, musicas, mitos, lendas, o que o defere de outros povos africanos. Por exemplo: o nosso carnaval, o nosso calulu (caruru) (grifo meu); a nossa mengueleka, o nosso dendê, o nosso sumate (tomate e gindungu cortado com água), a nossa kizaka, a nossa Chicuanga, nosso funji, o pirão, o nosso maruvu, os nossos provérbios, os nossos Bahamas, o nosso alembamento, o nosso Semba e o Kuduro, o batuque, a sacaia, a nossa marimba, etc. Tudo isto é que defino como cultura angolana.

O que são lideranças ou Autoridades Tradicionais em Angola?

Afonso Nkuansambu: Em Angola as Autoridades Tradicionais são representações do Estado em qualquer comunidade. < São pessoas colectivas de abstractos culturais que traduzem-se em estruturas organizatórias forjadas ao longo dos tempos pré-estatuais emanam de realidade histórica, cultural, sociológica e Antropológica típica de países africanos (Carlos Feijó e Cremildo Paca, p.141). No âmbito da convivência de habitabilidade, ambos os organismos, tanto as autoridades Tracionais como como as Autoridade Politicas convergem intimamente no mesmo ângulo, sobretudo na função na função dos aspectos ligados a vida social da Comunidade.

Desde antiguidade, a autoridade ou a figura do soba, tem como tradição a busca preservação da autenticidade e genuidade dos preceitos que legitimam e consagram a sua existência. Na minha óptica, uma Autoridade Tradicional é uma entidade secular dotada de uma grande capacidade moral, jurídica e educativa, guardiã da cultura e das tradições ancestrais da linhagem real a que pertence. A ela são incumbidas várias atribuições das quais se destacam: Superintendência das terras, a gerencia das pessoas, a resolução dos conflitos comunitários e sobretudo a garantia do bem estar das populações sob sua jurisdição.

O Estado Angolano reconhece as Autoridades Tradicionais?

Afonso Nkuansambu: Sim! O Estado Angolano reconhece as Autoridades Tradicionais. A sua legitimidade alicerça-se na História e nos valores carismáticos dos seus usos e costumes. Posso aqui mencionar alguns instrumentos jurídicos que dá o e competências as autoridades Tradicionais:

- A Lei nº 9/04 de Novembro (Lei de terras);
- Resolução de Assembleia do povo nº 02/86 de Dezembro, sobre o fundamento;
- O Decreto nº 38/04 de 29 de Junho do Conselho de Ministros, sobre o reajustamento dos subsídios das Autoridades Tradicionais;
- Resolução da Assembleia Nacional nº 10/05 de 04 de Julho concretamente nos artigos 26 e 27. Reporta-se a Deontologia Eleitoral.
- O Decreto nº 62/05 de 07 de Setembro, do Regulamento Eleitoral, que determinados indivíduo que não possui documentos oficiais pertence a uma dada comunidade.

Como o senhor percebe a juventude no contexto cultural de Angola?

Afonso Nkuansambu: A juventude angolana no contexto cultural despertou o interesse e a consciência na regeneração da crise cultural. O intercâmbio cultural ajuda a juventude a reconhecer e a valorizar esse conjunto que faz a sua identidade. Os tabus, preconceitos, complexos de superioridades e de inferioridade, o racismo vai se tornando passado da juventude angolano e mantem o diálogo intercultural e multicultural para engrandecer a sua dimensão cultural e com grande desafio de levar a cultura angolana nos quatro cantos do mundo.

APÊNDICE N – Questionário respondido por Clécio Geovan de Oliveira Santana

Clécio Geovan de Oliveira Santana: Ator, Agente Cultural, Membro do GT de Cultura, morador da cidade de Pé de Serra.

1-Na sua visão, o que é Território de Identidade?

Clécio Geovan de Oliveira Santana: A representação sistematizada da população que o compõe. É a cara do movimento contínuo e do trabalho popular.

2 - Qual seu sentimento em relação ao Território de Identidade Bacia do Jacuípe?

Clécio Geovan de Oliveira Santana: Sinto-me feliz em fazer parte deste território e por estar envolvido nas ações do mesmo, podendo me articular com outros agentes em torno da cultura.

3- De que forma seu Município participa das ações culturais no Território Bacia do Jacuípe?

Clécio Geovan de Oliveira Santana: Através do GT de Cultura, em espaços de manifestações culturais (eventos), intercâmbios dentro do território e também em outros meios.

4- Qual a sua opinião sobre a Política Cultural que vem sendo implementada pelo Estado, através da criação do Sistema Estadual de Cultura?

Clécio Geovan de Oliveira Santana: Ainda há muita coisa a ser feita para garantir que a cultura seja disseminada. Mas já existe um processo avançando para isso através da criação do Sistema.

5 – O seu Município já criou o Sistema Municipal de Cultura? Cite o que já está pronto.

Clécio Geovan de Oliveira Santana: Está em processo de criação. A comissão está formada e articulada.

6- Qual a sua visão de futuro sobre o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, em relação às políticas culturais?

Clécio Geovan de Oliveira Santana: O fortalecimento cultural no Território. Percebo que estamos caminhando para ficar mais articulados e com nossa cultura muito mais valorizada.

7 - Qual a sua visão de futuro sobre o seu Município, em relação às políticas culturais?

Clécio Geovan de Oliveira Santana: Percebo que é preciso que haja um olhar mais amplo sobre a cultura em Pé de Serra, para garantir que todas as áreas sejam contempladas. Ainda é muito restrito a poucos.

APÊNDICE O – Questionário respondido por Ciomária Rosa Alves Barros

Ciomária Rosa Alves Barros: Diretora Municipal de Cultura de Várzea do Poço e Membro do GT de Cultura.

1-Na sua visão, o que é Território de Identidade?

Ciomária Rosa Alves Barros: Uma forma de organização entre municípios, visando o desenvolvimento das políticas públicas que contemplem demandas sociais, culturais e econômicas.

2 - Qual seu sentimento em relação ao Território de Identidade Bacia do Jacuípe?

Ciomária Rosa Alves Barros: De pertencimento

3- De que forma seu Município participa das ações culturais no Território Bacia do Jacuípe?

Ciomária Rosa Alves Barros: Participando do GT de Cultura, fóruns e conferências contribuindo para o desenvolvimento cultural e territorial.

4- Qual a sua opinião sobre a Política Cultural que vem sendo implementada pelo Estado, através da criação do Sistema Estadual de Cultura?

Ciomária Rosa Alves Barros: Acho muito importante. Porém, acho que deveriam tornar os editais mais acessíveis na questão burocrática.

5 – O seu Município já criou o Sistema Municipal de Cultura? Cite o que já está pronto.

Ciomária Rosa Alves Barros: Sim. Estamos articulando a sociedade civil para a criação do Conselho Municipal de Cultura.

6- Qual a sua visão de futuro sobre o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, em relação às políticas culturais?

Ciomária Rosa Alves Barros:Espero que as demandas das Conferências Territorial sejam atendidas em grande parte.

7 - Qual a sua visão de futuro sobre o seu Município, em relação às políticas culturais?

Ciomária Rosa Alves Barros: Já temos a nossa Secretaria Municipal de Cultura. Assim, espero que possamos ampliar o nosso trabalho para atender as demandas municipais de fomentar a cultura no nosso município.

APÊNDICE P – Questionário respondido por Elineuza Maria Gomes

Elineuza Maria Gomes: Agente Cultural da cidade de Mairi e Membro do GT de Cultura.

1-Na sua visão, o que é Território de Identidade?

Elineuza Maria Gomes: É uma forma de organização para juntos buscarmos estratégias de desenvolvimento local.

2 - Qual seu sentimento em relação ao Território de Identidade Bacia do Jacuípe?

Elineuza Maria Gomes: De pertencimento.

3- De que forma seu Município participa das ações culturais no Território Bacia do Jacuípe?

Elineuza Maria Gomes: Participando dos debates sobre a cultura, dentro do GT de Cultura, dos fóruns, seminários e conferências.

4- Qual a sua opinião sobre a Política Cultural que vem sendo implementada pelo Estado, através da criação do Sistema Estadual de Cultura?

Elineuza Maria Gomes: Acho que nesse momento está muito lenta. Precisa agilizar para que as coisas aconteçam mais rápido.

5 – O seu Município já criou o Sistema Municipal de Cultura? Cite o que já está pronto.

Elineuza Maria Gomes: Já avançamos um pouco com a criação da Secretaria Municipal de Cultura. O Conselho Municipal de Cultura está em formação.

6- Qual a sua visão de futuro sobre o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, em relação às políticas culturais?

Elineuza Maria Gomes: Espero que o nosso território cresça em desenvolvimento social e que seja garantida políticas públicas para atender as nossas demandas.

7 - Qual a sua visão de futuro sobre o seu Município, em relação às políticas culturais?

Elineuza Maria Gomes: Sistema Municipal de Cultura funcionando para garantir a execução das políticas culturais.

APÊNDICE Q – Questionário respondido por Jaconeide Carmo de Oliveira

Jaconeide Carmo de Oliveira: Diretor Municipal de Cultura de Capela do Alto Alegre e Membro do GT de Cultura.

1-Na sua visão, o que é Território de Identidade?

Jaconeide Carmo de Oliveira: É uma área demarcada pela existência dos mesmos ideais.

2 - Qual seu sentimento em relação ao Território de Identidade Bacia do Jacuípe?

Jaconeide Carmo de Oliveira: Orgulho.

3- De que forma seu Município participa das ações culturais no Território Bacia do Jacuípe?

Jaconeide Carmo de Oliveira: De forma participativa nos encontros do GT, nas conferências e fóruns.

4- Qual a sua opinião sobre a Política Cultural que vem sendo implementada pelo Estado, através da criação do Sistema Estadual de Cultura?

Jaconeide Carmo de Oliveira: Muito pertinente. Creio que trará muitos benefícios aos municípios.

5 – O seu Município já criou o Sistema Municipal de Cultura? Cite o que já está pronto.

Jaconeide Carmo de Oliveira: Está em desenvolvimento. A lei do Sistema já está pronta. Estamos focando no Conselho Municipal de Cultura.

6- Qual a sua visão de futuro sobre o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, em relação às políticas culturais?

Jaconeide Carmo de Oliveira: Creio que com o potencial artístico que temos e com a nossa organização seremos um dos territórios mais desenvolvidos nas políticas culturais.

7 - Qual a sua visão de futuro sobre o seu Município, em relação às políticas culturais?

Jaconeide Carmo de Oliveira: Creio que se o Gestor Municipal e os gestores vindouros tiverem um olhar diferenciado, o município será bem sucedido.

APÊNDICE R – Questionário respondido por Fábio Ferreira Bonfim

Fábio Ferreira Bonfim: Músico, Diretor Municipal de Cultura de Quixabeira, Membro do GT de Cultura.

1-Na sua visão, o que é Território de Identidade?

Fábio Ferreira Bonfim: Território de Identidade constitui um conjunto de municípios de identidades parecidas (costumes, dificuldades, vivências). Juntos podem trabalhar para melhorar e também buscarem políticas públicas.

2 - Qual seu sentimento em relação ao Território de Identidade Bacia do Jacuípe?

Fábio Ferreira Bonfim: Pelo que eu conheço é um território organizado e ativo. Mas devido a área territorial da Bacia do Jacuípe ser grande precisa melhorar a comunicação e articulação entre os demais municípios.

3- De que forma seu Município participa das ações culturais no Território Bacia do Jacuípe?

Fábio Ferreira Bonfim: Participamos do projeto territorial Arte pela Educação, participamos do Consorcio dos municípios, dos encontros de cultura e também do GT de Educação.

4- Qual a sua opinião sobre a Política Cultural que vem sendo implementada pelo Estado, através da criação do Sistema Estadual de Cultura?

Fábio Ferreira Bonfim: De grande importância, pois tanto a esfera municipal, estadual e federal arcam com suas responsabilidades, onde cada um destes precisam fazer suas partes. Outro ponto importante é o envolvimento da sociedade civil na construção de desta política.

5 – O seu Município já criou o Sistema Municipal de Cultura? Cite o que já está pronto.

Fábio Ferreira Bonfim: O Sistema ainda não foi todo implantado. Temos alguns elementos que são a realização de Conferências de Cultura, órgão municipal de cultura, estamos no processo de construção do Conselho Municipal de Cultura. Também já realizamos nossa adesão ao Sistema Nacional de Cultura.

6- Qual a sua visão de futuro sobre o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, em relação às políticas culturais?

Fábio Ferreira Bonfim: É um caminho para garantir políticas essenciais para os municípios. Contudo é importante que os municípios participem ativamente das atividades do território.

7 - Qual a sua visão de futuro sobre o seu Município, em relação às políticas culturais?

Fábio Ferreira Bonfim: Que a cultura seja vista como outros setores em relação a questões de investimento. E que os recursos destinados a cultura não sejam destinados para uns poucos que muitas vezes não representam a cultura local.

APÊNDICE S – Questionário respondido por Florisvaldo Pessoa Campos

Florisvaldo Pessoa Campos: Ator, Radialista, Agente Cultural da cidade de Baixa Grande e Membro do GT de Cultura.

1-Na sua visão, o que é Território de Identidade?

Florisvaldo Pessoa Campos: Conjunto de municípios com afinidades socioculturais, econômicas, geográficas, climáticas...

2 - Qual seu sentimento em relação ao Território de Identidade Bacia do Jacuípe?

Florisvaldo Pessoa Campos: É de que ainda precisamos nos organizar muito mais no sentido de buscar essa “cara” do território.

3- De que forma seu Município participa das ações culturais no Território Bacia do Jacuípe?

Florisvaldo Pessoa Campos: Através do CODES, consórcios e ainda parcial com circulação de espetáculos de dança de quadrilha junina, espetáculos de teatro e outras atividades ainda de forma muito tímida.

4- Qual a sua opinião sobre a Política Cultural que vem sendo implementada pelo Estado, através da criação do Sistema Estadual de Cultura?

Florisvaldo Pessoa Campos: Ainda de forma muito tímida.

5 – O seu Município já criou o Sistema Municipal de Cultura? Cite o que já está pronto.

Florisvaldo Pessoa Campos: Completo ainda não.

6- Qual a sua visão de futuro sobre o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, em relação às políticas culturais?

Florisvaldo Pessoa Campos: Tem tido avanços, ainda que poucos, porém acredito que através das conferências de cultura, do GT de Cultura e outras manifestações, poderemos ser referencia no Estado.

7 - Qual a sua visão de futuro sobre o seu Município, em relação às políticas culturais?

Florisvaldo Pessoa Campos: Acho que o meu município segue mais ou menos o mesmo ritmo do território.